

## **ATA DA 39ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CEAS MG**

Aos vinte e um 21 dias de setembro de 2023, às 9h (nove horas) realizou-se a **trigésima nona (39ª) Plenária Extraordinária** do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, coordenada pela -presidente Elder Carlos Gabrich que assumiu a condução da mesma onde estavam presentes as seguintes **Conselheiras e Conselheiros titulares**: Arlete Alves de Almeida, Gabriela Loiola, Graziele Vieira Cachapuz Machado, Isac dos Santos Lopes, Kariny de Amorim Silva, Lucas Estevão Ribeiro da Silva , Simone Maria da Penha de Oliveira, Marilene Faustino Pereira, Elder Carlos Gabrich Júnior, Altair Roberto de Carvalho, Conselheiras e conselheiros Suplentes: Carla Valéria Soares Vita, Philippe Nunes Vieira e Silva, Welligton Donizete Marques de Lima, Rodrigo dos Santos França, Itamar Melgaço de Carvalho, Mariana Rezende Franco **Conselheiras e Conselheiros em condição de titularidade**: Sandra Regina Ferreira Barbosa, Anna Karla Ribeiro Silva, Claudia Cristina Da Silva, Cristiane Aguiar Vieira. **SECRETARIA EXECUTIVA (ADELMIRA)** : Aqui é adelmira da da Secretaria Executiva do CEAS. Hoje é a 39º Plenária Extraordinária, dia 21 de setembro de 2023. Então vamos fazer a chamada. Representando o Movimento do Graal do Brasil, Arlete Alves de Almeida. **ARLETE**: Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA (ADELMIRA)**: CMAS de Salinas, Gabriela Loiola. Gabriela Loiola, ela está presente. **GABRIELA**: Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA (ADELMIRA CRP)**, Graziele Vieira. **GRAZIELE**: Graziele presente. **SECRETARIA EXECUTIVA (ADELMIRA)** Representando a ASQUIS, Isac dos Santos Lopes. **ISAC**: Bom dia. Isaac presente. **SECRETARIA EXECUTIVA (ADELMIRA)**: Representando o Bem-Estar do Menor, Kariny de Amorim Silva. **KARINY**: Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA(ADELMIRA)** Representando o Conselho Central de Curvelo - São Vicente de Paula, Lucas Estevão. **SECRETÁRIO**: Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA (ADELMIRA)** Representando o CREAS, Leandro Carvalho. A representante das APAES ainda não foi publicada a nomeação. Ela está presente, mas ainda está aguardando a publicação. Representante da FETAEMG, Marilene Faustino Pereira. **MARILENE**: Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA (ADELMIRA)**: Representando o CMAS de Belo Horizonte, a Simone Maria da Penha. **SIMONE**: Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA (ADELMIRA)**: Representando a SEDESE, o Elder Carlos Gabrich. **ELDER**: Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA (ADELMIRA)**: Representando a SEAPA, Altair Roberto de Carvalho. Altair Roberto de Carvalho. **SECRETARIA**

**EXECUTIVA:** Ele justificou a ausência. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Representando a CEAPA, a suplente, Anna Karla Ribeiro. **ANNA:** Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Representando a Secretaria Estadual de Educação, Cleuza Maria da Silva. Representando a SEDESE, a Gabriele Sabrina. **GABRIELE:** Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Representa o CMAS de Coronel Fabriciano, Érica Pereira Alves. **ERICA:** Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Representando o CMAS de Caeté, Úrsula Cristina. Representando a Secretaria Estadual de Saúde, a Lígia justificou que está de licença-maternidade. Representando a Secretaria de Fazenda, Silvestre Dias também justificou. Vou chamar a suplente da Secretaria de Saúde, substituindo a Lígia, que é a Cristiane Aguiar Vieira. **CRISTIANE:** Cristiane Vieira, presente. Bom dia. **SECRETARIA EXECUTIVA:** A suplente... **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Ô gente, olha assim. Vamos contribuir com o silêncio, não é? Não está dando para a gente entender o quê que a Mira está nos dizendo. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Representando a Secretaria de Estado de Fazenda, Vinícius de Queiroz Castanheira. **VINICIUS:** Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Está em condições de titularidade. Representando a SEPLAG, Solimar Assis. **TOMAS:** A Solimar está de férias, aí eu, Tomás, estou substituindo ela. **SECRETARIA EXECUTIVA:** É. Então, representando a SEPLAG, Tomás Pereira de Carvalho. **TOMAS:** Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Agora eu vou chamar os... faltou o (inaudível). Alô? Agora eu vou chamar os suplentes que eu não tinha chamado, porque eu estava só chamando os titulares. Representando a Federação da Associação Sem Fins Econômicos, a Carla Valéria. Não chegou. Representando o CMAS Conselheiro Lafaiete, Marilena dos Santos de Souza. Representando o FET/SUAS, o Felipe Nunes Vieira e Silva. O Felipe não está presente, não é? Ele saiu, não é? Representando o Fórum Municipal de Lutas Pelos Direitos dos Usuários do SUAS, Wellington Donizete Leon Lima. Ele está presente, não é? Foi ao banheiro. Representando a ASSPROM, Rodrigo dos Santos Silva. **RODRIGO:** Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Representando a ADRA, Cinara Lucena Rocha dos Santos. Representando o SINTBREF, Sandra Regina. Representando a Congregação São João Batista, Iara da Costa Nogueira. **IARA:** Presente e manifestando a minha insatisfação pela nomeação da colega, representante da APAE, ainda não ter saído e ela não estar ocupando o lugar de titular por essa razão. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Tá. A Iara da Costa então está em condição de titularidade. Representando o Fórum Municipal dos Usuários do SUAS, a Maria

Aparecida Bayão. Chegou? Nós estamos também com outra vacância que é o CMAS de Cordisburgo. Representando a SEDESE, o Itamar Melgaço. **ITAMAR:** Itamar, presente. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Representando a SEAPA, Anna Karla Ribeiro, eu já chamei. Está em condição de titularidade, não é? Está presente. Representando a Secretaria Estadual da Educação, Michele Andrade Henrique. Ela justificou a ausência. Representando a SEDESE, Mariana Resende Franco. **MARIANA:** Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Representando o CMAS de Barbacena, Daniel Martins de Melo Neto. Representando o CMAS de Uberaba, Cláudia Cristina da Silva. **CLAUDIA:** Presente. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Representando o COGEMAS, Wellington Duarte Ribeiro. **WELLINGTON:** Wellington presente, tá? FML do SUAS. **SECRETARIA EXECUTIVA** Então, os outros suplentes da Secretaria Estadual de Educação, Cristiane Aguiar Vieira eu já chamei, está presente. Vinícius de Queiroz Castanheira também está presente e da SEPLAG, Tomás Pereira de Sá Carvalho, está presente. **SECRETARIA EXECUTIVA** Ok, Mira? **SECRETARIA EXECUTIVA** Ok. Nós temos 14 titulares e 04 em condições de titularidade, então nós temos já quórum, tá? **PRESIDENTE (ARLETE):** Tá. Muito obrigada, Mira. Olha, a gente vai precisar trazer duas questões aqui, já de início. É a situação da conselheira Patrícia, representante da Federação das APAES. A gente gostaria de ouvir a Patrícia, mesmo que a gente não vá poder consolidar a participação dela aqui no SES, mas é bom ouvir porque a gente vem fazendo essa cobrança por direito, não é, Patrícia? Já há algum tempo e a informação que a gente tem é que não foi feita a publicação. Isso significa, e aí agora, assim, a gente tem a conselheira que viria em substituição à Jaqueline, não é? Lá de Codisburgo, não é? Parecia isso. E a gente percebe que nós vamos caminhando para o final do ano com essas pendências e hoje a Patrícia está aqui conosco, então é bom que ela também fale desse lugar de ser, mas não está, e como que é isso. E também que a gente receba de novo a justificativa da Secretaria Executiva, a razão porque a Patrícia ainda não foi nomeada. Isso significa que de repente podemos até ouvir o que já nos foi dito, mas é bom que continue sendo registrado. Patrícia, por favor. **PATRICIA:** Bom dia a todos. Patrícia, representante da Federação das APAES de Minas Gerais. Muito obrigada, Dona Arlete. Eu estive conversando com a sociedade civil e eu queria colocar aqui a insatisfação, porque a Federação das APAES, ela fez a substituição da antiga conselheira em julho, antes da plenária de julho, e a nossa nomeação e posse ainda não saiu. Visto isso, eu já tinha encaminhado e-mails para

a própria Secretaria Executiva, a Federação também, para ter um retorno em relação a não nomeação e posse. E a gente não teve resposta. Tivemos só resposta no mês passado, logo depois da plenária, falando que o ofício que a APAE tinha encaminhado, que a Federação das APAES tinha encaminhado, tinha ficado de lado, não é? Por causa das conferências. E já era então para ter saído a posse, não é, desde o mês passado. E aí eles já tinham até me comunicado que teria um mês, não é? Assim, dava prazo para sair a posse. Quando eu cheguei aqui ontem, porque, eles já me encaminharam que a posse não saiu. Então eu acho isso muito esquisito, um conselho demorar uns três meses para fazer publicação e posse a um conselheiro, uma vez que precisa dos conselheiros para ter quórum e discussões de políticas e dar conta de uma pauta, até mesmo em um tempo que a gente estava de conferência e a antiga representante, Juanita, ela estava escalada para três conferências, não é? Então isso me chamou muita atenção. Então assim, muito obrigada. Eu tive a oportunidade de estar participando hoje, não é? Vou participar, porque eu acho muito importante, mesmo estando no final de mandato, a gente manter a nossa participação nesse conselho, tá? Obrigada. **PRESIDENTE (ARLETE):** Obrigada, Patrícia. Então a gente gostaria de ouvir, não é? Então, Paula, por favor. **PAULA:** Bom dia, (inaudível). Paula, pela Secretaria Executiva do CEAS. Eu só gostaria de retomar aqui um pouquinho, quando a Patrícia fala que assim, ficou de lado, não é? Que foi deixado de lado o ofício. Na verdade não é isso, não é? Então assim, eu me lembro que esse ofício, ele chegou no momento que a gente estava com muito aperto mesmo. Eu estava em uma viagem, fiquei a semana inteira fora. Fiquei duas semanas, eu fiquei, saindo na segunda de manhã e chegando no sábado. Então quando eu cheguei, ele já estava há alguns dias lá, sim, mas estava toda a equipe em viagem, então ele ficou mesmo, assim, quase uns 10 dias porque nós só fomos ver na semana seguinte, quando a gente retornou para ver isso, que ele estava lá e ele foi colocado sim no processo. Aí eu até dei o retorno para a Patrícia, não é, Patrícia? Ele estava aqui há alguns dias, mas agora ele foi para o processo. Podia ter sido mais ágil? Podia, mas aí eu não entro nessa questão burocrática. Ele ficou lá, demorou um pouquinho, teve toda aquela alteração, não é? Acho que de troca de chefia de gabinete, viagem da Elizabeth Jucá e tudo isso e isso acabou atrasando um pouquinho. Mas ele já está pronto, eu mandei a ficha para ela, os dados. A intenção é que ela hoje realmente estivesse participando devidamente com todo o direito de que tem enquanto conselheira, mas até hoje, eu

ainda olhei na esperança de que saísse, ele está todo prontinho para sair, mas ele demorou um pouquinho para ser encaminhado para o setor de publicação. Ele foi para o setor de publicação bem no dia 19, então tem alguns trâmites aí que a gente realmente não tem esse acesso. Mas não é que a gente ficou de lado, que a gente esqueceu não. Ele está andando, está tudo lá no ponto para publicar. Pode ser que amanhã saia, não é, Mariana? **MARIANA:** (inaudível) o prazo vai até (inaudível). **PAULA:** É. E tem um prazo que é de 45 dias. Esse prazo ainda não se esgotou, então a gente está dentro de um prazo legal. **MARIANA:** É. **PAULA:** Tá? Agora, podia ter sido mais rápido. Com certeza podia, mas aí já são coisas, outros critérios que a gente não entra, não é? Mas está dentro do prazo previsto. **PRESIDENTE (ARLETE):** Obrigada, Paula. Então nós vamos respeitar esse prazo previsto, até porque para mim é uma informação nova, não é? E dizer assim, do quanto que esse CEAS fica prejudicado quando falta pessoas que possam estar contribuindo, enriquecendo e trazendo para essas discussões, para os encaminhamentos, para todos os nossos trabalhos, mais leveza, assim como mais contribuições para nossas tomadas de decisões. Então, Patrícia, fique bem, é nossa convidada de honra. E cadê ela? **PATRICIA:** Obrigada. **PRESIDENTE (ARLETE):** E obrigado por você ter vindo, não é? Isso é muito importante. Significa que a sua presença mostra para nós o quanto que a APAE entende da importância dessa participação. Aí eu quero dizer, aqui o secretário Lucas, o conselheiro Lucas dizendo que ainda que não possa votar, tem direito à voz. E eu passo a palavra para a Grazi e em seguida a gente também detém duas falas, para a gente dar continuidade. Muito obrigada. **GRAZIELE:** Grazielle, CRP. Bom dia a todas, todos e todes. Só para poder dizer de uma questão, que isso foi tema da nossa audiência ontem, não é? Essa dificuldade que a secretária, dificuldade não, essa falta de estrutura que a Secretaria Executiva tem para exercer o seu trabalho. A gente fica muito triste e entende os trabalhadores da Secretaria Executiva e compreende o número excessivo de ações para poucos trabalhadores, então a gente se solidariza com essa questão da Secretaria Executiva e cobra insistentemente maior trabalhadores. Mas eu preciso pontuar que pelo menos eu nunca escutei o governo reclamando e apontando que teve dificuldade para poder fazer reposição, e constantemente a gente é nomeado, outros conselheiros representantes do governo. E quando eu fiz essa cobrança, pelo menos o governo não se queixa disso, não é? Então não sei se há uma, também essa mesma dificuldade da sociedade civil que a gente está apontando. E não só da

Patrícia, outros também a gente apontou, não é? Como o Leandro e a própria Jaqueline. E a outra questão, e isso também, não é? A gente tem feito essa queixa dessa demora da sociedade civil e só eu fiz o pedido no nosso grupo. Até pedi a Joanita, perguntei por que estava demorando e ela também me reportou isso, que foi em junho essa troca. Foi na saída da Joanita, a APAE já encaminhou o novo representante. Então tem bastante tempo esse pedido. E ela até me encaminhou cópia desse e-mail. **PRESIDENTE (ARLETE):** Obrigada, Grazi. E assim abrindo aqui um precedente, já que a gente falou que seria a fala para dar outros encaminhamentos, a gente vai ouvir Elder, não é? **ELDER:** A única... Está ouvindo? Elder, SEDESE. A única mudança de conselheiro governamental que teve nesse governo, se eu não me engano foi do João Vitor para a Úrsula e demorou muito tempo, não sei se você acompanhou. Além disso, quando eu me tornei vice-presidente e a Mariana tornou-se suplente, também demorou muito. Então houveram demoras da mesma forma, então não é porque o governo demora menos e (inaudível) demora mais. Os dois têm acontecido, o que é ruim para todo mundo. Só esclarecer esse ponto. E sobre Cordisburgo, eu estava falando com a Dona Arlete, desde que a Lígia saiu, praticamente toda semana eu converso com ela que agora ela é gestora lá do CRAS. E aí a gente cobra toda semana: "Lindinha, cadê o representante do CMAS?". O que ela me disse é que o CMAS de lá parece que só tem duas pessoas na sociedade civil, não entendi porque, e essa uma pessoa é uma senhora mais velha que disse que não tem condições de vir para Belo Horizonte todo mês. E aí eu falei assim: "Então se vocês tomarem essa decisão, vocês têm que formar o CEAS que vocês vão abrir mão da sua cadeira, porque a gente tem que chamar o próximo na linha de sucessão.". Kariny trouxe um ponto interessante. Já tem mais de três, já tem três plenárias que estão faltando. Então como eles não se pronunciaram, eu entendo que a gente tem que usar a mesma lógica da justificativa de ausência e já chamar o próximo CMAS. **MARIANA:** Bom dia. Mas eu acho importante completar, gente. Mariana, SEDESE. Porque pela fala da Grazielle, qualquer problema, a culpa é do governo. Eu acho que é importante esclarecer os prazos, gente. A gente tem que ter conhecimento do procedimento. Então uma coisa é a instituição encaminhar a informação para o CEAS. A partir do momento que o CEAS abre o processo e envia para os diversos setores do governo, esse prazo é de 45 dias. Então eu até peço para a Secretaria Executiva para facilitar para nós e para elas, fazer uma planilha. Então assim, tem uma planilha de quando a instituição

encaminhou a nomeação, igual o Élder falou. O CMAS não mandou ninguém ainda. Eu não sei que dia que a APAE mandou para o CEAS. Então a APAE mandou para o CEAS, quantos dias ficou dentro do CEAS para abrir o processo e a partir de que dia que o processo começou a andar. Assim a gente consegue fazer uma contagem de prazo e entender o fluxo e onde que ele está tendo algum empecilho. Porque, me desculpa, mas eu fico incomodada quando você fala: “Tudo é culpa do governo”. Não. Isso é um procedimento que acontece com todas as nomeações nesse conselho e não é de hoje, sempre foi assim. Está bom? **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. Ô gente, eu só quero trazer aqui para que a gente evite voltar nessa pauta de culpa. Vamos tirar as culpas e trabalhar com aquilo que é o nosso foco, que é o trabalho desse conselho. Eu sempre compreendo e a gente tem dito isso aqui, que na hora que se constitui o conselho, a nossa defesa, ela tem um foco e o foco é o fortalecimento da política pública do SUAS. Vamos evitar esse tipo de situação, porque senão a gente vai retomar tudo de novo. Olha só aquela audiência pública ontem. Inclusive, as pessoas empoderadas, as pessoas falando, colocando os seus pensamentos e tendo respaldo do parlamento. Vamos tentar manter essa qualidade para que a gente possa fluir. Eu quero registrar aqui a presença de Ana Carolina que já está oficialmente sendo a secretária executiva, mas ela está neste lugar, mas está de férias. Então ela ainda não... Ah, tá. Ah, tá. E aí eu trago uma outra questão. Também não foi nomeada, esse oficialmente é ter passado nos processos que foram feitos para que esse lugar fosse ocupado por alguém. Então eu quero passar a palavra para a Ana Carolina e já chamar a atenção para que a gente possa ser célere, porque nós estamos com muitos trabalhos para serem feitos. Está bom. Nós temos muitos trabalhos para serem feitos e aí a gente vai mostrando de novo a precariedade tanto do serviço, quanto da mão de obra e do trabalhador e da trabalhadora. Então nós precisamos ser céleres nesses processos. Mariana traz aqui para nós a ideia de que em uma planilha diga que dia que chegou, que dia que deu encaminhamento. Eu recomendo, se for possível e estiver legal, que esses processos sejam contados desde o momento que chega a informação da instituição, da entidade, enfim. De onde é que está vindo aquele representante para compor. Porque no momento que o documento chega, a gente entende que é hora já de contar como início do processo. Muito obrigada. Paula, você pediu a fala e em seguida a gente passa para a Ana Carolina. **PAULA:** Ok. Só uma informação rapidinha aqui, presidente. É o seguinte. Eu nem localizei o primeiro ofício que

chegou da APAE não, mas resgatei um ali que após a plenária de julho, no dia 19 de julho nós encaminhamos pelo CEAS uma solicitação para APAE que já havia saído, que a gente já estava aguardando, cobrando essa substituição que ainda não havia chegado. Então essa que chegou em julho, realmente nós não localizamos. No CEAS não chegou. Em julho nós mandamos ofício cobrando e foi agora, em agosto, não é? Em agosto realmente chegou, quando a gente já estava em plena conferência, com a equipe toda em trânsito. **PRESIDENTE:** Muito obrigada, Paula. E a gente quer pedir, Patrícia, por favor, que resgate esse documento de junho para que a gente possa estar bem documentado e ter embasamento nas nossas falas. Ana Carolina, com você, por favor. **ANA CAROLINA:** Gente, bom dia. Obrigado pela receptividade. Como a companheira que falou, eu estou de férias, não é? Sentei até do lado ali do meu chefe, Cristiano. Não, não é isso não. Segunda-feira eu já estou de volta para o CREAS regional, lá de Almenara. Eu sou assistente social de lá. Estou muito contente, não é? Em participar hoje aqui para conhecer um pouquinho de vocês e espero contribuir. Estou meio tímida, mas é só no início, viu? Porque eu não sou tímida. Obrigada, gente. **PRESIDENTE (ARLETE):** A pergunta que não calar: que dia você vem assumir o cargo de secretária executiva? **ANA CAROLINA:** Estou aguardando a nomeação. **PRESIDENTE (ARLETE):** Bom então. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** 45 dias. **PRESIDENTE (ARLETE):** É. Então, mas de todo modo, seja bem-vinda, Ana. Você vai gostar de estar conosco. Temos essas carinhas feias, mas somos pessoas legais. E agora a gente quer pedir 20 minutos aqui para que a sociedade civil possa ter um diálogo que está pendente e é coisa rápida, e a gente pede licença a todo mundo e nós vamos nos encaminhar à próxima sala e retornaremos logo, tá? Muito obrigada a todo mundo. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Quantos minutos, Iara? **IARA:** Vinte. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Vinte? **PRESIDENTE (ARLETE):** Importante que a gente vá diminuindo todos os ruídos que acontecem, porque embora sejamos um conselho, existem questões que é preciso discutir com segmentos e esse é o lugar que a gente consegue encontrar, se não 100%, pelo menos a maioria. E nós tínhamos que dar encaminhamento a algumas situações, alguns esclarecimentos, para que a gente possa ser, fazer um trabalho que tenha resultado minimamente possível para a sobrevivência nossa e do próximo conselho. E é por isso que nós tivemos que sair com a proposta de 20 minutos. Com uma proposta de 20 minutos e segundo aqui o senhor vice-presidente, ele disse: “Arlete,

uma hora e vinte”. E a gente pede desculpas, mas a gente precisava fazer isso, haja vista quem participou da audiência pública ontem. Pautas que a gente levou para lá que a gente podia já ter solucionado aqui. A gente precisou de apoio externo, é claro que nós buscamos exatamente a casa das leis para poder nos ajudar. E com isso a gente retorna, pedimos desculpa e seguimos. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Retome o lugar na mesa. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** É, mas aí a... **ELDER:** Não, até vocês mesmo, olha. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Não. Sim, acho que (inaudível) no banheiro. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pede para retomar o lugar na mesa. **PRESIDENTE (ARLETE):** Gente, por favor, vamos ocupar nossos lugares à mesa. Titulares, quem estiver em situação de titular por falta de suplente. Em situação de titular por falta desse, por favor, desse ou dessa, não é? Vamos continuar. A palavra é sua. **SECRETÁRIO (LUCAS):** Bom dia. Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade São Vicente de Paula. Nós vamos submeter à aprovação das atas da 286ª (ducentésima octagésima sexta) Plenária Ordinária, da 287ª (ducentésima octagésima sétima) Plenária Ordinária e da ata da 38ª Plenária Extraordinária. Os conselheiros e conselheiras que aprovam as referidas atas, por favor se manifestem. Aprovado. Submetemos a pauta da 39ª Plenária Extraordinária do CEAS à apreciação dos demais conselheiros e conselheiras. Vou fazer a leitura dela. Às 10h, Código de Ética, na ausência do Silvestre, Lucas apresenta. Eu mesmo, não é? 11h, relatório de gestão enviado aos conselheiros dia 09/03/2023. Às 12h, o almoço. Às 13h, planejamento de qualificações de 2023, Comissão de Política. Às 15h30, aproximação SUAS, novos critérios de partilha e às 17h, o encerramento. **PRESIDENTE (ARLETE):** Sim, Grazi. **GRAZIELE:** Pode falar, Dona Arlete. **PRESIDENTE (ARLETE):** Com relação à aprovação da nossa ata, a Sociedade Civil... **ELDER:** Da pauta. **PRESIDENTE (ARLETE):** Da nossa pauta. Eu estou realmente apavorada. Da nossa pauta, a Sociedade Civil pediu-me um tempo, talvez alguns dias, para a gente debruçar de fato no documento do Conselho de Ética, porque algumas pessoas não se empoderaram disso. Embora, esse documento já tenha sido colocado há muito tempo para apreciação. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** No ano passado. **PRESIDENTE (ARLETE):** Pois é. Por isso a gente está pedindo esse tempo, mas a gente tem que definir aqui até, se possível, com um encontro extraordinário para que a gente resolva essa situação, não é? Nós estamos colocando aí porque depois, também, para não ficar aquele ruído: “Eu

aprovei porque a maioria queria, mas eu nem tinha conhecimento do conteúdo”. Falha se não tem, porque a disposição foi colocada. Mas se precisa desse tempo, vamos fazê-lo com data definida, embora considerando que nós temos aí, nós estamos encaminhando para a Conferência Estadual e que demanda muito trabalho, muita participação, principalmente da Secretaria Executiva que é quem faz todo esse desenho para que a gente possa estar aqui em uma situação o máximo confortável e com a participação efetiva. Então a solicitação é essa. Retirada de pauta, mas até amanhã a gente decide que dia a gente retorna somente com essa pauta que é do Conselho de Ética. **SECRETÁRIO (LUCAS):** Lucas, Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paula. Só para poder dizer que a gente vai ter que trazer essa questão das extraordinárias e lembrar também que nós temos que dar continuidade à aprovação e à análise do regimento interno. Então o regimento interno eu acho mais seguro que a gente priorize para as extraordinárias presenciais e o Código de Ética a gente tenta fazer, ou pauta *online*, não é? Para ver o que fica mais fácil, porque o nosso tempo é muito curto e nós temos muito trabalho ainda. Tanto pela conferência como também pelas normativas. **ELDER:** Mas aí para a gente decidir depois a data, não é? **PRESIDENTE (ARLETE):** É, mas a (inaudível) falou que até amanhã. **ELDER:** Tá. Ou quer decidir agora? **SECRETÁRIA:** Ah, vamos amanhã que aí a gente até (inaudível). **PRESIDENTE:** É, porque aí... **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível). **PRESIDENTE (ARLETE):** É. E cada um com as suas agendas, para aí a gente amanhã pode apresentar duas ou três sugestões de datas para que o máximo de pessoas possa participar e quem não participar, por favor, depois não diga que não foi avisado. Sigamos. **GRAZIELE:** Arlete, espera só um minutinho. Se não, só (inaudível). Ah, não, tem que aprovar a retirada. **ELDER:** É, aprovar a retirada. **PRESIDENTE:** Então gente, concorda com a retirada de pauta? Por favor, se manifestem com os seus crachás. Ok? Aprovado. Sigamos? **GRAZIELE:** Tenho a palavra? **PRESIDENTE:** Sim. **GRAZIELE:** Graziele, CRP. Eu só estou com algumas dúvidas porque assim, eu acho que tem dois pontos que a gente precisa, não sei se já está contemplada a parte das resoluções da mudança, que uma delas é a questão da conferência. Eu acho que tem aquelas resoluções *ad referendum* que eu acho que se refere a uma delas, então nós vamos tratar disso, então por mim ok. Mas a gente precisa tratar também de a gente fazer uma avaliação das pré-conferências e também da audiência de ontem, não é? Para a gente poder trocar algumas ideias. Não sei se a gente, eu acho que a

pré-conferência, assuntos de conferência eu acho que têm que ser tratados hoje, não é? Pela urgência. E aí a audiência eu acho, não sei como que está a pauta de amanhã, se a gente se cabe. Mas eu acho que esses dois pontos precisam entrar hoje ou amanhã. Não, as conferências têm que ser hoje, não é? Eu acho que é mais urgente. **ELDER:** Posso falar? Elder, SEDESE. Os pontos da conferência já estão na plenária de amanhã e inclusive nessa extraordinária, não sei se perceberam, a gente colocou pontos que têm urgência, tipo PROCAD, e pontos que não foram tratados em outras plenárias. Por isso que ficou essa ordem. Mas a conferência, está amanhã um ponto de conferência que envolve tudo. Envolve a resolução *ad referendum*, processo eleitoral, podemos encaixar a avaliação das pré conferências. **PRESIDENTE:** (inaudível). **ELDER:** Ah, tá. Desculpa. É porque não coube na de hoje. PROCAD não é, é urgente, mas essas outras já tinham sido mencionadas antes. Aí já tem esse ponto amanhã. E sobre a inclusão da audiência, podemos ver se a gente consegue colocar na de amanhã, tendo em vista que a de hoje a gente já está com o tempo apertado. **GRAZIELE:** Ok. Só porque eu não vi, eu não vim a receber a de amanhã. **ELDER:** Ah, tá. Você quer sugerir? A gente está discutindo se puxa o do PROCAD para hoje, mas eu acho que não sei se vai dar tempo. Porque hoje a gente teria relatório de gestão, planejamento de qualificações e aproximação SUAS. Pode (inaudível). **IARA:** Iara, Congregação de São João Batista. Eu gostaria, se fosse possível, que a pauta do PROCAD, ela fosse dialogada hoje, eu já compartilhei com meus pares as razões do porque eu não poderei estar aqui amanhã, mas como eu componho, não é? Participo do coletivo que está fazendo essa discussão. E aí eu gostaria de estar aqui na presença, não é? Na hora que for fazer esse diálogo. Mas que isso não fosse só por mim. Eu só estou manifestando um desejo que se for acolhido, eu ficarei feliz. Mas se não, eu vou entender. **PRESIDENTE:** Tem duas sugestões que tudo que se trata das conferências passa para amanhã. É, já está e a gente só coloca sugestões que Grazi está trazendo. E também para hoje a gente tentar trazer a pauta do PROCAD. Ok, gente? A gente precisa votar, porque é sempre bom registrar as nossas decisões. Quem concorda, por favor, se manifesta. Aprovado. Siga, Lucas. **SECRETÁRIO (LUCAS):** Primeiro ponto de pauta então, relatório de gestão enviado aos conselheiros no dia 09/03/2023. Apresentação: Comissão de Orçamento. **GABRIELE:** Bom dia, pessoal. Eu gostaria de saber se todos os coordenadores de comissão já estão na mesa porque esse ponto do Relatório de Gestão é pauta comum de todas as comissões,

mas como ele já foi discutido em pelo menos duas reuniões de cada comissão, a ideia é que a gente já traga os pontos, os elementos da súmula da reunião. Então, com relação à Comissão de Orçamento, Mira, se você puder projetar. Esse foi o primeiro ponto da nossa reunião ontem. Nossa reunião teve a presença do Daniel, minha, da Grazi, da Dona Bayão, do Rodrigo, o Silvestre e a Solimar que justificaram as férias. A gente teve a presença do convidado, o Leon, aí com o Donizete, não é? A gente já faz a propaganda, não é? Ele está sem comissão. Se ele quiser vir para a nossa, a gente, vai ser muito bem recebido para fortalecer a Comissão de Orçamento. Aí a gente não teve o acompanhamento da Secretaria Executiva. Eu fui fazendo as anotações porque a Cassilene nos deixou recentemente e aí fui fazendo as anotações na súmula, mas peço que quem estava na reunião ontem, tá? Se faltar algum ponto, por favor que se coloque. Bom. O relatório de gestão já havia sido encaminhado pela SEDESE em março. Havia sido iniciada uma análise pela Comissão de Orçamento inclusive, no dia 13 de abril de 2023. E aí como eu estava de férias, eu coordeno a Comissão e estava de férias nessa reunião, a gente achou melhor voltar, como também já tinha passado muito tempo. A gente voltou nas anotações dessa reunião que a Comissão havia feito lá em abril, aí continuamos de onde tinha parado e aí eu trouxe ali um resumo, um pouco das discussões. Tentamos incluir essas recomendações já em uma minuta de resolução, mas aí a gente gostaria de ouvir das outras comissões também se fazem sentido essas pontuações. A primeira colocação foi realmente essa questão da temporalidade, porque a gente está falando de um relatório de gestão do exercício de 2022 que foi, a gente já teve inclusive quatro prestações de contas trimestrais do ano de 2022, já aprovadas. Então o quê que a gente quer dizer? O relatório de gestão traz uma análise descritiva, mais qualitativa do que foi executado e o que havia sido executado, não é? Execução física e financeira já estava aprovado em resoluções do CEAS de prestações de contas. Então a gente achou importante trazer essa recomendação de tentar integrar esses prazos, não é? Quando a gente for analisar prestação de contas do CEAS do 4º trimestre, fazer uma análise próxima do relatório de gestão daquele ano, para facilitar a compreensão e análise pelos conselheiros porque aí muita coisa, não é? Que as perguntas vinham, eram da de 2023 e a gente estava falando de 2022. Então para facilitar a análise, a gente recomenda essa integração de prazos entre os dois instrumentos. Com relação, assim, à uma análise mais geral ao que foi apresentado, ao modelo de documento,

acho que em todas as ações assim, no geral a gente teve uma posição dos conselheiros, principalmente da sociedade civil que não tem o hábito com esse tipo de relatório, de que às vezes o documento, ele estava muito às vezes repetitivo, às vezes tinha dado que estava no descritivo das ações e depois estava nos quadros do PEAS lá embaixo. Isso comprometeu um pouco a análise, não é? Foi pedido também, apesar, a gente explicou, não é? Que isso é um relatório que fala daquele ano, então se é um relatório de 2022, ele traz o que foi executado em 2022. Mas os conselheiros pediram para a gente tentar trazer um comparativo com as metas dos anos anteriores para facilitar mesmo, para ter um parâmetro, não é? Do que se foi atingido, os objetivos, os resultados ou não. Quando a gente fala que o relatório de gestão apresenta o que foi executado, tentar trazer uma análise assim, do que também não foi executado e aí eu vou dar um exemplo, não é? Do que foi tratado na Comissão. A gente fala do aumento do cofinanciamento de CREAS para 20 municípios. Em vários trechos do relatório a gente traz isso como uma entrega, mas aí a gente colocar o dado: “Ah, mas faltam ainda 500 municípios sem CREAS”, a gente tentar trazer sempre o que foi feito e o que falta a fazer para que os conselheiros consigam ter esse parâmetro, até para pensar o planejamento dos outros anos. Então também achei que foi uma análise boa, não é? A gente sempre repensa o modelo do relatório de acordo com o que o CEAS nos traz, essas análises. Acho que foi isso, a questão da objetividade do relatório. A questão das metas também, não é? A gente teve esse relatório, a gente está falando do PEAS, não é? 2020-2023. No modelo de PEAS, a gente tinha metas por objetivo estratégico e aí não tinha metas por cada ação. Então isso também dificultou um pouco a análise, não é? De a gente ter que voltar no PEAS, voltar na meta do objetivo para saber se aquela ação estava ou não cumprindo o que foi planejado. Então é uma recomendação também que as metas sejam anuais, não é? Com prazos, metas quantitativas anuais e por ação. A Comissão reforçou no geral a importância de uma análise técnica prévia da Secretaria Executiva que auxilia os conselheiros até a entender. Porque às vezes algumas ponderações que haviam sido feitas na reunião anterior cabiam mais, por exemplo, para o diagnóstico do PEAS do que para o relatório de gestão. Mas se não tem essa contextualização, essa explicação dos instrumentos pela Secretaria Executiva, fica mais difícil dos conselheiros terem essa análise. Então isso foi pontuado também. Aí já no âmbito das ações, a gente fez uma discussão sobre a questão do RH da SEDESE, não é?

Solicitada, recomendada a ampliação do RH do SUAS estadual, subsecretaria, as diretorias regionais, Secretaria Executiva, com vínculo estatutário e melhores condições de trabalho também, porque esse dado estava no relatório, não é? A gente tem uma maioria de servidores estatutários, mas não é uma maioria tão, acho que é 55%, então a gente ainda tem alguns vínculos mais precários e pouco pessoal. Então para melhorar, não é? Para conseguir melhores resultados na gestão, a gente precisa dessa melhoria no RH. Pode descer, por favor, Mira? Quanto à ação do controle social, a gente trouxe também alguns pontos, não é? Acho que até foi abordado na audiência pública ontem a questão do planejamento estratégico e do fortalecimento do controle social. Isso é colocado lá no relatório de gestão do ano de 2022 como um ganho, não é? O CEAS ter feito esse documento. Mas em 2023, até aqui, a gente não monitora o cumprimento desse planejamento estratégico para fortalecer o controle social. Então a gente definir. Lucas, quer falar agora?

**SECRETÁRIO:** Eu preciso. **GABRIELE:** Por favor. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central. Só por desengano de consciência, gente. O planejamento estratégico de fortalecimento do controle social não foi aprovado pelo CEAS. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Não? **SECRETÁRIO:** Não. Eu pedi vista e não rerepresentei o planejamento estratégico porque nunca entrou na pauta. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Tem certeza? **SECRETÁRIO:** Absoluta. **ELDER:** Não, eu lembro que você pediu vista. **SECRETÁRIO:** Absoluta. **ELDER:** Eu lembro. **SECRETÁRIO:** O plano não foi aprovado. **GABRIELE:** E aí novamente (inaudível). **ELDER:** Fala no microfone, Grazi. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Aí, acho que Grazi vai falar. **SECRETÁRIO:** Eu pedi vista e não foi incluso na pauta para mim poder dar retorno dele. **GRAZIELE:** Grazielle, CRP. E aí novamente, até a Jordiane, acho que ela não está aqui hoje, ela pediu por diversas vezes aquela planilha. Então talvez se a gente tivesse aquela planilha, não é? E ontem também nós comentamos. Aquela planilha de acompanhamento, a gente ia, a gente tem, ela não está atualizada. Então a gente conseguiria visualizar isso, essas nossas dificuldades. E aí novamente da dificuldade de profissional e a Gabi estava falando exatamente disso, do número de profissionais da gestão para poder executar o trabalho que está muito aquém, não é? E que isso também foi colocado ontem e que isso repete no controle social. **GABRIELA:** Obrigada, Grazi. E aí são apontamentos que assim, para além do relatório de gestão. A gente só não quis perder de vista, a gente registrou na súmula para a gente pensar, não é? Esse instrumento, ele é muito importante, ele é

atribuição do CEAS. Então a gente pensar se vai ter uma comissão específica para monitorar esse planejamento, vai ser a Comissão de Políticas aí, colegas da Comissão de Política. A gente adora dar trabalho para vocês. E aí a gente pensar como que a gente conduz esse plano em 2023. Mas aí é um pouco para além da pauta do relatório de gestão. Outra coisa que foi para além da pauta é essa questão, não é? Que a Grazi falou, do monitoramento dos encaminhamentos, deliberações, das denúncias também que são recebidas pelo CEAS, não é? A gente tratou um pouco disso na mesa-diretora também. Então verificar o acompanhamento, os atrasos, os fluxos. Por exemplo, ontem, na Comissão, a gente analisou uma denúncia que havia chegado em junho e aí só chegou para a Comissão acho que anteontem. Então, de a gente repensar nossa atuação quanto a isso. E foi apontado, aí a gente manteve até nas recomendações da proposta de resolução, com relação à amplitude das capacitações específicas para o CEAS. A gente lembrou de três que aconteceram em 2022. Na verdade, nessa gestão toda, não é? Nesse mandato foram poucas capacitações específicas para os conselheiros do CEAS. Então a Comissão aponta para ampliar esses momentos de apoio técnico e capacitação para os conselheiros. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Ô Gabi, só perguntar. A gente não pode... **PRESIDENTE:** Interrompendo não, não é? **GABRIELA:** Está acabando, está acabando. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Não. Entendi. **GABRIELE:** Com relação ao financiamento também, não é? Que trouxe no relatório de gestão. A gente não se debruçou sobre a execução porque ela já estava aprovada na prestação de contas, mas a gente reitera também encaminhamentos e deliberações no CEAS sobre a necessidade de aportar maiores recursos no FEAS para priorizar a assistência social e fortalecer o SUAS. A gente também tratou disso ontem na Assembleia Legislativa, não é? Fomos convidados a participar inclusive da audiência sobre o FEM. Então foram poucos, um pouco da nossa discussão resumida aqui. A gente ressalta as resoluções do CEAS que aprovaram as prestações de contas trimestrais que também nos respaldam para aprovação deste relatório. E aí, pode descer, Mira, o encaminhamento sugerido pela Comissão, não é? Seria a aprovação do relatório de gestão de 2022, incluindo essas recomendações para considerar para o modelo de relatório de gestão 2023 e dos próximos anos. Aí acho que em resumo é isso, não sei se a Comissão quer retratar mais algum ponto. A ideia é que as outras comissões também coloquem, não é? Para a gente passar para a leitura da resolução. **PRESIDENTE:** Grazi. **GRAZIELE:**

Eu mesmo, (inaudível)? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pode ir.

**GRAZIELE:** Graziele, CRP. Em relação ao relatório de gestão, a Gabi já falou, mas eu acho que é importante a gente colocar porque essa nossa análise da Comissão, ela começou lá em abril, não é? A gente entende todas as dificuldades, mas principalmente a dificuldade reflete hoje. Lá a gente já tinha essa realidade de que era o suporte da Secretaria Executiva que ainda estava com dificuldade. E desde lá a gente teve alguns problemas e hoje a gente não tem o suporte da Secretaria Executiva para nos orientar sobre as demandas da Comissão de Orçamento. E aí o quê que acontece? Aí eu vou trazer alguns pontos que Gabriela já falou que a gente já apontou, principalmente em relação à capacitação, não é? Quando me mandam o relatório de gestão, eu entendo que ele vai dizer dos avanços que aquela gestão trouxe, não é? Para poder garantir os avanços no SUAS de Minas Gerais. E aí quando a gente vai fazer a avaliação do relatório, duas questões. Eu não tinha o suporte de quais instrumentos eu deveria analisar. Naquele momento eu tinha o suporte, porque naquele momento a gente tinha a companheira Juanita, experiente, e nos orientou quais eram os documentos que a gente precisava analisar e a gente analisou à luz daqueles instrumentos. Mas até então eu fiz uma análise de leitura e a leitura que eu fiz, eu vou dizer da leitura que eu fiz a partir da informação que eu tive porque eu imagino que vocês não tinham uma Joanita na comissão de vocês, orientando sobre o que era preciso avaliar. Então eu avaliei que o relatório, ele não me trazia elementos, ele não me traz elementos para poder qualificar a ação do governo ou não, não é? Até a Gabriela colocou isso, que é um relatório repetitivo, um relatório que não traz parâmetro dizendo indicadores, não é? E aí, isso, a gente faz esse encaminhamento para que os próximos relatórios, eles tragam esses indicadores, esses prazos, para a gente dizer do avanço e para a gente fazer a crítica. Se é um relatório que a gente precisa aprovar, não é só um relato, eu não tenho condição de aprovar esse relatório, não é? Não estou dizendo que ele deve ser reprovado não. Mas eu não tenho condição de qualificar esse relatório a partir da informação que a gente teve. E aí eu quero apontar duas questões que no relatório traz e que é muito sério. A primeira. Lá aponta que houve um número maior de população em extrema pobreza e pobreza no CadÚnico, uma inserção do CadÚnico, e também traz um dado que aí é o dado só (inaudível) não faz uma crítica e nenhuma avaliação, não é? No mesmo momento em que a gente aumenta o número de pessoas em extrema pobreza e pobreza, o PAIF diminui. O acompanhamento em

PAIF diminui. Lá aponta que os trabalhadores, houve um avanço nas condições de trabalho da SEDESE que, reconhecendo que os trabalhadores, eles precisam ser efetivos, não é? Ter carreira. Só que esse avanço, eu não sei como que é esse avanço. Eu não sei se eu estou vendo a xícara um pouco mais vazia, mas ele aponta que 55% dos trabalhadores são efetivos. Mas 45 não são. Isso não é avanço, não é? E lá no relatório coloca como avanço e se a gente passa despercebido e sem suporte, a gente não vai fazer essa crítica. A gente não vai conseguir fazer essa avaliação. Então esses meus pontos que eu tenho para poder dizer em relação ao relatório. **PRESIDENTE:** (inaudível). **SECRETÁRIO:** Conselho Central. Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade São Vicente de Paula. Eu só preciso dizer, Mira, sobe só mais um pouquinho, a parte que fala das capacitações do controle social. Especificamente sobre o controle social. O relatório, aponta essa questão de poucas capacitações específicas para os conselheiros do CEAS. Ô gente, a gente tem que ser muito sincero com as coisas que a gente faz. Eu mesmo fui o conselheiro que modificou o calendário anual do Conselho para poder prever as capacitações. E esse colegiado votou pela supressão das capacitações e que essas deveriam ser feitas na medida da necessidade. Que esse colegiado solicitasse. Se não tem capacitação, foi porque esse colegiado não solicitou. Então isso aí eu vou pedir para poder ser excluído do relatório. Porque isso aí não é responsabilidade da gestão não. A gestão estava lá para ser provocada por esse colegiado. Esse apontamento aí, eu não convalido com ele. Em respeito e a transparência a quem nós representamos. Porque isso aí, a gente precisa (inaudível) culpa. Foi esse colegiado que retirou as capacitações que eram a cada três meses. Nós mudamos o calendário desse colegiado que estava previsto as capacitações permanentes e continuadas do controle social. Foi opção nossa em fazer isso. E uma outra coisa também. A gente precisava deixar mais destaque aí com relação ao fortalecimento das demais instâncias de controle social e que pese falar do planejamento que, como disse anteriormente, não foi aprovado. Precisava deixar mais claro também a falta do suporte e do apoio para as (inaudível) e fóruns. Nós temos aí o FET que Grazi está aqui, Gabi também, Felipe e outras pessoas que também participam do FET e que sempre falam e trazem retorno do trabalho que é feito pelo FET. E o quê que o controle social fez nesse íterim? O quê que a gestão fez nesse íterim? Então a gente precisa destacar que nós temos outras formas de controle social que estão gritando, pedindo suporte, e nós estamos inertes.

**PRESIDENTE:** Iara. **IARA:** Iara, Congregação de São João Batista. Vocês estão me ouvindo, gente? Parece que está baixinho. Está? É porque minha voz também não está das melhores não. Mas então, ô Lucas, eu quero, não é nem discordar não, tá, Lucas? Mas é levar para uma outra linha de análise. Quando cita ali no relatório, eu acho que é pertinente, eu realmente não vou fazer memória do que você está nos trazendo... **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Rememorando. **IARA:** Essa palavra aí. Eu não vou conseguir dar nossa decisão em relação às capacitações, me perdoe. Mas de qualquer forma eu acho que é pertinente, é importante trazer no relatório da insuficiência dessas capacitações. Você já olha os considerados, de qual forma foi, não é? Então assim, eu acho que o quê o relatório está apontando, Lucas, no meu entendimento, é que deveriam ter mais capacitações. Inclusive ele traz parâmetros de orientação para que próximos conselheiros, se essa foi a nossa decisão que você traz como memória, eu não consegui, entendam da importância dessas capacitações e não tomem a mesma decisão, não é? Então acho que nesse sentido. Não sei se poucas seria, mas capacitações insuficientes, ou seja, teriam que ter mais para de fato alcançar o nível que a gente gostaria. É nesse sentido que eu gostaria de contribuir. **SECRETÁRIO:** E aí está dando a entender que a gestão que não fez. Não foi porque ela não fez. **IARA:** Não, não estou entendendo assim não, Lucas. Não. E a própria Gabriela, pelo o que eu estou vendo, que é representante da gestão, também assim não compreende. Dona Arlete, eu agora finalizei a minha fala. **PRESIDENTE:** Grazi. **GRAZIELE:** Graziele, CRP. E só fazer memória também que por diversas vezes, é claro que eu entendo que você está falando de colegiado, não é? Mas por diversas vezes eu solicitei, principalmente capacitações no âmbito do orçamento, seja visto que as nossas dificuldades, toda vez que essa matéria é colocada. Então eu por diversas vezes solicitei isso. E vou fazer memória também de uma sugestão que o Isac deu que também a gente tentou pautar aqui e não foi, de a gente ter três dias de plenária a cada reunião conjunta, não é? Quando a gente precisasse tratar de pautas conjuntas, que a gente tivesse três dias de plenária, sendo que parte do horário seria a pauta conjunta e a outra parte capacitação. Então por diversas vezes esses conselheiros, eles chamaram a atenção para essa falta de capacitação e a necessidade delas. **PRESIDENTE:** Isac. **ISAC:** Isac, ASQUIS. Bom dia, pessoal. A minha fala vai um pouquinho na linha da Iara. Acho muito bom o Lucas trazer essas memórias. Concordo, em parte também, Lucas, que o Conselho também é responsável por não ter havido essas

capacitações. Porque como dito, em diversos momentos a gente trouxe, em diversos momentos a gente não fez. **SECRETÁRIO:** Você foi o único que me apoiou nisso. **ISAC:** Isso. **SECRETÁRIO:** Tem que falar. **ISAC:** E aí agora, a gente, eu entendo que a gente não está dizendo ali que aquilo é responsabilidade só da gestão. Eu acho que são apontamentos que a gente precisa melhorar, então as poucas capacitações é um fato e a gente precisa trabalhar nisso. E aí vou concordar com você muito também sobre as questões dos fóruns, a gente precisa trabalhar um pouquinho nisso. E aí durante as conferências regionais, eu, o Leon também estive junto comigo em algumas, discutindo mais sobre os fóruns regionais de usuários, também é uma demanda que está trazendo e a gente vai fazer um novo planejamento específico sobre os usuários e vamos levar até para a Comissão de Apoio também, para que a gente consiga apoiar mais esses espaços enquanto Conselho. **PRESIDENTE:** Arlete, Graal Brasil. Então. Quando a gente fala de capacitações, a gente abre um grande leque de entendimento das solicitações e as modalidades as quais tiveram ofertas, mas também nós temos que pensar na questão da acessibilidade. Então, aí a gente fala: "Vai ter uma capacitação tal, em tal dia". Aí às vezes as pessoas até se inscrevem, mas elas não conseguem acessar. Isso é um ponto que eu continuo dizendo. Precisamos revisitar, talvez as próprias atas ou até a nossa memória coletiva, para a gente poder se reorganizar no sentido da oferta. Porque não adianta fazer a oferta se existe a demanda, mas quem demanda não tem como acessar. Isso é um ponto. A outra questão é que quando a gente fala também de fóruns, de URCMAS, desses grupos organizados que vão estar lá em seus territórios, à medida que esse CEAS possa oferecer condições para que esses grupos se capacitem lá em seus territórios, abre a possibilidade de avanço do trabalho no CEAS, considerando que essas pessoas estão sendo capacitadas. E também a gente fortalece a democracia e a autonomia lá nos territórios. E é fundamental que a gente faça isso. Dizer de URCMAS e fórum, assim, nós assim, a gente vem falando disso há muito tempo. Talvez agora, com esse tempo até o final do ano, a gente possa reorganizar, Isac fala aí de reorganizar um plano, não é, Isac? Com relação aos usuários e usuárias. Mas que também os outros fóruns e também a URCMAS que tem sido exemplo, que é a de Salinas, e a gente possa estar somando com essas pessoas. E esse CEAS, nós já cansamos de colocar que o custo desses encontros passa por aqui, a gente já aprovou isso aqui. Isso já foi aprovado, então nós precisamos de planejar, precisamos de agenda para

fazer com que isso aconteça porque senão, daqui 1 ano, a gente vai estar falando: “A gente pensou em capacitação, mas não aconteceu”. Até porque esse grupo sozinho aqui não tem como alcançar todos esses grupos, sendo que esses grupos têm condição, com o apoio do CEAS, de estar capacitando lá em seus territórios. Quem a mais? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Eu. **PRESIDENTE:** Tá? É isso? Felipe. Felipe, é uma contribuição aqui ou é já a Comissão? **FELIPE:** Sobre essa temática. **PRESIDENTE:** Ah, tá. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Mas é da Comissão? É pela Comissão? **PRESIDENTE:** Pela Comissão? **FELIPE:** Pode ser. **PRESIDENTE:** (inaudível) apoio, não é? Então. **FELIPE:** Não, não. (inaudível) da temática (inaudível). **PRESIDENTE:** Tá. Tá. Vai lá. **FELIPE:** Bom dia a todas e todos. **PRESIDENTE:** (inaudível). **FELIPE:** Obrigado, (inaudível). Felipe, FET/SUAS-MG. Eu só queria reforçar assim, porque eu acho que pode ajudar na compreensão, na materialização desse entendimento, não é? Que nós estamos falando sobre a URCMAS. Com relação à participação que todas e todos nós tivemos nas conferências regionais, de quando separamos os grupos, das dificuldades com relação à entidades, por exemplo, não é? Muitos grupos lá, quando separavam entidades para eleger os delegados representantes de entidades, tinham instituições de toda gama que na verdade não eram entidades socioassistenciais. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Conselho Tutelar? **FELIPE:** Creche, sindicatos, que não exerce nenhum serviço, não exerce atividade socioassistencial, mas que foram eleitas nas conferências municipais para representar entidades socioassistenciais. Então esse apoio as URCMAS que compete aos CEAS faz com que as URCMAS tenham o entendimento, que os CMAS passem a ter o entendimento do que são as entidades, quem pode ser, como escrever as entidades. Esse é o tema que eu vou trabalhar na reunião da URCMAS de Salinas no próximo dia 28 e que vai ajudar o CMAS daquela URCMAS a entender quem são, quem podem ser inscritas como entidades socioassistenciais. E aí para a gente também ter total ciência disso, o estado de Minas Gerais deveria ter 22 URCMAS porque nós temos 22 regionais da SEDESE. E das 22, nós só temos uma URCMAS em atividade. E reforçando a resolução que diz que compete ao CEAS apoiar e fortalecer as URCMAS no estado de Minas Gerais. **PRESIDENTE:** Obrigada, Felipe. Então a gente continua com a contribuição das comissões. Podemos chamar agora. Felipe, você, querido, pela Comissão de Apoio. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** A discussão que vocês fizeram pelo (inaudível)? **PRESIDENTE:** Eu

nem lembro (inaudível). **FELIPE:** A Comissão de Apoio não tem nenhum ponto a apresentar sobre o relatório não. O que nós entendemos é que esse relatório é um relatório do trabalho que já foi executado, não é? E não teve nenhum ponto a apresentar não. **PRESIDENTE:** Normas. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade de São Vicente de Paula. A Comissão analisou sobre a perspectiva das suas atribuições, então o relatório de gestão, ele foi bem coeso e apresentou todas as perspectivas de um relatório de gestão, trazendo os subsídios necessários para que a gente possa averiguar a aplicação do recurso e aquilo que foi gerido pelo órgão gestor. Nesse sentido também a gente faz coro com a comissão que acaba de apresentar o seu relatório para fazer a inclusão das recomendações, considerando o modelo de relatório de gestão de 2023 e para os próximos anos. Lembrando da recomendação de linguagem acessível para que todos, aquelas pessoas que têm um pouco mais de dificuldade na leitura possam lê-lo com um pouco mais de clareza. **PRESIDENTE:** Política. Comissão de Política. **ITAMAR:** Só estou abrindo aqui. **PRESIDENTE:** Fique à vontade. **ITAMAR:** Itamar, da SEDESE. Só um minuto que eu estou lendo, pelo pedido da Marilene, o nosso parecer da Comissão de Política. Só um segundo. **ELDER:** É aquele ali, Itamar? **ITAMAR:** Oi? **ELDER:** (inaudível). **ITAMAR:** Então. Nossa súmula é bem breve, não é? A Mira abriu ali. Nossa súmula é que a prestação de contas foi enviada dentro do primeiro semestre de 2023, como já foi citado aqui, e em linhas gerais as ações foram cumpridas de acordo com o pactuado. Considera-se que a prestação de contas de cada trimestre foi aprovada em plenária do CEAS de forma que esse relatório (inaudível) das relações de contas trimestrais. (inaudível) de aprovação. É só isso, bem breve mesmo. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada. Gente, gente. Monitoramento. **ERICA:** Erica, CMAS – Coronel Fabriciano. Abre a, a súmula está aberta? **SECRETÁRIA:** Vou abrir. **ÉRICA:** Tem hora que até eu esqueço. Bom, a Comissão reuniu, estavam presentes eu, Elder, a Gabi e a Iara. A conselheira Simone, ela justificou, e a Cinara também. **ELDER:** E o Tomás também. **ERICA:** É, Tomás também. Então vamos lá. Primeiro ponto foi que nós entendemos que foi até uma questão que vocês colocaram aqui também, que é sobre a estrutura do relatório. Então a gente entende que não tem um modelo, um padrão para a construção desse relatório. O que torna difícil, não é? Atender todos os pontos. Por isso que talvez a gente ache que está faltando muita coisa ou considere que não está muito bom, por isso. Porque não existe uma estrutura para basear, para

construir o relatório. Então a gente pensou em oficializar o CMAS, não é? Oi. Oi. Oi. Então tá, espera aí. Solicitando a produção de materiais orientativos sobre a estrutura adequada dos documentos de planejamento, avaliação e gestão do SUAS. Relatório de gestão, PEAS, prestação de contas e etc. Então esse é um ponto que a gente achou importante sinalizar. Outro ponto é criar, no âmbito do CEAS, para as próximas análises dos relatórios de gestão, uma proposta de parâmetros para avaliação desse documento enquanto o CMAS não criar as suas orientações. Porque também torna-se difícil a gente verificar se está contemplando ou não, até porque sabemos que é um relatório posterior ao que já aconteceu, então só está informando o que foi feito. Como a gente não tem indicadores para avaliar, fica difícil saber se está bom ou se está ruim. Aí a gente parte do princípio do achômetro, não é? Nós achamos se está ou não. E aí fica confuso e talvez a gente pode até pecar em algumas circunstâncias. Outro ponto é a indicação de aprovação do relatório de gestão, considerando que houve o relato das ações da SEDESE e a apuração das ações do FEAS. Então, do ponto de vista da Comissão, a gente aprova o relatório com essas considerações. É isso, gente. Elder, quer falar alguma coisa? Alguém da Comissão? **ELDER:** Não, eu estou de boa. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível). Você comentou que a gente pediu que também fosse (inaudível)? A primeira coisa que você (inaudível). **PRESIDENTE:** A resolução, por favor. **ELDER:** Elder, SEDESE. Vou ler a resolução então. Resolução CEAS 2023. Aprova o relatório de gestão anual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) relativo ao ano de 2022. O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-MG), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13 da lei estadual nº 12262, de 23 de julho de 1996, considerando a deliberação da sua 39ª Plenária Extraordinária, ocorrida em 21 de setembro de 2023 e considerando a lei federal 8742, de 07 de dezembro de 93, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Considerando a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) aprovada pela resolução CNAS... Oi. Você quer fazer destaque? **GRAZIELE:** Não tem que (inaudível) o PEAS, não? (inaudível) o PEAS. **ELDER:** Tá. Você quer fazer destaque, Grazi? Pode fazer. **GRAZIELE:** Grazielle, CRP. Não tem o PEAS. Não teria que ter o PEAS nos considerandos? **ELDER:** Então acrescentar a legislação relativa, a resolução relativa ao PEAS nos considerandos. Considerando a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) aprovada pela resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Considerando a

resolução CEAS n° 768/2022, 780/2022, 791/2023, 793/2023 que aprovam os relatórios trimestrais de execução físico-financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais (FEAS-MG) no âmbito de 2022, resolve. E considerando a resolução n° 679, de 2019, que dispõe sobre a aprovação do Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais (PEAS), resolve. Artigo 1°. Aprovar o relatório de gestão anual do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), referente ao ano de 2022, apresentado pela subsecretaria de assistência social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais. Artigo 2°. Recomendar a SEDESE. 1. Que o relatório de gestão anual seja pautado no CEAS, nos prazos semelhantes à prestação de contas do quarto trimestre do mesmo ano, a fim de possibilitar uma análise mais integrada pelos conselheiros. 2. Nos próximos relatórios de gestão anuais, que sejam apresentados os parâmetros, metas e prazos anuais para a ação, com base no Plano Estadual de Assistência Social (PEAS), estabelecendo comparativos com os anos anteriores a fim de permitir a avaliação do CEAS sobre os resultados atingidos. 3. Ampliação dos recursos humanos do SUAS estadual, com vínculo estatutário e melhores condições de trabalho. 4. Ampliação do aporte de recursos no FEAS para priorização e fortalecimento do SUAS estadual. 5. Ampliação das ações de capacitação e apoio técnico específicas aos conselheiros, aí você pode subir, por favor, do CEAS. Artigo 3°. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 21 de setembro de 2023. **SECRETÁRIO:** Destaque. Lucas, Conselho Central de Curvelo. Eu pedi para poder fazer uma inclusão de um dispositivo 6° para a questão da linguagem acessível, não é? Para que todos os documentos viessem com linguagem cidadã, até porque nós já temos uma lei que diz sobre isso, então é importante fazer essa menção. **ELDER:** Pode sugerir o texto? Então pode colocar que... Mira. Quem está escrevendo aí? Então a sugestão de texto. Que o próximo relatório seja elaborado em linguagem acessível, que fala? Em linguagem cidadã? Eu pensei em falar em linguagem acessível, conforme a lei tal, tal, tal, tal. Oi? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Elaborar. Põe direto. Elaborar... **ELDER:** É porque os outros está tudo “que”, está vendo? Que o relatório de gestão, os próximos relatórios de gestão. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Não é que o próximo, não é? Que os relatórios. **ELDER:** Que os relatórios de gestão. Ou, mas eu também acho melhor. Elaborar relatórios de gestão. Eu deixo a Mira doidinha, não é? Toda hora eu mudo a frase, coitada. Elaborar relatórios... A Mariana já achou. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** O

quê que está aí em cima? Sugere... **ELDER:** Recomenda-se a SEDESE elaborar os relatórios de gestão em linguagem acessível conforme a lei. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível). **ELDER:** E mudou de ideia. Conforme a lei... **PRESIDENTE:** (inaudível). Como é que é, Kariny? **KARINY:** Capacitistas. **PRESIDENTE:** Capacitistas. **ELDER:** Tempo. Conforme, é lei da linguagem cidadã? Então vamos colocar lei da linguagem cidadã e depois o pessoal põe o número certinho, pode ser? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Tem o esforço da colega ali. **ELDER:** Parece que não é o mesmo. Não é esse mesmo não, Mari? É essa que ela falou. Eu sugeri colocar... **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível). **ELDER:** Eu sugeri colocar a lei 13460, só antes de publicar, a gente só confirma. Lei federal, é federal, não é? Lei federal nº 13.460/2017. Ok. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** 460? **ELDER:** Lei 13.460/2017. Lei federal. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** O quê que é isso, gente? Que lei que é essa? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Fala o quê? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Utilização de linguagem simples, compreensível, evitando o uso de siglas e jargões (inaudível). **SECRETÁRIO:** É isso mesmo. **PRESIDENTE:** Então nós vamos colocar em votação e aí (inaudível). **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Aí é planilha de votação mesmo? **PRESIDENTE:** É. Porque ela é nominal. Gestão de 2022. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Coloca o ano para a gente, Mira? Que é 2022. **SECRETÁRIA:** Como que é? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Colocar relatório de 2022. **PRESIDENTE:** Gente. Essa votação, ela é nominal, não é? As pessoas vão responder, tendo acesso ao microfone, não é? Então está em votação o relatório de gestão 2022 com as ressalvas recomendadas pelas comissões. **SECRETÁRIO:** Conselheira Arlete, pelo Movimento Graal do Brasil. **PRESIDENTE:** Aprovado. **SECRETÁRIO:** Conselheira Gabriela, pelo CMAS-Salinas. **GABRIELA:** Gabriela, CMAS-Salinas, aprovado. **SECRETÁRIO:** Conselheira Grazielle, pelo CRP. **GRAZIELE:** Aprovado. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Isac, pela ASQUIS. **ISAC:** Isac, representante de usuários, aprovo. **SECRETÁRIO:** Conselheira Kariny, pelo Bem-Estar do Menor. **KARINY:** Kariny, Bem-Estar do Menor, aprovado. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Lucas, pelo Conselho Central de Curvelo, pela aprovação. Conselheiro Leandro está ausente, então conselheira Sandra, pelo SINTBREF. **SANDRA:** Desculpa, gente. Bom dia. Aprovado. **SECRETÁRIO:** Sandra, nós vamos te convidar a tomar assento à mesa, tá? **SANDRA:** Sim. Não, eu vi que até deixei aí o (inaudível) da reunião, eu

vim para perguntar, ela falou para mim pegar lá. Eu vou pegar. Porque eu fiquei esperando o Leandro, não é? **SECRETÁRIO:** Está joia. **SANDRA:** Na perspectiva que ele estava atrasado. **SECRETÁRIO:** Conselheira Iara, pela Congregação São João Batista. **IARA:** Aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira, deixa eu ver, não, não é Bayão não. Conselheira Marilene, pela FETAEMG. **MARILENE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Simone, pelo CMAS-BH. **SIMONE:** Aprovado. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Elder, pela SEDESE. **ELDER:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Anna Karla, pela CEAPA. **ANNA KARLA:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Michele, pela Secretaria de Educação. **ELDER:** Ela (inaudível) não chegou ainda. **SECRETÁRIO:** Não? Conselheira Gabriele Sabrina, pela SEDESE. **GABRIELE:** Aprova. **SECRETÁRIO:** Conselheira Érica, pelo, só um minutinho para eu poder corrigir a planilha. Conselheira Érica por CMAS-Coronel Fabriciano. **ERICA:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Úrsula, CMAS-Caeté. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Ela não está. **SECRETÁRIO:** Conselheira Cláudia, CMAS-Uberaba. **CLAUDIA:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Jorgiane, pelo COGEMAS. **JORGIANE:** Aham. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Wellington, pelo COGEMAS. **ELDER:** Ausência. **SECRETÁRIO:** Conselheira Cristiane, pela Secretaria de Saúde. **CRISTIANE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Vinícius, pela Secretaria de Fazenda. **VINICIUS:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira... **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Tomás. **SECRETÁRIO:** Espera aí. Conselheiro Tomás, pela SEPLAG. **TOMAS:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Então vamos lá, fazer a contagem dos votos. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível) está somando. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Está somando. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** É porque tem como, não é? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Foi unânime. **SECRETÁRIO:** Unânime a aprovação. **ELDER:** Almoço e volta que horas? **PRESIDENTE:** Almoço. Muito obrigada, gente. Agora a gente vai ao almoço e que horas que a gente retorna? 13h30, pode ser? **ELDER:** 13h. **PRESIDENTE:** Que hora é agora? **ELDER:** Mas assim, vai voltar 13h mesmo? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Não sei. **PRESIDENTE:** Quantas horas? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** 12h02. **ELDER:** 13h10. **PRESIDENTE:** 13h10. **ELDER:** 13h10. **PRESIDENTE:** Bom almoço.

**SECRETÁRIA:** Conselheiros e conselheiras, vamos retomando os lugares, os assentos, para darmos continuidade à nossa pauta. Atenção, conselheiros e conselheiras, vamos tomando os nossos assentos para darmos continuidade à plenária. Atenção senhores passageiros, (inaudível) Plenária Extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social. Tomem seus assentos e boa viagem. **PRESIDENTE:** Então qual é agora?

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Elder, e o PROCAD (inaudível) para que horas?

**ELDER:** O PROCAD estava ontem. Estava amanhã e puxaram para hoje. **PRESIDENTE:** Boa tarde gente. Boa tarde. Olha, nós estamos precisando de fazer uma atividade paralela, mas não vai parar não, tá? O nosso primeiro secretário vai ficar aqui conduzindo os trabalhos, porque o nosso vice vai estar junto conosco em uma conversa ali. Vai ser rápido, é um encaminhamento que precisamos ter. E a gente convida a diretoria ampliada, ou seja, aquelas pessoas que fazem parte das comissões. **ELDER:** Aí não vai dar (inaudível). **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Ainda tem a apresentação dos relatórios, daí não tem como. **ELDER:** Que aí não tem como. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Vai só vocês dois. **ELDER:** Vai só nós dois. **PRESIDENTE:** Então vamos lá. E aí a gente retorna daqui a pouco, tá? E queremos apresentar também, na oportunidade, a presidente do CMAS-BH. Jandira. Jandira Cristina. E é com quem a gente vai reunir agora, está bom? E na oportunidade, passo a presidência para o nosso primeiro secretário, Lucas. **SECRETÁRIO:** Obrigado, dona Arlete. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Ele é suplente do Elder. Ele é suplente do Elder. **SECRETÁRIO:** Mas ele não assume a mesa. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Derruba ele. **SECRETÁRIO:** Não, a mesa não assume não. Está no regimento interno. Então nós vamos para o nosso primeiro ponto de pauta que é o planejamento de qualificações de 2023, que vai ser apresentado pela Comissão de Política. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Então. Eu acho que não precisa não. **SECRETÁRIO:** Então tá. **ITAMAR:** Boa tarde a todos. Então como a nossa representante da Comissão de Política também foi para a mesa ampliada, eu vou ler aqui rapidamente a nossa súmula sobre o planejamento anual das ações de qualificação de 2023. Seguinte. Na opinião da Comissão de Política, as ações de qualificação tiveram acréscimo às suas ações presenciais, conforme solicitado por esse próprio CEAS anteriormente. Também continuam sendo realizadas ações virtuais para diversos temas, nos quais ou o público é muito diverso para uma reunião presencial, ou é uma qualificação de temas já abordados, o que resulta em um percentual razoável entre o *online* e presencial. Sobre a pauta da Comissão de Política, as ações cobrem todos os direcionamentos da Política de

Assistência Social – Minas Gerais, mesmo que nem sempre de modo presencial, em uma política descoberta de ações de capacitação ou qualificação. A demora para realizar a análise também traz pouca margem para adequações ou alterações aí no 2023. Essas sugestões são mais aplicadas apenas para a capacitação do ano que vem, 2024. É importante citar também a corresponsabilidade dos municípios em apoiar e oferecer a infraestrutura para participação dos seus trabalhadores, tanto presencial quanto virtual. Então não adianta a gente ficar falando aqui, falando e falando e o município não contribuir. Sobre o encaminhamento, o nosso indicativo de aprovação conduz sugestões que é também deve se estabelecer uma descrição do plano, uma diferença clara entre apoio técnico e qualificação, e também pensar em mais ações de capacitação para usuários em 2024. É isso. **SECRETÁRIO:** Coordenadores de comissão, alguma manifestação? Só um minutinho, Sandra. O pessoal da Comissão de Política? Sandra. **SANDRA:** Isso. Então, gente. Boa tarde, Sandra do SINTIBREF. Sim, eu participei lá da reunião da Comissão Política, da Comissão Política desse tema. Também veio, não é? Para a gente lembrar que essa matéria passou nos plenários, não é? Veio esse informe que passou aqui em fevereiro, passou em março e também teve a pactuação na CIB, não é? Desse plano que foi, deixa eu ver que dia que foi aqui, 28 de abril, uma reunião extraordinária da CIB. Então assim, deve ter havido apontamentos porque a gente, inclusive eu coloquei por minha fragilidade, a gente não debruçar, para pegar a reunião, o quê que surgiu no nosso plano aqui de colocação, de apontamentos, e que de repente foi aprimorado para depois a pactuação acontecer de forma tranquila, não é? Na CIB. Então um indicativo de aprovação que já foi amplamente discutido e depois pactuado na CIB, mas eu acho que faltou também, no caso eu coloco por mim, a gente conversou isso na Comissão. De ter mais tempo, assim, vai surgindo pautas, surgindo situações e a gente não debruçou assim. Digo meu caso, de pegar os apontamentos no pleno, desses dois plenos, e depois qual foi a orientação da CIB e que orientou pactuar, e assim só dar o referendo aqui de ok e está aprovado. **SECRETÁRIO:** Obrigado, Sandra. Gabi. **GABRIELE:** Gabriele, SEDESE. Eu acho que só, nessa lógica do que a Sandra está dizendo também, aí só lembrar que esse plano, ele é construído com o assessoramento do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS, o NEEP, então teve essa etapa prévia também de construção no NEEP, pactuação na CIB e aí agora deliberação do CEAS que teve esse atraso, não é? Pelo, a gente priorizou as pautas da conferência nesse período, então teve esse atraso que inclusive o NEEP oficiou o CEAS, não é? Para priorizar essa pauta. Mas eu acho que assim, acompanharia o indicativo da Comissão

pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central de Curvelo, pela Comissão de Normas. Eu só queria compreender o quê que a Comissão entende como percentual razoável. **ITAMAR:** A gente não fez uma comparação numérica, mas assim, o percentual razoável, na minha opinião, foi o seguinte. A gente analisou e teve o aumento de ações presenciais, o que é importante, é uma demanda de todo esse CEAS e já foi algo de mais de uma discussão. Porém é impossível fazer todos presenciais e também se tivesse um excesso de ações *online*, esse percentual não seria razoável, então foi uma análise e como a senhorita mesmo citou, a gente viu por alto e achou essa proporção razoável. Eu não tenho, não foi feito uma análise matemática, comparação desses números.

**SECRETÁRIO:** Ok. Gabriela Loiola. **GABRIELA:** Gabriela Loiola, CMAS – Salinas. Eu só gostaria de saber se a Comissão consegue pontuar sobre os indicativos de capacitação presencial, se tem esse levantamento dentro desse plano, dentro da nossa plenária, em diversos momentos a gente conversando sobre a importância da capacitação, foi trazido uma proposta da capacitação no formato do CapacitaSUAS. Se o plano tem contemplado essa perspectiva, não é? De formação para os trabalhadores, usuários, entidades, etc e tal. E, eu me perdi aqui. E essa questão dessa definição, não é? Também eu acho que é muito importante trazer porque em alguns momentos aqui, na hora que vai apresentar sobre as ações desenvolvidas pelo governo do Estado, no que diz à capacitação, fica muito naquela coisa de assessoria confundindo ali como um processo de capacitação e tudo mais. Que vocês falaram, mas que eu achei que foi muito rápido, se pode falar um pouco melhor para a gente. **ITAMAR:** Você quer falar? **GABRIELE:** Vou, porque a capacitação (inaudível). Gabriele, SEDESE. Aí respondendo a Gabi. A questão, só para deixar claro, a gente está prejudicado com a temporalidade desse relatório também. Era o planejamento das qualificações para serem executadas em 2023. Então nós já estamos em setembro e aí essas capacitações e ações de apoio técnico já aconteceram, não é? E aí a gente tem só mais um trimestre de execução. Esse encaminhamento do CEAS para capacitações conforme modos no CapacitaSUAS ficou para o planejamento de 2024, tendo em vista que em 2022 e 2023 a gente está com o contrato vigente de capacitação EAD com a Póli Civitas que é a nossa instituição de ensino contratada. Mas aí para 2023 esse contrato se encerra e aí a ideia é que a gente já aumente, não é? Como o Itamar já colocou. No planejamento, por solicitações do NEEP e da CIB, todas as ações que estavam previstas como oferta virtual, elas estão sendo feitas de forma presencial com transmissão. Lá no auditório do JK da Cidade Administra, não é? Principalmente. Então a gente considera que o meio termo foi atingido, não é? Ampliou-se o percentual de ações

presenciais, como o Itamar falou, mas para 2024 essa questão dos modos do CapacitaSUAS. Com relação às tipologias, eu acho que fica confuso mesmo, assim, para quem não tem o hábito com relação às ações de educação permanente. Mas aí tentando um panorama geral que está lá no Plano Estadual de Educação Permanente, a gente tem a PENEPE, não é? A Política Nacional de Educação Permanente que é de 2013. Ela traz duas metodologias, digamos assim, que são as ações de formação que aí a gente está falando de especialização, mestrado, formações de nível técnico e superior, e as ações de capacitação. Dentro da capacitação, é considerado a capacitação introdutória, capacitação de atualização e supervisão técnica. Então isso, no âmbito nacional a gente tem essas duas modalidades que aí são capacitações de 20h, 40h, com certificado. E aí tem essa metodologia. Em Minas Gerais, uma resolução do CEAS, de 2018, trouxe também, a gente descreveu as tipologias de apoio técnico que são essas outras ações com carga horária menor do que a SEDESE executa. Então oficinas de apoio técnico, visitas de apoio técnico, videoconferências. Então a gente tem, quando a gente fala pessoas qualificadas ou qualificações, a gente está dizendo do todo. Tanto as capacitações que são por instituições de ensino, com certificado, carga horária definida, quanto essas ações menores. Então acho que tentando trazer um panorama geral. A Lívia, nossa diretora de Educação Permanente, também está aí, se vocês tiverem mais alguma dúvida. **GABRIELA:** Desculpa, viu, pela minha ignorância. Mas, Gabriela, CMAS – Salinas. Eu gostaria de compreender como que é esse processo de formação que implica em mestrado, pós-graduação, e como que o Plano prevê que ele atinge os municípios. **GABRIELE:** Boa pergunta, Gabi. A formação, nem o Governo Federal, nem o governo dos Estados, os governos municipais ainda não avançaram da forma que deveriam. A gente ainda está nas capacitações. As formações, especializações, aperfeiçoamentos, a gente ainda não tem uma oferta definida. É. Aí a gente tem, no âmbito do planejamento do NEEP, não é? A escola do SUAS, a criação de uma Escola do SUAS que busque ampliar essas ações. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central de Curvelo. E só trazendo uma questão que a gente já começou a discutir isso no NEEP, não é, Grazi? Que a gente quer que amplie esses formatos, não é? Não só o mestrado, mas também doutorado, que a gente quer abarcar. Então a gente está focando justamente nesse sentido, para poder trazer uma construção do Plano de Educação Permanente, que contemple todas essas especificidades, não é? Aquilo que a gente enxerga como deficiência, a partir do momento em que se tem uma conjuntura de construção de uma Escola do SUAS, não é? Um espaço físico e virtual para, porque é físico e virtual?:

Porque a ideia é de que a escola do SUAS comece virtual e avance para o espaço físico, não é? Até porque a gente também tem que entender que não é todo mundo que tem o acesso à *internet*, acesso a sistemas tecnológicos. É. Não é um direito. A *internet*, ela não é um direito, não é? Então é importante que a gente já está avançando nesse sentido e para além disso a gente já começou a cobrar da gestão do Estado, não é? Dentro do NEEP, esse aprimoramento e até mesmo para que a gente pudesse conhecer a realidade da Escola do SUAS que já foi visitado, não é? Em Mato Grosso? No Mato Grosso. Acho que não é Mato Grosso não. **GABRIELE:** Mato Grosso. **SECRETÁRIO:** Mato Grosso. Isso mesmo. Gabi. **GABRIELA:** Gabriela, CMAS – Salinas. Eu só gostaria de demonstrar a minha felicidade em estar discutindo sobre essa questão de formação no SUAS. Depois da pandemia, eu tive uma sensação de desprofissionalização e eu acredito que vem muito por causa dessa situação do volume de atividades, de muitas ações para serem desenvolvidas pelos trabalhadores do SUAS, as pessoas que estão envolvidas na Política de Assistência Social. Aí a sensação que eu tenho é que houve uma desprofissionalização da Assistência Social. E aí a gente cai em um risco muito grande porque quando isso acontece, a metodologia que se predomina é da benevolência, é da caridade, é do assistencialismo. E aí a gente coloca em risco algo que custa muito caro para nossa sociedade, não é? Que vem de uma realidade escravocrata, que tem toda uma relação de dominação, que são direitos sociais conquistados de forma colada na Constituição e estão previstos na Constituição Federal. Então eu gostaria de demonstrar a minha felicidade de estar sendo discutido e espero que se avance, não é? Aí eu acho que isso tem que ficar no radar do Conselho, tem que ficar no radar do NEEP, tem que ficar no radar aí da gestão, para que essa política pública, ela não avance nesse processo de desprofissionalização que é a sensação que eu, enquanto trabalhadora, tenho tido nos espaços. E aí, gente, é pensar nesse processo de formação lá na ponta mesmo, não é? Lá na execução do trabalho, lá com os profissionais e eu acho que é possível alinhar isso. Ah, inclusive em um formato de que o trabalhador se mantenha ali por um determinado tempo, já que está havendo o investimento, que é o que a gente observa que as grandes empresas também fazem. E essa qualificação acaba trazendo benefícios é para a sociedade, é para o usuário, porque uma mão de obra qualifica vai refletir mesmo na prestação de serviço de qualidade, não é? **SECRETÁRIO:** Mais alguma inscrição? Não havendo, submeto em votação. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível). **SECRETÁRIO:** Tem. Isso. Você lê para a gente, Dri? Por favor. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Dispõe sobre a aprovação da revisão do Plano

Estadual de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais (PEP/MG – 2020-2023), referente ao ano de 2023. O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-MG), no uso de atribuição prevista que lhe são conferidas pelo artigo 13 da lei estadual 12.262, de 23 de julho de 1996. Considerando a deliberação de sua 39ª Plenária Extraordinária ocorrida em 21 de setembro de 2023 e considerando a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá providências. E dá outras providências. Considerando a lei estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social. Considerando a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Considerando a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS). Considerando a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 04, de 13 de março de 2013, que institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP/SUAS). Considerando a resolução da Secretaria de Estado de Trabalho de Desenvolvimento Social (SEDESE) nº 36, de 22 de julho de 2015, que institui o Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais (NEEP-SUAS/MG). Considerando a resolução do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/MG) nº 643, de 2018, de 23 de novembro de 2018, que dispõe sobre os parâmetros para a Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no estado de Minas Gerais, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS) e sua articulação com o apoio e assessoramento técnico aos municípios mineiros, o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Considerando a resolução do Conselho Estadual de Assistência Social nº 708, de 23 de outubro de 2020, que dispõe a aprovação do Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais (PEEP – Minas Gerais), 2020/2023, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS). Considerando as contribuições e subsídios do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais (NEEP/SUAS-MG) e demais colaboradores. E considerando a resolução da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) nº 01, de 28 de abril de 2023, que pactua o Planejamento Anual das Qualificações 2023 para compor o Plano Estadual de Educação Permanente

do SUAS de Minas Gerais (PEEP/MG – 2020-2023), resolve. Artigo 1°. Aprovar a revisão do Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais (PEEP/MG – 2020-2023), referente ao ano de 2023, conforme o anexo I desta resolução. Artigo 2°. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 21 de setembro de 2022. **SECRETÁRIO:** Eu tenho um destaque para a inclusão de dois dispositivos. O primeiro dispositivo seria um artigo 2° para recomendar ao NEP a apresentação de uma minuta de resolução junto à Comissão de Normas, para atualizar a resolução 643, de 2018, que trata justamente sobre as orientações. Como é que chama, Gabi? O padrão de orientação. Parâmetros de Educação Permanente para o estado, até mesmo para poder fazer a inclusão do doutorado, não é? E a atualização da padronização. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Você tem recomendações? **SECRETÁRIO:** Recomendar (inaudível). **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** De colocar a diferença de atividades (inaudível) de apoio técnico e qualificação. **SECRETÁRIO:** Recomendar ao NEEP que proponha à Comissão de Normas do CEAS a atualização, a apresentação de uma minuta de resolução para atualização da resolução 643, de 2018. Beleza. O terceiro dispositivo, artigo 3°. Sim, artigo 3°. O Conselho Estadual de Assistência Social do estado de Minas Gerais deverá aprovar o Planejamento de Qualificações anualmente e no mês de maio. Até o mês de maio. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** É muito melhor. **SECRETÁRIO:** Isso. Anualmente, até o mês de maio. Bayão, quer usar do microfone, Bayão? Fala no microfone para a gente. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Ela está com dúvida. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Porque até maio? Tem (inaudível)? **MARIA:** Boa tarde, Maria Aparecida Bayão do Fórum de Usuários. Eu estou perguntando porque só até o mês de maio, porque eu também, eu faço, não é? E gosto muito. E acho que é uma pena que tenha pouco interesse das pessoas com uma coisa que é necessária. **SECRETÁRIO:** Sim. **MARIA:** Trabalhador, gestor, usuário. Não é só para mim não, é para todos. Eu acho muito bom, gosto muito. **SECRETÁRIO:** É. Bayão, a sugestão de colocar que seja aprovado ou deliberado o planejamento até o mês de maio é para que a gente não faça o que está acontecendo agora. Esse plano é referente ao ano de 2023. O ano de 2023 já acabou. Então a gente está aprovando no mês de setembro algo que deveria ter sido aprovado lá no mês de maio, depois da aprovação da resolução 01 da CIB. Então nós vamos delimitar que o Conselho Estadual aprove o Planejamento Anual de Qualificação anualmente até o mês de maio. **MARIA:** Agora entendi. **SECRETÁRIO:** Então vou submeter à votação. Tem mais alguma colaboração de algum conselheiro ou

conselheira? Em votação. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** É nominal?

**SECRETÁRIO:** Não. Os conselheiros e conselheiras que concordam com a aprovação da resolução, por favor se manifestem. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Conta para nós. **SECRETÁRIO:** Aprovado. Alguma abstenção? Abstenção da conselheira Iara. Próximo ponto de pauta. Aproximação SUAS: novos critérios de partilha. Comissão de Orçamento para apresentação. **GABRIELE:** Gabriele, SEDESE. Aí gente, na verdade é a súmula. É. Porque assim, essa é uma pauta também orçamentária. A gente está falando de uma proposta da SEDESE que foi pactuada na CIB, de critérios de partilha para uma nova rodada do projeto Aproximação SUAS. Por ser pauta orçamentária, ela também está prevista para ser discutida em todas as comissões. Então a Comissão de Orçamento fez uma análise ontem do material que foi enviado. Aí eu queria, por favor, que fosse projetada a súmula da Comissão. Na verdade, assim, aí minhas colegas aí e Rodrigo também, que participou. Se tiverem complementações. A nossa discussão, assim, com relação ao Aproximação SUAS. Só um minutinho, gente. Aí só lembrando, enquanto eu abro a súmula, que eu estou com a súmula errada aqui. A gente está falando de um projeto que já abrangeu 73 municípios mineiros, não é? E aí nessa proposta que chegou para a gente, estão sendo propostos, gente, desculpa, é só porque eu não prestando atenção, por causa das conversas. A gente está falando agora de uma nova rodada prevista 56 novos municípios. Então a gente, o projeto de 2020, 21, 22 e 23, abranger 73 municípios e agora a gente está falando de uma ampliação para outros 56 municípios. Aí a gente fez, não é? Analisou a apresentação que foi enviada pela SEDESE. E aí é importante registrar que foi enviado essa semana, porque foi pactuada na CIB segunda-feira, dia 18. Aí a Comissão não chegou a uma proposta de encaminhamento pela aprovação ou pela aprovação com recomendações porque a Comissão trouxe algumas dúvidas com relação à essa proposta, não é? Como a gente vê nos critérios apresentados, e aí a gente pode ouvir as outras comissões ou trazer a equipe do Aproximação SUAS para explicar. Mas aí a ideia é a gente abrangia 73 municípios e vai abranger 56. Tem alguns critérios que foram propostos, não é? Que selecionam algumas regiões, seleciona municípios rurais e aí a Comissão trouxe o questionamento sobre a amplitude mesmo, a escala dessas ações, a abrangência, não é? Que delimita algumas regionais. Então de a gente entender melhor esses critérios, não é? Porque a gente está falando de um estado com 853 municípios no qual a gente vai aprovar uma priorização de 56. Então eu acho que é importante que seja apresentado um pouco desses critérios, porque a Comissão trouxe um pouco (inaudível) a gente abrangeu 73, vamos abranger

mais 56, não é? Vamos chegar a 129, mas nós temos outros municípios com situação de ruralidades e pobreza no estado. Outro questionamento, e aí até o Rodrigo que trouxe, com relação à origem da captação desses recursos. Porque a gente tem 56 municípios novos no qual tem recurso disponível em 2023 para 17. Então um pouco da insegurança, não é? Sobre o repasse dos novos 39 municípios, um recurso que ainda precisa ser captado. E também por ser recurso da loteria mineira, não é? Não ser um recurso continuado, garantido. Então a gente também traz essas reflexões do ponto de vista da Comissão de Orçamento. E por fim, eu acho que uma terceira discussão que aconteceu na Comissão é sobre ser um projeto, um programa com temporalidade definida. Então não é um recurso continuado, não é? Os municípios recebem um repasse, um incentivo financeiro único para executar as ações. Então a gente falou da necessidade de fortalecimento da proteção social básica por meio de repasses continuados. Então no geral, não é? Assim, a gente até falou da relevância desse recurso. Eu acho que, se não me engano, são cerca de R\$152.000,00. Esse recurso faria diferença para esses 17 municípios, não é? Que serão contemplados com a aprovação do projeto. Mas a gente pontua essas reflexões para o CEAS tomar a decisão. Acho que em resumo foi isso.

**SECRETÁRIO:** Grazi. **GRAZIELE:** Graziele, CRP. Agradecer à Gabi, não é? Ela fez um relato do que a gente discutiu e eu só, eu quero reafirmar o que a gente estava, reafirmar o que a Gabi está trazendo, não é? Da nossa preocupação de às vezes a gente ter projetos que, às vezes, fragilizam cada vez mais o SUAS. A gente reconhece que esse valor, para alguns municípios é um valor bem considerável, não é? Porém o recurso, esse programa, de modo geral, o que esse recurso é utilizado é para compra de automóveis e compras de materiais de informática. De modo geral, não é? Claro que o município tem outras questões, mas é o que o RH, claro que isso é a opção na maioria dos municípios. E a gente estava trazendo, por exemplo, que às vezes a temporalidade desse recurso é pequena, não? Então assim, principalmente para o estado se esforçar em criar condições orçamentárias e também projetos para que dê mesmo condições para que o município saia daquela condição. Porque se a gente compra um automóvel hoje com esse valor, daqui 5, 6 anos, ele vai estar sucateado. E aí até o Daniel colocou, fez alguns apontamentos da dificuldade que a gente tem dessa avaliação desse recurso, se ele está sendo empregado da forma adequada, não é? Porque tem, ele até apontou de relatos que a gente tem do uso inadequado desses automóveis. A gente que está no município, a gente sabe muito bem que isso acontece, não é? E principalmente essa questão. Serão 56, então houve uma redução dos municípios contemplados. Eram 73, não é isso? Hoje

vai para 56, não é isso? Só que não soma-se, não é? Vai só 56. Não, não soma-se.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Não. 73 já recebeu. **GRAZIELE:** Pois é. O 73 já recebeu. Agora serão novos 56 que vão receber, ou seja, houve uma redução. Sendo que desses 56, só tem recurso garantido para 17. Então isso é, a gente pede novamente que o quê a gente, a Assistência Social, proteção social só acontece com recurso público, não é? E a gente pede essa responsabilidade do estado para que tenha orçamento público para a Assistência Social. **SECRETÁRIO:** Obrigado, Grazi. Gabi Loiola e depois Rodrigo.

**GABRIELA:** Eu vou passar, porque às vezes vão fazer com que eu entenda, nas outras falas, depois eu me inscrevo de novo. **SECRETÁRIO:** Rodrigo e depois Nelson.

**RODRIGO:** Rodrigo, ASSPROM. Então, é uma pena o COGEMAS não estar aqui, não é?

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pois é, eu perguntei. **RODRIGO:** Pois é, eu falei com eles mais cedo. Então assim, falei com Jorgiane, os caras têm que estar aqui, porque assim, vocês estão trabalhando. A gente sabe, o SEDESE. Nós estamos vendo o esforço de vocês, não é? E assim, é aquela história, não é, gente? É uma poça em cima de uma poça. Uma ironia, não é? Loteria mineira, não é? Não sei se vocês entenderam, não é? Loteria você vai lá e aposta, não é? E a gente está fazendo uma aposta em algo que não é continuado, não é? Então assim, eu sou solidário a vocês, viu? SEDESE. Porque eu falei com a Jorgiane, na hora que ela chegou. Para a gente, assim, causa muita estranheza, não é? Porque a gente sabe que é uma região lá do arco da (inaudível), não é? Lá do semiárido, não é? Então a gente sabe das precariedades. Mas a Bayão chamou a atenção da gente, eu não sei onde que ela está, ela chamou a atenção da gente lá da Zona da Mata. Então é uma pena que o pessoal não está aqui para poder tentar entender, não é? E sei lá, desembolar isso aí para a gente aí, em forma de algo continuado, não é? Que fortaleça vocês também. Porque a gente tem tentado também. Obrigado, gente. **SECRETÁRIO:** Nelson e depois Sandra. **NELSON:** Nelson, SEDESE.

Não sei se vocês querem fazer todos os questionamentos e eu trago depois, ou posso ir trazendo, não é? Tá. Então assim, primeiro com relação aos 56, não é? A gente, é um novo ciclo, mas os 73 municípios que inicialmente foram atendidos com recurso, eles estão sendo atendidos ainda na execução do recurso, porque ainda alguns municípios não finalizaram essa execução, e a gente continua fazendo um acompanhamento deles de maneira técnica, não é? Porque o Aproximação SUAS, ele tem essas duas frentes. O apoio técnico e apoio financeiro. Então esses 73 municípios ainda continuam sendo atendidos. Então a gente entende que a gente está somando mais 56 municípios.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Isso. **NELSON:** Com relação aos critérios, não

é? O quê que eu acho que é importante a gente trazer, assim, para discussão, não é? Lá no primeiro momento, quando a gente trouxe o Aproximação SUAS, a gente tinha um único critério que era o Índice de Desenvolvimento Humano. E aí ele foi, inclusive esse projeto foi aprovado aqui pelo Conselho. E aí muito com base, inclusive, no que o Conselho trouxe para nós, porque a gente tem feito relatórios semestrais com relação à execução dos municípios frente tanto à execução física quanto financeira desse recurso lá na ponta. Então muito com base nesses relatórios também, a gente entendeu a necessidade de ampliar essas discussões. Então hoje a gente tem outros critérios, não é? Então, inclusive alguns coincidem com o IDHM, mas a gente não utiliza mais o IDHM, utiliza uma série de outros critérios. Então a região da SUDENE, a gente colocou lá algumas regionais, listou algumas regionais e essas regionais, elas estão listadas porque são as regionais que têm o número maior de municípios que acabam sinalizando alguns indicadores do Cadastro Único. Então a gente trouxe o Cadastro Único também como um critério, porque antes o Cadastro Único não aparecia como um critério na seleção desses municípios. Então pensando muito na lógica do SUAS, a gente trouxe o Cadastro Único também para esses critérios e quando a gente olha, não é? Tem até o mapinha na apresentação. E depois, para quem fez a leitura do PROCAD, vai ver que lá no PROCAD a gente, e aí eu acho que os dois têm um paralelo também, não é? Aproximação SUAS e PROCAD. Porque são programas para fortalecer, não é? De alguma maneira a execução de algum serviço. Então se vocês observaram lá no PROCAD, também tem essa descrição, não é? Os municípios que estão concentrados nessas regiões ao Norte de Minas, eles concentram 60% da população no Cadastro Único, não é? Se a gente olha para o nosso território enquanto Minas Gerais. Se a gente olha para o sul de Minas, são 30%, 40% da população está no Cadastro Único. Então de fato existe uma concentração da população mais vulnerável nesses territórios e aí por isso que esses territórios são priorizados, não é? Para além disso, assim, é importante a gente entender essa questão da focalização, não é? A gente precisa, considerando o que a gente tem de recurso, considerando o quê que a gente tem de recurso operacional, financeiro, não é? A gente precisa fazer algumas opções, então é por isso que a gente acaba focalizando essa atuação. Acho que com relação ao uso do recurso, não é? A Grazi trouxe, acho que na fala dela, não é? A respeito do recurso ser utilizado na compra do veículo, ele tem uma série de possibilidades que a gente coloca ali na resolução, não é? Então seja para a aquisição de bens materiais, seja para a contratação, então não precisa adquirir o veículo, pode fazer a contratação do serviço. E desta vez a gente colocou também uma

outra questão que é na contratação de profissionais. Porque que a gente colocou isso? Porque quando a gente olha os relatórios de acompanhamento do, isso, 20% no mínimo. Porque quando a gente para os relatórios de acompanhamentos dos outros 73% municípios, aqueles municípios que fizeram a contratação de algum profissional tiveram uma melhor execução das atividades, não é? Eles potencializaram melhor os atendimentos, a gente vê uma ampliação no acompanhamento familiar, uma ampliação das atividades do Cadastro Único, seja para inclusão ou atualização cadastral. Então a gente entendeu que é importante fortalecer principalmente a contratação desses profissionais para execução das atividades que o Aproximação SUAS tem como foco.

**SECRETÁRIO:** Sandra. **SANDRA:** Não, até assim, reconhecer o esforço. Sandra, SINTIBREF. Mas de novo a porta do orçamento, não é? De novo a gente tem aquela sensação, é repetitivo, não é? Eu fui falar lá em Brasília sobre a Comissão de Financiamento lá que faz até (inaudível) de tanto que a gente fala, às vezes, toda plenária a mesma coisa. Do pires na mão, do talvez, quem sabe, uma janela, o dia da loteria. Então assim, faz um planejamento em cima de um talvez, uma possibilidade, não é? E nesse último pleno, amanhã eu vou dar os informes, foi assim, um banho de água fria. Não pela proposta orçamentária, etc, mas no início estive lá para o lançamento lá da CM0, (inaudível) amanhã eu vou estar trazendo esse informe. E a gente está em torno lá das incidências do 1% do orçamento, não é? Da PEC 383 a gente com muita vontade de dar esse grito na conferência, porque o SUAS que queremos não é esse que temos, no que diz respeito ao orçamento. E parece que nem vai ser possível, assim, eles (inaudível) assim, que talvez, empenhado, não é? A gente sabe (inaudível), mas assim, que talvez a gente vai ter que fazer, escalonar 1%. Então assim, é 0,25, vai ser 0,5 e depois daí há pouco? Sempre colocando a introdução que a gente reconhece a equipe de transição, reconhece o esforço do governo de recompor orçamento, que a gente não está... Muito pelo contrário, a gente valida todos os esforços, mas a gente quer incidência em 1%. E quando o presidente do fundo falou, na nossa reunião, e o pessoal técnico lá quis dar 10 bi, hoje. Eu estou falando 10 bi, mas acho que é mais um pouquinho. Nós ficamos até assim, estupefatos, parados, sem saber. Nossa, vai vir esse tanto de dinheiro para a Assistência Social. Mas então assim, é de novo isso. Que os critérios, quando fala: "Ah, está privilegiando". Não, os critérios do norte, porque já foi, não é privilegiando a palavra que eu teria que ter falado. Com certeza, a partir do estudo que lá está concentrado, mas é planejar em cima de quase que um caos de orçamento, sabe? De pouca coisa. Então assim, todo lugar que a gente puder falar e demarcar isso, porque a gente vem com a

conferência. A conferência da reconstrução devia se, não é? Se a gente resgata todo o desmonte que teve minimamente, que a gente sabe que a Comissão de Orçamento lá é muito ansiosa, eles estão sempre chamando a gente de pé no chão. “Ó o pé no chão, não adianta”. Mas assim, é questão de prioridade, é questão de escolha também do governo. Então assim, o ministro Wellington Dias esteve lá e aí ele chegou ao ponto 383, ele está empenhado, mas ele já deixou, assim, sinalizando que talvez não vai ser possível essa totalidade, 1%. Que a gente vai ter que fazer escalonado, assim. E aí no outro dia a gente vai dar o informe da Comissão de Financiamento, a gente fica assim, bem desanimado, não é? Porque não tem, assim, uma perspectiva que a gente estava tendo, a esperança de que na conferência a gente queria fazer isso. O segmento trabalhador, a mesa de negociação que a gente vai estar falando, o orçamento era 1%. Trazer realmente de um governo empenhado e que a gente sabe que está empenhado, não é? Mas a gente também está muito ansioso e eu vejo isso aqui agora, não é? O pouco recurso, porque não pode contemplar mais e recurso da loteria, ninguém sabe e um talvez. E isso é continuar, pires na mão. Isso não é “O SUAS avançou, nós vamos falar de 30 anos de LOAS e 18 de SUAS na conferência”. É disso que a gente vai estar abrindo a conferência. É com esse grito, 30 anos da LOAS e 18 do SUAS. E aí, não é?

**SECRETÁRIO:** Obrigado, Sandra. **SANDRA:** É só para deixar demarcado. Obrigado.

**SECRETÁRIO:** Gabi Loiola. **GABRIELA:** Gabriela Loiola, CMAS – Salinas. Gente, nós não tivemos oportunidade de discutir isso. Na verdade, oportunidade nós tivemos, mas nós não conseguimos discutir sobre esse ponto na nossa Comissão. E aí eu ainda estou com uma dúvida. Eu gostaria de saber, às vezes o Nelson consegue me ajudar, porque são 56 municípios para essa nova etapa. Só que somente 17 receberam o recurso, é isso? **SANDRA:** Até dezembro. **GABRIELA:** Aí depois de dezembro os outros, entram os outros? Deixa (inaudível) falar então. E eu gostaria de compreender também, porque eu acho que você trouxe uma coisa muito importante, que é quando você fala sobre a questão dos impactos que os municípios apresentam quando trazem uma contratação. Como tem sido a avaliação, quais são as ferramentas que vocês têm utilizado. Se vocês conseguem mensurar de forma quantitativa e qualitativa os impactos desse programa, não é? Porque eu me lembro que aqui nas disputas orçamentárias, às vezes o programa foi muito defendido porque tratava-se de um programa do governo do estado de Minas Gerais. Então se você puder me pontuar a respeito. **SECRETÁRIO:** Eu vou aproveitar e vou fazer algumas emendas nas perguntas que Gabi trouxe, até para Nelson poder contemplar. A primeira coisa é que a apresentação, ela traz para a gente as resoluções

SEDESE 57, de 21, a CIB de 2021 e a resolução 7722, de 2021, com critérios de partilha fundamentados em cima do IDHM. E os critérios que foram utilizados para poder definir esses 56 municípios foram outros critérios, não é? Fui até no ouvido do Nelson para poder perguntar. E quais, que critérios são esses? É o que foi pactuado na CIB? Porque a CIB que pactua os critérios, não é? Ele foi e me disse que houve a pactuação na CIB. Não houve a publicação, não é? Houve hoje a publicação da resolução, então falta essa informação da resolução da CIB para frente, para a gente poder entender qual foi a definição desses 56, não é? É a primeira coisa que a gente tem que defender. Porque a gente defende 853 municípios, mas quais os critérios utilizados para poder escolher esses 56? Uma outra questão que eu gostaria de perguntar, em cima do que Gabi trouxe, com relação à contratação de pessoal, é de que maneira o programa está impactando a contratação de trabalhadores? Porque que eu estou fazendo essa pergunta? Porque ele não...

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível). **SECRETÁRIO:** É. Então é muito precária a contratação, então queria saber quais estão sendo os impactos nesse sentido, até mesmo para que a gente possa mudar esses rumos do programa.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Deixa eu só fazer um ponto na fala do (inaudível). **GABRIELA:** E dos 56, eu gostaria de compreender também como que vocês chegaram nos primeiros 17. **NELSON:** Tá. Então, Nelson, SEDESE. Bom, na realidade, porque depois quando a gente tiver a oportunidade de abrir a minuta aí da resolução e vocês vão ver que a gente não define que vão ser pagos só, a gente não está definindo o pagamento dos 17 na resolução, não é? A gente coloca os 56 e a gente prioriza esses 17 para pagamento neste ano, porque a gente tem recurso disponível para esses 17. Mas inclusive a gente já está mobilizando e tentando buscar recurso para fazer o pagamento dos 56 ainda este ano, por isso que a gente coloca na resolução a possibilidade de já incluir esses 56. Se a gente retomar na memória aí o Aproximação SUAS, aí vocês vão lembrar que a gente tem duas publicações do Aproximação SUAS. Anteriores, não é? Do ciclo anterior. Porque a gente fez uma primeira resolução contemplando 35 municípios, se eu não me engano, e aí depois a gente fez uma segunda, contemplando os demais, que eram 38. E aí isso dificultou, atrasou um pouco, então por isso que a gente já traz nessa a possibilidade já de incluir os 56 e porque a gente já está buscando esse recurso e tentando providenciar o pagamento dos 56 ainda esse ano. Com relação ao acompanhamento. Então a gente faz trimestral. Então a cada três meses a gente tem técnicos de referência que estão vinculados àqueles municípios, então a cada três meses esses técnicos entram em contato com o município, seja por telefone, seja presencial ou

recebendo ali na Cidade Administrativa, ou visitando o município, seja por videoconferência, e-mail, não é? Aí cada município e técnico articula aí à sua maneira, mas a gente faz esse acompanhamento trimestral. Que é um acompanhamento menos detalhado, e aí semestralmente a gente busca outros dados, então a gente solicita relatórios, solicita o extrato da conta bancária, compreende o quê que já foi executado ou não, fisicamente, não é? Se já teve a aquisição do bem que estava previsto no plano de serviço. E para além disso, o quê que o município tem executado de atividade. Então ele, quantos Cadastros Únicos foram atualizados, quantas famílias foram incluídas no Acompanhamento Familiar, quantos novos cadastros, existiram ações de busca ativa. Então o município relata isso para nós também. Para além disso, a gente tem feito, e aí depois se a Mariana (inaudível) quiser me complementar, a gente fez algumas entrevistas. Então a gente chamou os municípios e a gente tem ouvido por parte do município um relato de como tem sido a execução da Aproximação SUAS lá no território, não é? Quais foram as dificuldades, o quê que ele entende de avanço. E isso inclusive vem para o Conselho, a gente já apresentou um relatório do semestre anterior e o desse semestre a gente está finalizando ele, então deve vir para a próxima plenária. Então a gente faz esse relatório e encaminha para o CEAS. A gente já fez essa apresentação aqui anteriormente. Então o monitoramento e o acompanhamento dos municípios se dá dessa forma. Com relação ao questionamento do Lucas a respeito da contratação desses profissionais. De fato é uma contratação temporária, porque tem uma previsão de recurso. E aí o que eu entendo, é assim. É que, e aí eu até falei isso, trouxe anteriormente, não é? Ele está muito paralelo com o que está posto no PROCAD/SUAS, não é? É que é para potencializar algumas ações. Então o quê que a gente quer é potencializar ações de busca ativa, potencializar ações de encaminhamento, não é? Porque aliado ao Aproximação SUAS existem outros projetos em execução nesse período, nesses municípios, não é? Então esses municípios, eles recebem outros projetos de outras áreas dentro da SEDESE. Então é potencializar algumas ações, não é? Por isso que a gente trabalha com esse período de tempo, não é? E aí havendo a possibilidade de o município manter esse profissional ou continuar com esse profissional, aí o município vai se organizar ali. Mas de fato a contratação é temporária, porque ele tem uma previsão de execução, tanto financeira quanto física, não é? A gente estabelece uma meta com o município de encaminhamento, de acompanhamento, de atividades no que diz respeito ao Cadastro Único. Acho que é isso. **GABRIELA:** Nelson. Gabriela, CMAS – Salinas. Eu gostaria de compreender como é que é essa situação. Na resolução

vai ser citado 56 municípios, mas os 17, eu não entendi muito bem como que será isso.

**NELSON:** Isso. A gente tem um critério de priorização, porque a gente tem hoje recurso disponível para fazer pagamento dos 17. E aí o critério de priorização que a gente coloca é a regional que possui o maior número de municípios, aliado ao IPM que tem um paralelo com o Cadastro Único. Então a gente colocou esses dois critérios para elencar quais seriam esses 17 primeiros municípios. E aí nesse desenho, os primeiros 17 municípios estariam na regional de Montes Claros. Exatamente. Só para lembrar aqui, a Rose já trouxe isso para mim. A resolução da CIB, ela já está na proposta, na minuta de resolução.

**SECRETÁRIO:** Mais alguma inscrição? Eu estou, eu pedi ao Itamar aqui a resolução da CIB. Ela não menciona sobre o critério de definição dos 17 primeiros.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Aqui eu posso fechar, não é?

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** É o artigo 3º. (inaudível).

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Mas não fala (inaudível).

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Porque esse é o Aproxima SUAS?

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** É.

**SECRETÁRIO:** Eu estou vendo aqui. Lucas, Conselho Central de Curvelo. Eu estou vendo aqui que o inciso 2º do artigo 2º da resolução CIB, não sei se tem aí para o CEAS para poder projetar para todo mundo. Isso. Ali fala que os municípios estão na área de abrangência das regionais SEDESE Montes Claros, Araçuaí, Salinas e Almenara. Houve critério para definição dessas regionais?

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** É o da (inaudível) como é que chama o negócio no Nordeste? (inaudível).

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível) IPM e (inaudível).

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Tem um outro também.

**SECRETÁRIO:** Esse é um dos critérios. E por isso que eu quero saber como que foi definido esse critério dessas regionais.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Posso?

**SECRETÁRIO:** Pode.

**NELSON:** Essas regionais são as regionais que concentram o maior número de municípios que estão na região SUDENE, que estão concentrados ali nos índices com relação às questões climáticas, que são priorizados no que diz respeito ao IPM. Então essas regionais concentram maior número de municípios com base nos demais critérios.

**SECRETÁRIO:** Então espera aí. É um critério estabelecido pelos próprios critérios?

**NELSON:** É. Se a gente tirasse esse critério das regionais, o maior número de municípios dentro de cada uma das regionais SEDESE, com base nos demais critérios, são essas regionais.

**SECRETÁRIO:** Então ela não pode ser definida como um critério.

**NELSON:** É um critério...

**SECRETÁRIO:** Porque você utiliza os demais critérios para poder estabelecer essas regionais.

**NELSON:** É um critério também, porque assim. Se existem outros municípios que estão fora dessa regional, nos

demais critérios. Só que aí... **SECRETÁRIO:** É justamente aí o ponto. **NELSON:** Tá. Deixa eu te explicar. Nos 73 municípios anteriores, a gente teve municípios que foram atendidos dessa forma e aí a gente vê um prejuízo no avanço da execução do projeto. Porque, por exemplo, a regional Curvelo tinha um único município. **SECRETÁRIO:** Uai, mas ele precisa? **NELSON:** Não. Eu sei que precisa. Lucas. Espera aí. Não, mas só para explicar. Só para eu explicar. É porque a execução das atividades, elas têm um potencial maior quando elas estão concentradas em uma única região. Então as nossas ações de apoio técnico presenciais, por exemplo, inclusive com base na nossa operacionalização dessa atividade, ela sendo lá na regional de Montes Claros que tem um número maior de municípios que estão dentro desses critérios tem um efeito maior, inclusive para o município, não é? O impacto é maior inclusive para o município. Porque o município, esses que estão ali nessas regionais, eles também articulam a execução desses serviços. Então o critério de selecionar essas regionais com maior número de municípios é esse. **SECRETÁRIO:** Vou passar a presidência para a Dona Arlete, que voltou. **PRESIDENTE:** Continua aí, Lucas. **SECRETÁRIO:** Então está bom. Tem alguma inscrição a mais? Nós vamos passar então para a leitura da resolução. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pode ler? **SECRETÁRIO:** Pode. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Resolução CEAS. Aprova os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos para execução do novo ciclo, 2023-2027, do projeto Aproximação SUAS, componente do Programa Recursos Gerais. Percurso Gerais. O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-MG), no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 13 da lei estadual 12.262, de 23 de julho de 1996, considerando a deliberação de sua 39ª Plenária Extraordinária, ocorrida em 21 de setembro de 2023, e considerando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Considerando o decreto estadual nº 38342, de 14 de outubro de 1996, que regulamenta o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). Considerando a resolução do CMAS nº 33, de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Considerando o decreto estadual nº 4829, de 20 de setembro de 2021, que dispõe sobre as transferências de recursos financeiros, fundo a fundo, do Fundo Estadual de Assistência Social, do Fundo Municipal de Assistência Social, para a realização das ações de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social e as prestações de contas de recursos transferidos. Considerando a resolução CEAS nº 722, de 19 de março de 2021, que aprova o Programa Aproximação SUAS, componente do Programa

Percurso Gerais, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, seus critérios de partilha dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social e as responsabilidades do estado e dos municípios atendidos. Considerando a resolução da Comissão Intergestores Bipartite (CIB-MG) n° 03, 2023, que pactua os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos para execução do novo ciclo, 2023 a 2027, do projeto Aproximação SUAS, componente do programa Percurso Gerais. Resolve. Artigo 1°. Aprovar os critérios de elegibilidade e partilha dos recursos para execução do novo ciclo, 2023-2027, do projeto Aproximação SUAS, componente do programa Percurso Gerais. Parágrafo único. O projeto Aproximação SUAS tem como objetivo promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida das famílias vulneráveis por meio do fortalecimento das equipes locais de Assistência Social, em especial dos CRAS e PAIF, e da interlocução da Assistência Social com os outros projetos de desenvolvimento social, garantindo proteção social para as famílias. Artigo 2°. São elegíveis para o recebimento de recursos do âmbito do projeto Aproximação SUAS, neste novo ciclo, 56 municípios de Minas Gerais, sendo cumulativamente: 1°. Municípios que ainda não foram contemplados com ações do programa Percurso Gerais; 2°. Municípios que estão na área de abrangência das regionais SEDESE de Montes Claros, Araçuaí, Salinas e Almenara; 3°. Municípios rurais, de acordo com a tipologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que pertencem à área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); 4°. Municípios em que o percentual de famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, o CadÚnico, em situação de privação, segundo o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), acima da média para Minas Gerais, de 0.51, 5364 ou 51,15%, ano de referência 2023; e 5°. Municípios que possuem vulnerabilidade climática extrema, muito alta ou alta, de acordo com os dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Artigo 3°. A execução do novo ciclo do projeto Aproximação SUAS priorizará a regional da SEDESE com o número maior de municípios elegíveis dentro às descritas no inciso 2° do artigo 2° da resolução. Parágrafo único. Após a seleção mencionada no caput, serão priorizados no atendimento com as ações do projeto os municípios com maior percentual de famílias em situação de privação do CadÚnico, segundo o IPM. Artigo 4°. O valor de referência para cada município contemplado será de até R\$152.900,00, repassados em parcela única. Parágrafo único. A execução do projeto Aproximação SUAS será iniciada em 2023 conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social. Artigo 5°. Os recursos de que trata essa resolução deverão ser

utilizados exclusivamente para as ações do projeto Aproximação SUAS, em atividades relativas à implantação e manutenção das equipes volantes, fortalecimento do PAIF, do Cadastro Único e da vigilância socioassistencial, e podem ser utilizadas nas seguintes aquisições: 1°. Materiais de consumo; 2°. Materiais permanentes; e 3°. Despesas de pessoal das equipes de referência do SUAS. Parágrafo único. O município deve destinar no mínimo 20% do recurso recebido no âmbito do projeto Aproximação SUAS para o incremento temporário das equipes de referência das áreas do SUAS mencionadas no caput. Artigo 6°. São responsabilidades do estado, na execução do novo ciclo do projeto Aproximação SUAS: 1°. Repassar o incentivo financeiro; 2°. Assessorar os municípios no preenchimento do Plano de Serviços, instrumento legal para efetivar o repasse do recurso; 3°. Realizar ações de orientação aos municípios sobre identificação e acompanhamento familiar; 4°. Ofertar ações de apoio técnico sobre as temáticas afetas ao projeto e à metodologia de acompanhamento e desenvolvimento familiar; e 5°. Monitorar a execução do projeto. Artigo 7°. São responsabilidades do município, na execução do novo ciclo do projeto Aproximação SUAS: 1°. Realizar o acompanhamento das famílias vulneráveis atendidas pelo projeto; 2°. Preencher as informações relativas ao acompanhamento familiar das famílias vulneráveis atendidas pelo projeto em instrumental específico a ser disponibilizado pela SEDESE. 3°. Estruturar a equipe socioassistencial para realização da busca ativa. 4°. Identificar, cadastrar e atualizar os cadastros das famílias atendidas no CadÚnico; 5°. Participar das ações de apoio técnico do projeto, realizadas pela SEDESE; 6°. Incluir as famílias atendidas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e demais serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais aplicáveis; 7°. Encaminhar as famílias atendidas para os demais projetos do programa Percurso Gerais quando houver possibilidade; 8°. Preencher informações relativas ao encaminhamento das famílias vulneráveis atendidas pelo projeto, para projetos do programa Percurso Gerais, em instrumental específico a ser disponibilizado pela SEDESE. Artigo 8°. Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 21 de setembro de 2023. **SECRETÁRIO:** Gabi, Grazi e Elder. Gabi. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** É Gabi? **SECRETÁRIO:** É. **GABRIELA:** Na verdade eu não queria fazer destaque. Eu gostaria de fazer uma observação. **PRESIDENTE:** Então faça. **GABRIELA:** Gabriela, CMAS – Salinas. Com a leitura da resolução, me chamou a atenção uma discussão que nós estávamos fazendo, a Comissão de Monitoramento, da importância de nós trazermos à tona os serviços de proteção básica. E o projeto traz isso. Porque dentro da avaliação da Comissão de

Monitoramento, a gente observa que durante as conferências, nas discussões dentro das regionais e para a própria conferência, as deliberações, elas estão muito mais em foco para a proteção de média complexidade e de alta complexidade. E aí a gente já até chama a atenção do Conselho para ações nessa iniciativa, não é? Porque há relevância de desenvolver atividades dentro do território pensando na prevenção das ocasionalidades de violação de direito e de todas as outras questões. Então eu só gostaria de trazer essa observação, porque de alguma forma, eu não sei se, eu imagino que deve ter sido proposital também, isso já tem, foi levantado no radar. Então o propósito do Percurso Gerais de investir na proteção básica já chama a atenção dessa necessidade, dessa urgência, para a gente olhar para a proteção básica, não é, gente? Porque infelizmente não tem estado dentro das deliberações de conferência, a proteção social básica. **GRAZIELE:** Graziele, CRP. Você volta lá no artigo 6? Eu acho que é o 6. Que fala sobre 20%. É um pouquinho para cima então. Fala dos 20%. Aí. Aí. Eu não sei se é pertinente colocar, porque na apresentação que a gente recebeu e a gente avaliou, falar que esse custo, porque é aquilo que o Lucas trouxe, não é? É inviável a gente contratar pessoas de forma continuada com um valor que é limitado, não é? E que é uma parcela só. E na apresentação que a gente recebeu, esse valor de pagamento de pessoal, esses 20%, poderia ser pago em hora extra, não é? Então não sei se cabe aí colocar essa informação. Pelo menos estava lá, pago para hora extra também, se eu não estiver muito enganada. Dá uma conferida aí. Porque assim, eu não sei, se pudesse, até para orientar os municípios em relação a isso. Porque se puder pagar em hora extra mesmo que é para evitar o acúmulo de sobrecarga, eu posso estar confundindo com o PROCAD também, tá? Então é só para a gente conferir. Que agora é porque a gente tratou dos dois temas. Só para conferir. E aí chamar a atenção no artigo abaixo também, no artigo das responsabilidades. Do 7º, na verdade, não é? Que fala sobre o acompanhamento do PAIF, não é? Só para dizer assim que, novamente é só uma queixa que a gente faz e juntando com o que o Rodrigo falou, que assim, que a gente sabe que vocês trabalham, a SEDESE trabalha com o limite orçamentário e isso é muito grave, isso é muito sério para a gente, não é? E aí na hora que a gente lê essa documentação, lê essa resolução, dá impressão de que esses R\$156.000,00 é possível executar acompanhamento familiar. E assim, é claro que os municípios, eles sabem da realidade deles. Mas quando a gente lê essa resolução, isso pode gerar esse desconforto e parece que a gente está dizendo que é isso, que é possível fazer acompanhamento familiar com esse valor. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade de São

Vicente de Paula. Eu também vou no mesmo dispositivo que a Grazi trouxe, todos os dois. Tanto no 5º quanto no 7º. Eu fiz um cálculo rápido aqui, eu até perguntei à Gabi e o Elder com relação a esse valor dos 20%. Esses 20% dos R\$152.000,00 representa R\$30.400,00. É um valor muito baixo para se pagar profissional durante um período de execução de dois anos. Dá um total de R\$1.266,00, com 66 centavos, para a execução durante dois anos, para poder pagar uma pessoa, por exemplo. É abaixo do valor do salário mínimo, não é? Fora a questão do direito trabalhista que tem que estar incluso nisso. Então eu peguei os 20% dos R\$152.000,00, dá R\$30.400,00, e dividi isso para 24 meses. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Mas (inaudível). **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Hora extra? **SECRETÁRIO:** São dois anos. Então eu acho que é uma porcentagem muito baixa. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Tem certeza (inaudível)? **SECRETÁRIO:** Foi uma informação que a Gabi e o Elder me trouxe aqui. De dois anos. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Dois anos? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Se é dois anos, não tem (inaudível) de acompanhamento. **ELDER:** O projeto é de dois anos. Eu vou falar na minha fala. Quer que eu falo? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** E aí, e responder também, se é possível pagar. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Deixa o Elder. **SECRETÁRIO:** É, eu preciso entender qual que é o período de execução. Por exemplo, contratei pessoal. O pessoal tem que estar lá contratado em quanto tempo? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Acho que é um ano (inaudível). **MARIANA:** Mariana, SEDESE. É porque são esclarecimentos, não é? Primeiro. O Aproximação SUAS, ele é a primeira parte do Percurso Gerais. A gente está fazendo um Percurso Gerais para os próximos quatro anos, porque a gente está fazendo agora de 2023 a 2027. O quê que significa isso? Nesses quatro anos, além do Aproximação SUAS, os outros projetos vão entrar no município. Então o Aproximação SUAS, ele inicia primeiro, fazendo primeiro a parte de apoio técnico que é feita com as equipes municipais, a parte de execução do recurso que é feita. Aí tem município que recebeu em 2021 e está executando até hoje, por vários motivos. Seja porque contratou uma pessoa e aí esse dinheiro dá para manter essa pessoa lá dois anos ou porque gastou uma parte com equipamento, gastou outra parte para pagar pessoal em determinado período, ou porque comprou um carro e comprou mais um material. Porque o município, ele também tem a liberdade de montar o plano de trabalho dele, de acordo com a realidade local. Então o quê que eu estou querendo dizer? O programa, ele vai acontecer no período de quatro anos. Nesses quatro anos, além do Aproximação SUAS, tem os outros. O gestor municipal, ele vai ter a liberdade de planejar o gasto do recurso

de acordo com a demanda. Então ele pode usar tudo de uma vez. Tem município que comprou carro. Foi lá e falou assim: “Não, eu prefiro comprar um carro”, porque ele executa de uma vez só e aí ele assume as outras atividades com recurso próprio. E tem município que prefere executar o recurso ao longo de mais tempo, tá? **SECRETÁRIO:** Beleza. Lucas, Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paula. Então nessa perspectiva, como ali já está definido os 20%, eu gostaria que fosse incluída a palavra “obrigatoriamente”. O município deve destinar obrigatoriamente no mínimo 20% do recurso para o incremento de equipe de referência. Porque a gente sabe que tem muito município que vai deixar de dar continuidade no projeto sobre a justificativa de que não tem mais repasse do recurso do estado. Então a gente garantindo pelo menos um mínimo que seja destinado para a contratação da equipe, eu acho que a gente garante um pouco mais de segurança nesse sentido. E um outro ponto que eu gostaria de dizer é o artigo 7°. Fazer a inclusão de um dispositivo, de um inciso, o último inciso seria o inciso 8, de que o município, ele tem que fortalecer o controle social. Até porque o Conselho Municipal, ele tem que acompanhar a implementação desse programa no território do município. Então ele tem que prover ações de fortalecimento do controle social em âmbito do município. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Ainda tem uma inscrição. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Aí me inscreve aí depois. **ELDER:** Sou eu mesmo? Elder, SEDESE. O ponto anterior já foi explicado. Ontem, na Comissão, a nossa Comissão de Monitoramento também discutiu a aproximação. E a gente até entrou nessa discussão, se 20% seria adequado ou não, até ficamos pensando: “Ai, vamos propor um valor maior”. Só que a gente falou que não iria propor um percentual maior porque talvez a gente poderia propor um valor que não desse para contratar dois profissionais, desse para contratar só um, e aí o município ia ficar com uma parte do recurso travado. Então a gente teve essa discussão mesmo e infelizmente os municípios do norte de Minas trazem que os salários são baixos. Isso a gente não acha, não concorda com isso, não é? E realmente é o valor que fica, às vezes até quando a gente vê a divisão, fica bem abaixo do que a gente espera. Mas a nossa discussão de aumentar o percentual, a gente achou que não seria bom por isso. Porque a gente pode, às vezes, travar o município. Ele não consegue colocar dois profissionais, consegue só um e fica com recurso, enquanto que ele não vai poder utilizar. **JORGIANE:** Jorgiane, COGEMAS. Uma questão, por exemplo, se colocar o “obrigatoriamente”, o mínimo aqui, os 20%, o quê que vai acontecer? Tem município que não consegue criar cargos. Que é um problema específico. Inclusive quando a gente recebeu recurso emergencial, alguns municípios não conseguiram

contratar equipe temporária para a questão do período de calamidade das chuvas. Então se coloca “obrigatoriamente”, existe um problema que depois não pode usar o recurso para outra finalidade, entendeu? Então essa é uma situação que eu acho que não poderia ser vinculada só nesse ponto. Obrigada. **GRAZIELE:** Graziele, CRP. Só lembrar, o Rodrigo até trouxe, lembrou aqui. Porque na informação veio que poderia ser pago para hora extra e eu acho que pode constar. **JORGIANE:** Isso. **GRAZIELE:** Contratação direta e indireta, não é? Então eu acho que, essa é a minha pertinência que eu perguntei se a gente incluía, até mesmo para orientar os municípios que ele pode. Na apresentação do Nelson, ele colocou, ele pontuou, não é? Para não sobrecarregar aquela equipe que está lá, então poderia. Por isso que essa opção de 20%. Eu acho que a gente poderia indicar isso nessa resolução, para os municípios. **MARIANA:** Mariana, SEDESE. É só complementar o que a Graziele já falou, porque a gente sabe que tem município que vai alegar que está no teto da lei de responsabilidade fiscal. Só que ele pode ter essas outras alternativas, de complementar jornada, porque a gente sabe que muitos profissionais do SUAS não cumprem jornada porque não têm o contrato de 40 horas. Só que ele complementando a jornada, ele atingiria a finalidade da mesma forma. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade de São Vicente de Paula. Nessa perspectiva, em que pese o argumento trazido pelo Elder, eu vou propor o aumento da porcentagem para 25%. A política de Assistência Social, ela tem como premissa o planejamento e a continuidade e a permanência. Então nesse sentido, e a permanência, a continuidade e o planejamento, ela é estabelecida através dos nossos trabalhadores e trabalhadoras. É o momento em que nós temos para poder fortalecer a representação dos trabalhadores e das trabalhadoras. Então nesse sentido nós já estamos dando abertura e deixando muito claro de que forma esse recurso, ele deve ser implementado, não é? Então eu acho que esse valor, essa porcentagem pode ser de 25%, até mesmo para não engessar tanto o recurso. Como é um valor mínimo, então até mesmo para que possa ser valorizado a perspectiva dos trabalhadores e das trabalhadoras, tá? **GABRIELE:** Gabriele, SEDESE. Estou de acordo, Lucas. É só, eu fiquei pensando no “obrigatoriamente”. Quando a gente, essa palavra “mínimo”, não é? Às vezes ela é mal interpretada. Igual as equipes de referência do SUAS. A gente fala equipe mínima, o pessoal vai lá e só contrata aqueles profissionais, não é? Então eu tenho receio de colocar um “obrigatoriamente” no “mínimo”, de eles pensarem que é obrigatório gastar só 25%, sabe? Eu acho que “obrigatoriamente” no “mínimo” pode dar a ideia contrária. **ELDER:** Obrigatoriamente pelo menos 25%. Aí fica bom. **INTERLOCUTOR NÃO**

**IDENTIFICADO:** Eu tirava o “obrigatoriamente”. **ELDER:** Elder, SEDESE. Ou só “pelo menos”. Destinar pelo menos 25%. **SECRETÁRIO:** Eu vou pedir para que permaneça o “obrigatoriamente”. O que obriga o gestor é o “obrigatoriamente”, então. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Preferencialmente? **SECRETÁRIO:** Não. Eu não abro mão do “obrigatoriamente” não. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Obrigatoriamente pelo menos. **PRESIDENTE:** Arlete, Graal Brasil. Gente, quando a gente está aqui fazendo essas discussões, eu sempre me coloco lá no interior ou dentro das capitais também. Vai depender do tom que a gente queira dar o nosso entendimento, não é? E esse entendimento vai de acordo com o pensamento de quem vai mandar. E aí é isso que gera um tanto de confusão, principalmente de quem está quanto mais distante dos poderes de decisões e onde tem pessoas que de fato não fazem denúncia, e não adianta falar para fazer, é que vai funcionar do jeito que quer. Passado um tempo, tem que resolver a bagunça, aí faz justificativa, às vezes orientada pelo próprio governo. “Olha, vai ter que justificar assim, assim e assim, para poder dar continuidade”. Então o escrito que sai daqui, ele tem que sair tão claro que para qualquer pessoa que supostamente faça a leitura e lê tudo, a gente espera que alguém leia, faça esse entendimento e aplique de fato naquela política para a qual está destinado esse recurso. Por isso que eu insisto muito na questão. Uma coisa é ler, outra coisa é entender. E aí a gente precisa de ter isso muito bem assegurado para que todo esse serviço de fato atenda quem está lá. Quando falou aqui do valor, na hora que dividiu x por y, eu falei: “Uai, não tem direitos trabalhistas não?”. **MARIA:** Lucas. Bayão, do Fórum de Usuários. Eu acho que ninguém obriga ninguém a nada não. **SECRETÁRIO:** A lei obriga, Bayão. **MARIA:** Ah, que lei que o quê, Lucas, me poupe, não é? Me poupe. **SECRETÁRIO:** A lei obriga. **MARIA:** A lei está obrigando quem a quê, aqui na Terra? Ah, me poupe. Eu acho, assim, quando a pessoa tem responsabilidade naquilo que vai fazer, não precisa dessa palavra “obrigar” não. Ela, por si ela já é obrigada a fazer. Ela já é obrigada. **SECRETÁRIO:** É justamente para (inaudível). **MARIA:** Aí você coloca no papel. Ele vai olhar ou não e vai fazer ou não. Porque isso é um projeto, se já tinha eu não sei, se é novo eu não sei, mas que ele está mal condicionado, não é? Nós ontem discutimos muito isso aqui na parte da manhã, à tarde. E a gente nunca sabe se vai dar certo, quando ele vai, é para chegar nos, como dizia dona (inaudível), nos pequeninos, não é? **SECRETÁRIO:** Isso mesmo. Ela falava (inaudível). **FELIPE:** Felipe, FETSUAS-MG. Eu tinha formulado essa fala antes da Bayão falar, mas ela me ajudou a complementar. Que é no sentido, Bayão, do seguinte. Esse “obrigatoriamente” serve para o gestor que vai gerir esse recurso. Quem fiscaliza o

gestor? **SECRETÁRIO:** O Conselho. **FELIPE:** O CMAS. Aí eu queria aproveitar para deixar registrado nessa ata de hoje que no município de Taiobeiras, o Conselho Municipal de Assistência tem uma lei que institui esse Conselho e que prevê para a sociedade civil cinco vagas, sendo as cinco vagas de entidades. E no Conselho Municipal de Assistência Social de Taiobeiras está inscrito uma entidade. Então eu queria aproveitar para deixar isso registrado em ata hoje e dizer que os conselhos precisam fiscalizar esses recursos. É quem vão, como o Lucas está falando, esse “obrigatoriamente” serve para que o gestor seja obrigado a usar os recursos. E o que a Jorgiane traz também é muito importante. No meu município também não é possível colocar mais um cargo, por exemplo, para assistente social e nem para psicóloga. Então é possível que façamos a extensão da carga horária, não é? E esse recurso seja usado para pagar hora extra, invés de a única oportunidade ser o banco de horas. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade São Vicente de Paula. Só para poder covalidar no que você está dizendo, Felipe. Eu acho que ali, esse parágrafo único que a gente está discutindo, ele tem que virar um parágrafo primeiro e incluir de um parágrafo segundo. Que o planejamento da aplicação do recurso deve ser aprovado pelo controle social. Pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em que pese já ser o trâmite, mas isso tem que ficar muito claro que é responsabilidade do colegiado do CMAS a aprovação e a discussão da aplicação desse recurso em âmbito do município. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Esse Conselho tem que estar regular (inaudível). **SECRETÁRIO:** Isso mesmo. **MARIA:** Lucas, quando Felipe fala dos profissionais, nós ainda temos um problema muito sério na Assistência Social que a LOAS determina, que o Plano Decenal determina e que a política pública precisa tanto, já que estamos falando tanto do morador de rua, como tirar, onde vai pôr, onde vai levar. Dentro da LOAS e do Plano Decenal, nós temos um profissional que é o antropólogo, não é? Quem quiser pode olhar lá que eu não estou mentindo. E ele é para trabalhar com o pessoal morador de rua. E cadê ele? Todo mundo fala, não é? Dos profissionais. Profissional que precisa, que não tem e não tem. Mas, pois é. Mas esse é essencial. O quê que adianta eu tirar o morador de rua, colocar em uma casa, se ele não vai ter preparo? Ele, nós, pois é. Nós temos que cobrar na política pública de Assistência Social. Até que eles vão trabalhar paralelo à saúde também, não é? Não é só (inaudível) não. **JORGIANE:** Jorgiane, COGEMAS. Algumas questões que eu queria colocar. Em relação à questão das horas extras, eu acho que fica muito bem explicado e é importante a gente deixar muito claro também no CEAS, porque uma coisa e muitas vezes, e a gente tem que afirmar isso em relação à questão do recurso estadual, que ele é muito mais

amplo e mais possível de se usar no município do que o federal. Porque o federal, muitas vezes ele vem bem fechado. Então ali, aqueles critérios, quanto mais claros eles forem, como foi colocado horas extras, outras questões, eu acho que fica mais claro para o município. Outra coisa. Quando foi incluído para poder ter mais um parágrafo falando do CMAS, esse recurso vai do Fundo Nacional da Assistência Nacional. Do FEAS, perdão. Fundo da Assistência Social do município. Se ele for para o fundo, ele tem que ser aprovado pelo Conselho. Pelo menos eu não posso usar nenhum recurso que é do fundo sem passar pela aprovação do Conselho. E eu vou falar isso enquanto gestora e enquanto pregação mesmo da própria política da Assistência Social. Pode ser um reforço, mas já é feito. Eu gostaria só de deixar isso registrado. **NELSON:** Nelson, SEDESE. Na verdade é isso que eu queria esclarecer, porque como é transferência fundo a fundo e a gente faz um plano de serviços, o município, antes de encaminhar o plano de serviço para nós, ele passa pelo Conselho, o Conselho precisa aprovar e qualquer alteração naquele plano de serviço também precisa ser acompanhada e aprovada pelo Conselho. **GABRIELA:** Gabriela, CMAS – Salinas. Eu gostaria de insistir na permanência da sugestão de Lucas de colocar sobre a questão do Conselho. É a fala que o Felipe fala, não é? Que o óbvio às vezes precisa ser dito. Aí, porque que eu estou querendo dizer isso? Porque eu vim de um lugar, e aí eu não estou falando de Salinas, eu estou falando da região, de que tem um negócio assim, de que isso é para o Conselho ter conhecimento e isso é para o Conselho deliberar. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Isso. **GABRIELA:** E aí aquilo que é para o Conselho ter conhecimento, é só para ter conhecimento, não é para ele deliberar, não é? Então eu insisto que a gente mantenha isso, porque como já foi trazido aqui por diversas pessoas, o gestor muitas vezes lê e faz a compreensão que ele bem entende. Então eu acho que é fundamental e a gente às vezes precisa reafirmar sim essas questões, que está na política de assistência, que alguns gestores têm conhecimento mas, contudo, outros não. **SECRETÁRIO:** Isso. Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade São Vicente de Paula. É importante dizer, gente. Muitas das vezes os conselhos municipais estão servindo como mero carimbadores daquilo que é apresentado pela gestão. Mero carimbador, não é? Então é importante que seja incluído esse dispositivo para poder dizer da liberdade que o Conselho tem em opinar sobre aquilo que está sendo construído. Isac e depois Sandra. **ISAC:** Isac, representante de usuários, ASQUIS. Bom, eu vou um pouco na linha do Lucas e compreendo sim a preocupação da Jorgiane enquanto COGEMAS. No meu entendimento, quando o parágrafo traz que o município deve, eu já entendo

como obrigação isso. Eu acho que trazer o “obrigatoriamente” fica redundante e vejo a necessidade dessa redundância, com as flexibilizações que foram apontadas aí. E já com relação à outra questão, de ser no Conselho, acho bom, assim, que a presidente do COGEMAS traz o município como exemplo e acho que tem mesmo que servir de exemplo. Que bom seria se todos os municípios fossem assim. Mas só que não é a realidade no âmbito do controle social e aí por isso que eu vou muito na linha da Gabriela e defendendo assim a proposta do Lucas. Acho que a gente está acertando em colocar essas orientações, porque vão dar mais segurança para o controle social no município e o objetivo com que foi criado o projeto, eu acredito que vai ser alcançado mais fácil.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Agora é quem? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Sandra agora, não? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Acho que é Iara. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Iara. **IARA:** Pode falar? Iara, Congregação de São João Batista. Eu fui totalmente contemplada na fala do Isac.

**SANDRA:** Posso falar? Não, gente, eu acho pertinente deixar no controle. Só lembrando aqui, é bom socializar. A resolução do PROCAD nacional, quando estive lá na CIT. Fevereiro, pediu urgência, que a gente incluísse essa matéria com urgência, o CNAS para deliberar. Foi muito interessante, porque trata-se até de qualificar a resolução e reforçar. Não tinha nada sobre o controle social no âmbito municipal, estadual e nacional, e nem, depois incluiu um parágrafo lá também e isso aconteceu no CNAS. Quer dizer, veio da CIT sem nenhum (inaudível) a gente incluiu lá em todos os âmbitos, passando do PROCAD. Estou dizendo, o quê que eu quero dizer? Que o óbvio, não é, o Felipe traz muito e tem sido esquecido, mas é isso aí. A gente, eu participei de formação que o instrutor falava: “O óbvio tem que ser esquecido” e fez uma dinâmica. Todo mundo respondia o dia inteiro para não ser esquecido. Então a gente está esquecendo de muita coisa, distraindo demais, e eu acho que tem que colocar, deixar claro no Conselho, no controle social. Porque foi assim que, estou dando o exemplo do PROCAD que veio também sem nada. A gente levantou no financiamento, porque estava de R\$400.000.000,00, R\$200.000.000,00, a gente colocou, e depois o representante dos usuários colocou que o público também não estava, assim, bem diversificado, fazendo uma coisa muito geral, ele colocou. Eu acho que só fortalece e qualifica a resolução e ajuda a gente a não esquecer do óbvio.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Aprovar? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** 25? Pode tirar o 20? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pode. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Acho que é consenso, não é? 25. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** É consenso os 25?

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Acho que perguntar (inaudível).  
**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** E aí fica “obrigatoriamente pelo menos”.  
Obrigatoriamente pelo menos. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Se fosse a hora extra, dá para usar. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Dá. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** O meu problema é não poder usar esse recurso e ele ficar travado.  
**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pelo menos, no mínimo. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade São Vicente de Paula. Houve a inclusão do dispositivo no artigo 7º? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Qual que era (inaudível)? **SECRETÁRIO:** O fortalecimento do controle social. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Inciso 9º. Eu acho que não, viu? **SECRETÁRIO:** Ali. Tem que ter um dispositivo 9º aí, dizendo que o município, é responsabilidade do município fortalecer a atuação do controle social em âmbito do município. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pronto. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pronto. (inaudível)?  
**PRESIDENTE:** Como é que é o nome do documento? Gabi. A outra. A que está na SEDESE. Adriene, nós vamos colocar em votação esse documento da Aproximação SUAS. Ele é, é nominal a votação, então, por favor, coloque para nós na tela. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível). **PRESIDENTE:** Pode chamar o pessoal para a votação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Arlete, Movimento Graal do Brasil. **PRESIDENTE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Gabriela, CMAS-Salinas. **GABRIELA:** Gabriela, CMAS-Salinas, pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Grazielle, pelo CRP. **GRAZIELE:** Grazielle, CRP, pela aprovação **SECRETÁRIO:** Conselheira Kariny, pelo Bem-Estar do Menor. **KARINY:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Isac, pela ASQUIS. **ISAC:** Aprovado. **SECRETÁRIO:** Lucas, pelo Conselho Central de Curvelo, pela aprovação. Conselheira Sandra, pelo SINTIBREF. **SANDRA:** Pela aprovação. Sandra, SINTIBREF. **SECRETÁRIO:** Conselheira Iara, pela Congregação São João Batista. **IARA:** Pela aprovação. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Espera, espera aí. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** A Sandra é suplente? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** A Sandra é suplente. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Tá. Pode continuar. Sandra. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Agora é Iara. **SECRETÁRIO:** Conselheira Iara, Congregação São João Batista. **IARA:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Maria Aparecida Bayão, pelo Fórum dos Usuários. Não, corrigindo. Conselheira Marilene, pela FETAEMG. **MARILENE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Simone, CMAS-BH. **SIMONE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Elder, pela SEDESE. **ELDER:** Pela

aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Anna Karla, pela CEAPA. **ANNA:** Pela aprovação. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Anna Karla é? **SECRETÁRIO:** Suplente. Em condição de titularidade. Conselheira Michele, pela Secretaria de Educação. No microfone, por favor. **MICHELE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Gabriele Sabrina, pela SEDESE. **GABRIELE:** Aprova. **SECRETÁRIO:** Conselheira Érica Beltrame, do CMAS-Coronel Fabriciano. **ERICA:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Cláudia Cristina, CMAS-Uberaba. **CLAUDIA:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Jorgiane, pelo COGEMAS. **JORGIANE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Cristiane Aguiar, pela Secretaria de Saúde. **CRISTIANE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Vinícius, pela Secretaria de Fazenda. **VINICIUS:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Tomás, pela SEPLAG. **TOMAS:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** 19 votos pela aprovação. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Foi 20. **PRESIDENTE:** Então o documento está aprovado e a gente dá prosseguimento à nossa pauta. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** PROCAD. **PRESIDENTE:** PROCAD. Não é, lara? PROCAD. **GABRIELA:** Gabriela, CMAS – Salinas. Gente, o Felipe trouxe uma situação que eu acho que é grave, não é? Que é a situação do Conselho Municipal de Assistência Social do município de Taiobeiras. E aí eu acho que a gente já tem que pensar, eu não sei nem como que vai ser esse processo, mas a gente tem que colher isso aqui agora como uma denúncia para ser analisada e averiguada, porque fere o controle social, não é? A gente sabe que um conselho não é formado apenas por governo e entidade. E nós estamos falando de um município que só tem uma entidade, não é? Então como que isso se dá. Então acho que é importante a gente registrar isso aqui e da necessidade de a gente discutir sobre essa situação. **GRAZIELE:** Graziele, CRP. Mais cedo eu mandei mensagem para os nossos colegas trabalhadores que não estão presentes na plenária, não é? E aí o Leandro justificou a ausência dele, então estou dizendo da justificativa que ele está muito ruim de saúde, não é? Não é nada muito grave, mas ele não está bem de saúde, então ele justifica a ausência dele. Contudo, a Conselheira Maurilena, ela disse que ela não tinha sido informada sobre a plenária. E aí substituí a Cris. E aí eu até pedi, mandei para ela o e-mail de que eu recebi a minha convocação e perguntei se o e-mail dela estava lá. Aí eu queria ver com a Secretaria Executiva se ela não foi convocada mesmo, porque ela, não é? E aí compartilhar com a gente, porque ela falou que não recebeu a convocação. Que ela não recebeu. Então não sei se não foi... É Maurilena. **ELDER:** Ela está no grupo? **GRAZIELE:** Está. **ELDER:** A gente mandou no grupo também. É, no grupo (inaudível).

**GRAZIELE:** Aí eu não sei, porque, não é? Mas ela está no grupo nosso de trabalhadores. Então, aí só conferir para a Secretaria Executiva se foi para ela mesmo, não é? E pedir para incluí-la e dizer que o Leandro não está presente pela saúde e a Maurilena, ela informa que ela não recebeu nenhuma convocação para estar aqui hoje. **PRESIDENTE:** Obrigada. Gabi. **GABRIELE:** Gabriele, SEDESE. Eu acho que é, só sobre o outro ponto de pauta, a Rose me lembrou aqui, não é? Com relação ao CMAS de Taiobeiras. Então a Rose que é diretora da nossa diretoria de gestão e regulação do SUAS, junto com a outra Rose que é técnica da diretoria regional de Salinas, também tomaram conhecimento dessa questão da composição do Conselho e já estão trabalhando para orientação ao município. Então só trazer esse informe, mas eu acho que o CEAS, recebendo essa denúncia, também precisa atuar com relação à Comissão de Apoio. **PRESIDENTE:** Tá. Iara. **IARA:** Eu até entendo, tá, Gabi? Acho assim, fundamental que a SEDESE faça a sua orientação enquanto realmente responsabilidade de trabalho. Mas já acho que a gente tem que tirar como encaminhamento, como uma denúncia, e dar uma tratativa enquanto Conselho Estadual de Assistência Social. Porque é algo sério, é uma denúncia muito séria, gente, não é? Nós estamos tratando de uma questão além da composição do Conselho não estar correta, de outras deficiências que estão postas nesse município e que o CEAS tem que tratar, não é? Inclusive em busca de outros que estão vivendo essa mesma realidade. Porque eu imagino que esteja acontecendo. **FELIPE:** Felipe, FETSUAS-MG. Acontece que eu aproveitei para constar na pauta, não é? Enquanto comentava daquele ponto de alteração da resolução. Mas a denúncia eu já tinha trazido também na Comissão de Apoio e a Comissão de Apoio também já recebeu e vai tomar os encaminhamentos de fazer contato lá, juntamente com as Roses, não é? Que a Gabriele citou aqui. Também para constar, para a ciência de todo mundo, não é? Por isso que eu quis trazer aqui para o pleno. E também dizer para vocês que eu participei de uma reunião desse CMAS-Taiobeiras, onde consta em ata a orientação que eu fiz, no ano passado, da necessidade de regularização daquele conselho lá. **PRESIDENTE:** É, como o Felipe disse, não é? A gente tomou conhecimento dessa denúncia e certamente buscaremos, enquanto Comissão de Apoio, possivelmente o apoio da Comissão de Normas. Porque aí a gente encaminha logo essas situações, porque não é só essa, tem outras demandas aí em caráter de emergência, para que a gente possa chegar ao final desse ano com algumas pautas bem solucionadas. Sandra, por favor. **SANDRA:** Só rapidamente também, gente. Trazendo, que é aquela discussão da (inaudível). Primeiro que não é trazer mais segmentos. Assim, mais pessoas dos determinados segmentos. E

depois a discussão da proporcionalidade, não é? Que eu acho que a Comissão aqui de Acompanhamento deve se (inaudível) porque na nacional, Brasil afora está uma lástima, o segmento de trabalhador é o menos apresentado e nós participamos do processo, nós, enquanto SINTIBREF, em nível nacional, federação, o SINTIBREF de Recife participou lá. Oito vagas. Sem demérito aqui do segmento. Oito vagas para entidade, duas para trabalhadores e duas para usuários. Assim, um escândalo. Aí participamos do processo, (Inaudível) suplente, mas já estamos provocando lá a possível mudança, porque fica a questão da proporcionalidade e eu acho que a Comissão aqui de Acompanhamento deve debruçar, de repente sair até na frente e repensar, porque não é só da paridade que a gente está falando, não é? Quer falar. Dentro do segmento também da sociedade civil, não tem a proporcionalidade. E a gente está vendo, não é? Um desequilíbrio aí de forças, digamos assim. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, obrigada. Agora dando continuidade, não é? Vamos para a pauta que trata do PROCAD. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Então, gente. Essa é mais uma pauta que como envolve recursos, ela é pauta comum a todas as comissões. Então espero que as outras comissões também tenham analisado e possam contribuir com a gente aqui nessa súmula. A Comissão de Orçamento fez a análise da apresentação e do projeto que foram enviados pelo SEDESE. A gente só, retomando que esse é um programa que foi lançado, acho que fevereiro já, por essa nova gestão do Governo Federal, não é? Foi a primeira prioridade que eles apontaram com relação à qualificação do Cadastro Único, não é? Pensando por todo o processo que o Cadastro Único passou nesses últimos anos, na pandemia, com os auxílios emergenciais e outras questões. Então essa é uma prioridade do SUAS em âmbito nacional, não é? E aí o Governo Federal aportou recursos para estados e municípios para fortalecer o Cadastro Único. No caso aqui a gente está falando do recurso que vem para o FEAS, que é no montante de R\$563.210,00, e aí foram apontadas algumas prioridades para esse recurso. Então busca ativa de povos indígenas, povos quilombolas, a questão da averiguação dos cadastros unipessoais no Cadastro Único, cadastramento da população em situação de rua. E aí a proposta da SEDESE que foi discutida, é também a diretoria que o Nelson responde, não é? Diretoria do Cadastro Único e Programas. Essa proposta foi discutida com a Comissão Intersetorial do programa Bolsa Família, não é? Que teve a participação da nossa conselheira Iara. Depois, se quiser trazer. Mas aí a ideia do projeto é aplicar o recurso em três ações, não é? Fazer uma pesquisa sobre a execução do CadÚnico e Programa Bolsa Família nos municípios, não é? Contemplando as atividades, infraestrutura, RH, como é que está o uso do IGD-PBF, como é que está as capacitações

aos entrevistadores, formadores do CadÚnico. Fomentar a inclusão, a atualização cadastral das famílias indígenas, quilombolas, da população em situação de rua, fomentar a atualização dos cadastros unipessoais e capacitar os entrevistadores do CadÚnico. A SEDESE propõe que sejam utilizados com esse recurso R\$387.111,00 para a contratação de dois profissionais para fazerem esse trabalho, não é? De apoio aos municípios nessas ações. Aquisição de notebooks, computadores e um valor destinado à diárias e passagens para custear essas ações de apoio técnico e capacitação. Aí foi bem resumido, não é, gente? Mas aí, então está a diretoria ou as outras comissões que quiserem complementar. A discussão da Comissão foi bem nesse sentido, a gente teve uma dúvida, não é? Sobre a temporalidade da contratação desses profissionais. E aí foi dito que são por dois anos. Aí Grazi reforçou, não é? A importância dessa etapa prévia de fazer uma pesquisa com esses municípios, conhecer a realidade, utilizar os dados do Censo SUAS e complementar essa pesquisa para ter mais assertividade, inclusive nas ações que vão ser propostas. A gente falou da importância da capacitação dos entrevistadores do Cadastro Único. E aí o encaminhamento da Comissão, pela importância do projeto, foi pela aprovação. Acho que a gente discutiu um pouco também sobre qual que é o aporte do estado para essas ações do Cadastro Único, que a gente está falando aqui de um recurso do Governo Federal que vem para o estado, não é? Para essa atuação. Então também foi um questionamento, mas o encaminhamento foi pela aprovação. **ELDER:** Posso falar como Comissão já, de uma vez? Porque aí já... Pode, Érica? **ERICA:** Pode. **ELDER:** É que eu ia fazer a fala e já falar como Comissão. A gente também discutiu o PROCAD e aí a gente até discutiu muito que o valor para os municípios pode não ser suficiente, porque o mínimo é R\$12.000,00, que é muito pouco para a quantidade de trabalho. E aí o único ponto que a gente colocou é que a primeira ação é fazer uma pesquisa, que a pesquisa envolva também os conselhos municipais de Assistência Social, porque eles são instâncias fiscalizadoras do Cadastro Único e Bolsa Família. E também, a Gabi trouxe um ponto, que muitas vezes as capacitações para entrevistadores do CadÚnico, muitos municípios têm o entendimento que você só pode mandar entrevistador. E hoje no CRAS, os profissionais do CRAS também estão atendendo famílias do Cadastro Único e Bolsa Família. Então é interessante eles saberem como é que a base funciona. Então que essas capacitações, quando forem feitas, sinalize-se nos convites, nos materiais, que elas prioritariamente para entrevistadores, mas que o município também pode encaminhar para profissionais do CRAS que atendam o público do Cadastro Único e Bolsa Família. Foram esses dois

pontos, não é? Que a gente discutiu. **GABRIELA:** Gabriela, CMAS – Salinas. Um ponto que a Comissão trouxe, que nós levantamos também, mas só que acabou que a gente não teve essa discussão, que foi a coparticipação do estado nos investimentos desse, é programa ou projeto? **ELDER:** Programa. **GABRIELA:** Desse programa. E aí eu penso que é muito importante o estado refletir a sua participação. Porque? É aquela questão que a gente trouxe, não é? Que foi inclusive fazendo essa análise que a gente verificou que a proteção social básica, muitas vezes ela não está contemplada aí nas deliberações de conferência e a gente percebe que a gente precisa dar uma atenção especial para isso, e o Cadastro Único, eu não sei se é a sensação de todos, mas a gente tem uma impressão de que ele precisa se redefinir, precisa ser discutido. Então é um programa que ele tem uma relevância muito grande, principalmente por causa dessa situação pós-pandemia, com a questão dos cadastros unipessoais. Então assim, eu gostaria de ouvir do governo do estado como que está essa perspectiva de coparticipação, não é? E aí gente, volta naquela discussão que nós estávamos fazendo ontem na audiência pública. É o Cadastro Único que traz para a gente a quantidade de famílias que estão em situação de pobreza, não é? O Cadastro Único traz para a gente uma realidade que está escancarada que é muito difícil. Então ele se demonstra muito relevante. E aí nós falamos de um orçamento que foi aquela timidez de orçamento, que a gente tem discutido, de 0,13%. Então eu gostaria de ouvir, porque eu acho que vale a pena a gente voltar nesse ponto de pauta de insistirmos o investimento do Governo do estado nas ações, e esse projeto me parece muito relevante. **PRESIDENTE:** Iara, porque Iara faz parte da Comissão e aí vai. **IARA:** Ah, sim. Sim. Iara, Congregação de São João Batista. Então, pessoal. Além de fazer parte da Comissão, eu também fiz parte das discussões, da elaboração do projeto como ele está. Já sinalizei para os meus pares, tá, pessoal? Só para vocês entenderem, na reunião da sociedade civil, o meu lugar nessas contribuições. E aí quando eu dialogava com Nelson e com os demais componentes, eu até trouxe para ele, falei: “Olha, eu tenho, consigo contribuir, mas tenho as minhas limitações, no que os meus pares vão contribuir melhor na hora da plenária”. Mas algumas questões eu acho que é relevante, assim, até no entendimento de como está apresentado para vocês, com a minha participação. No entendimento da contratação de dois analistas, foi considerando hoje a equipe que está disposta para poder conduzir esse trabalho. Então é uma equipe reduzida. A gente sabe que a equipe da SUBAS é uma equipe reduzida, não é? Que a gente gostaria que fosse um número muito maior. Não é porque vocês é governo que a gente não vai reconhecer isso não, não é, meus pares? A gente reconhece isso. Mas aí

então é uma equipe muito reduzida, não é? O Nelson colocou, foi uma conversa muito aberta, tá, gente? Colocando todas as potencialidades e as limitações. E dentro das limitações, a necessidade de alguns equipamentos que eram importantes, não é? Então os notebooks. Considerando que esses dois analistas vão agregar a uma equipe que precisa de ter uma ampliação, não só temporária, mas permanente. Então esses dois notebooks é para que esses dois analistas tenham condições de trabalho adequado e os computadores na substituição de outros que já não estão bom, porque também vai agregar qualidade no serviço. E as diárias, as passagens, a gente não precisa explicar porque é aquela nossa luta constante da atividade loco, não é? Da busca ativa e aí para poder ir lá reconhecendo o território, qual que é a realidade. Então para vocês compreenderem isso. Em relação à parte que vocês já trazem, do recurso do governo de Minas, aí eu fiz uma defesa do governo que eu acho que eu não deveria ter respondido por vocês, Nelson. Mas eu acabei respondendo e agora eu vou me juntar aos meus pares, tá? Na busca mais assertiva dessa resposta. Porque a defesa que eu fiz foi que considerando que a equipe de vocês já tinha, já estavam empenhadas nesse trabalho, eu já estava vendo aquilo como uma contrapartida do governo de Minas. Porque é muita relação que nós entidades temos e é por isso que a gente, nossa sociedade civil, é composta por três segmentos. Porque a gente se ajuda a enxergar nesses lugares. Então eu falei: “Uai, então já é a contrapartida”, não é? E é uma contrapartida, assim, de um esforço imenso. Porque é um grupo pequeno que está se empenhando muito, não é? A partir das minhas observações do trabalho, para poder de fato ser implementado esse programa. Então no meu entendimento era isso, aí eu fiz a defesa, aí depois meus colegas me ajudaram a entender que não é só nesse sentido, mas que como tem esse, o recurso, ele é, Gabi usou o termo... **GABRIELE:** Pacto federativo. **IARA:** Pacto federativo. Então que tem que ter recurso do Governo Federal, do governo estadual e do governo municipal. Então que aquilo que eu estava entendendo como contrapartida que era a equipe toda empenhada para esse trabalho, não era, não é um recurso necessário que Minas Gerais tem que aportar. Então nesse sentido, Nelson, e eu me sinto no dever e na responsabilidade de ter compartilhado e construído isso junto com você, que você entenda que agora eu posso somar aos meus pares na busca dessa resposta, acreditando que empenho não te falta para poder chegar nessa resposta e nessas decisões que vão ser apontadas. Concluí. **PRESIDENTE:** Obrigada. Grazi. **GRAZIELE:** Graziele, CRP. Eu vou fazer coro com a colega Gabi e com a lara, não é? Dizendo do pacto federativo, da importância do estado aportar recurso também. Lembrar que mais

cedo a gente aprovou o relatório de gestão, não é? E nesse relatório de gestão a gente disse algumas vezes que lá dizia que houve um aumento do CadÚnico. Inclusão de famílias na pobreza e extrema pobreza. Se houve o aumento de inclusão de pessoas no CadÚnico, houve um aumento de trabalho por parte dos trabalhadores. Então nós já temos um indicativo, acho que desligou aqui, não é? Está gravando? Então nós já temos um indicativo que há uma sobrecarga dos trabalhadores do CadÚnico no estado de Minas Gerais. Então, pensando também nessa informação que o próprio governo trouxe para a gente e que a gente já aprovou mais cedo no relatório de gestão. **PRESIDENTE:** Rodrigo. **RODRIGO:** Rodrigo, ASSPROM. Então, eu também queria pedir a esse pleno, pensando, não é, Sandra? Que a gente quase perde o nosso Ministério, não é? Principalmente o Bolsa Família, não é, gente? Então ano que vem é ano de eleição também e assim, a gente sabe, COGEMAS, que muitos prefeitos, eles vão, não vou falar explorar, mas apoiar as nossas ações na ponta, não é? Principalmente o Bolsa, não é? Se é possível constar nessa resolução a nossa parte do controle social, pelo menos uma vez no ano, de tempos em tempos, que venha para esse CEAS, não é? Mariana. Para poder contribuir com o trabalho de vocês, porque é um negócio que a gente talvez possa estar mensurando, não é? Como anda os dados lá na ponta, esse público nosso. A gente tocou aí nos (Inaudível) ruas, nos indígenas, nos quilombolas e tocou em mais não sei quem, mas ficou faltando também o nosso imigrante, não é? Então assim, talvez a gente tenha esse impacto também. Vocês estão vendo os aviões que estão chegando aqui em Belo Horizonte, não é, gente? (inaudível), ucranianos. A turma toda está chegando aqui em Minas, não é? Então pode estar impactando também, não é? Se puder constar, para fortalecer o trabalho de vocês aí da SEDESE. Obrigado. **ELDER:** Elder, SEDESE. Sobre esses pontos, a gente até tinha começado a conversar ontem na Comissão sobre essa questão de aporte de recursos para atividade do CadÚnico e Programa Bolsa Família. E uma das coisas que a gente estava comentando e que foi até interessante, é que o Cadastro Único e o Bolsa Família, eles decolaram muito bem, não é? Graças a Deus, assim. Hoje o Bolsa Família é reconhecido como o maior programa de transferência de renda do mundo, com avaliações positivas e tal. E o Cadastro Único já é muito consolidado. E a gente, e eles decolaram tanto que eles têm uma estrutura de gestão muito organizada. Tanto é que os municípios, eles recebem o IGD, o estado recebe o IGD, que são justamente para essas ações de Cadastro Único e Programa Bolsa Família. Em Minas Gerais, como em muitos outros estados, a gente tem uma situação até um pouco triste que muitos municípios têm recursos do IGD em conta e não utilizam esse

recurso. Por desentendimento, por achar que não é para utilizar dessa forma. Então toda vez que a gente começa a discutir essa questão de aportar recursos no Cadastro Único e Bolsa Família, eu acho que a nossa discussão deveria se aprofundar em aportar recursos para os serviços, porque os serviços são continuados e os serviços, infelizmente, não conseguiram se desenvolver tanto quanto os benefícios de transferência de renda e quanto o programa. Então eu acho que o nosso esforço, é mais interessante que ele vá para o aumento do piso mineiro e também para a criação dos CREAS para o aporte de recurso, para a criação de CREAS municipais, onde não existe CREAS. Porque eu acho que a gente vai ter retornos mais contínuos do que investindo no programa. Essa questão dos unipessoais aconteceu mesmo, é uma questão muito grave que bagunçou o Cadastro, mas eu vejo que hoje, os municípios, eles já têm pelo menos esse aporte de recurso regular para fazer essas atividades. **PRESIDENTE:** Gabi. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pode deixar o Isac. **ISAC:** Bom. **MARIANA:** Mariana, SEDESE. A questão que eu acho também, na linha do que o Elder falou. Quando a gente está falando de planejamento do gasto público da Assistência Social que já é pequeno, a gente pensa em prioridades. Então para nós, enquanto equipe técnica, a prioridade é investimento em serviços. Considerando a competência do estado, a gente tem ainda como maior responsabilidade o que a gente acha que tem que ser prioridade, o cofinanciamento dos municípios e a capacitação e o apoio técnico. E aí, isso de modo geral. Quando a gente olha para o PROCAD, ele é um programa de fortalecimento emergencial. Ele é uma ação única, como o próprio programa já traz, emergencial. Ele foi feito esse ano com um objetivo muito específico, muito bem pensado, que foi corrigir as irregularidades do Cadastro Único, principalmente as irregularidades que aconteceram nos últimos anos da pandemia, com as alterações que a gestão passada do Governo Federal fez, correção dos cadastros unipessoais considerando os novos valores de benefícios, as novas regras de quem precisa receber. Então assim, tem uma questão que é a lógica do programa em si. Nesse programa, no caso específico do PROCAD, a gente entende que o Governo Federal, ele já destina recurso tanto para o estado quanto para municípios. Além disso, a gente já tem o IGD e aí o que a gente precisa é qualificar muitos municípios para melhoria dos IGDS, para melhoria do índice, para os municípios receberem mais. Então nesse ponto, aí do ponto de vista técnico, a gente, enquanto equipe da SEDESE, entende que a gente não tem que brigar por destinar recursos do estado para isso. Então assim, eu estou querendo deixar bem esclarecido para a gente até não ser mal interpretado. Não é que a gente não quer recurso para a Assistência. A gente quer recurso para a

Assistência, só que a gente tem que entender onde que estão as fragilidades e quais são as prioridades. E aí nesse sentido, a gente entende que o recurso do PROCAD, ele já foi enviado, da mesma forma que o estado está recebendo, municípios também estão recebendo. E para as suas ações pontuais e específicas, ok? Então, nesse sentido, o nosso plano, ele não contempla aporte de recurso estadual para as ações do PROCAD.

**ISAC:** Bom. Isac, ASQUIS. Eu vou levar a discussão, falar uma coisa muito em outra linha, que eu nem sei se é o momento e o lugar para isso, mas como eu sou representante de usuários do movimento quilombola e esse é um projeto que atinge diretamente esse público, eu não sei qual que é o momento para dizer isso, mas eu senti que terão capacitações, inclusive para atendimento a esse público, regularização do CadÚnico do público quilombola e indígena. É preciso que a capacitação contemple a abordagem, porque embora o público quilombola seja, assim como os indígenas, prioridade em diversas políticas públicas e existam inclusive convenções internacionais por direito à consulta a esses povos, a gente está discutindo, no Brasil inteiro, os protocolos de consultas para as comunidades quilombolas. A gente já teve um senso que inclusive abrilhanta Minas Gerais como o terceiro lugar em número de quilombolas no Brasil, mas que a gente, dentro do movimento a gente sabe que o número que foi colocado lá está muito aquém do real, justamente pela forma como que foi conduzida e muitas vezes com os entrevistadores desrespeitando as comunidades. Desrespeitando em que sentido? No sentido em que cabe às comunidades quilombolas, através das suas representações, dizer quem são. E é comum, a gente inclusive na Assistência Social, nos CRAS, às vezes as pessoas dizem quem são os quilombolas simplesmente por um recorte de território. Eu sei que a gente, entre nós a gente, eu estou falando uma coisa muito óbvia que nem todos que estão dentro do território quilombola são quilombolas e nem todos os quilombolas estão dentro dos territórios quilombolas, mas isso, às vezes, nos municípios isso não é levado em consideração pelos executores da política. Então é importante que as capacitações, principalmente com a equipe que vai lidar com os quilombolas, que considerem a necessidade de envolver as lideranças dos quilombos e isso também dos povos indígenas, para ajudar na identificação dos territórios, das pessoas que de fato são quilombolas. Porque as políticas públicas para esse povo, porque elas precisam ser construídas com um diálogo muito íntimo e muito eficiente com esses povos. E eficientes no sentido de a política pública se adequar às necessidades da população quilombola. Não sei se esse é o momento para dizer isso, mas é necessário que isso esteja contemplado na capacitação. **PRESIDENTE:** Arlete, Graal Brasil. Então

eu vou nessa linha que Isac está trazendo, para dizer também das comunidades indígenas, não é? Na minha comunidade tem os tuxás. É uma etnia indígena, não é? Os tuxás. E essa comunidade está lá. A precariedade é tão grande. A dificuldade para se chegar lá no território e também para que essas pessoas tenham acesso à área urbana, então eu fico pensando, assim, na desterritorialização das pessoas e aí a gente pode pegar isso como processo histórico do cristianismo, porque isso começa desde o êxodo, não é? E aí a gente entra aí no processo escravocrata e a gente chega ainda hoje na caminhada pelo acesso à terra, a questão do assentamento, as marchas, não é? Das margaridas, das mulheres indígenas, disso, daquilo e daquilo outro, não é? Então isso existe e parece que vai existir sempre. Mas que bom que aparecem alguns sinais nas políticas públicas para que a gente vá amenizando essa situação. Então da mesma forma que tem essa dificuldade da identificação e até uma orientação para que não se identifique como. Por exemplo, você não é negra, você é indígena. “Não, eu sou negra”. Você é indígena. “Não, eu sou negra, eu sou preta”. Não, você é parda. Então eu vejo muito, assim, essa coisa para desclassificar essa autodeclaração, até para garantir esse processo antigo nessas terras, do embranquecimento das pessoas, não é? Então no momento que a gente tem a oportunidade de avançar em uma pesquisa dessa, de contribuir para a territorialização das pessoas, embora, em sua maioria, todos nós já estamos em outros territórios que não é aquele de nossa origem, é muito importante que a gente invista nisso. E que esse tópico aqui que fala da pesquisa, isso é muito, muito importante para que essas pessoas, depois de tanto tempo de descolonização, a gente consiga ainda assim onde nós estejamos, a gente consiga dizer: “Esse é meu território”. E aí eu referendo a questão dos quilombolas e trago aqui a questão dos indígenas, e falo especificamente dessa comunidade indígena que eu acompanho de perto que são os tuxás. E dizendo dos tuxás, eu estou dizendo de todos os povos. Acabaram as inscrições? **SANDRA:** Só posso falar uma coisinha? Quando você falou das comunidades indígenas, aí a gente olhando aqui, acabei de mostrar para ela. Todo mundo já deve estar sabendo, mas acaba de formar a maioria e para derrubar o marco temporal. **PRESIDENTE:** O marco temporal. **SANDRA:** Então assim, não é? Da demarcação das terras. Eu falei: “Deixa eu fazer”, porque você citou também quilombola e também indígena, eu abri aqui para poder e falei assim: “Uai. Deixa eu ver aqui o que é isso ao vivo”. Então assim, é uma notícia boa, não é? De justiça, não é? A gente tem visto muitas questões aí de querendo perpetuar essa injustiça e todo esse histórico triste que a gente sabe aí. Tanto das comunidades quilombolas quanto indígenas, não é?

O povo negro. Não aguentei esperar não. Falei porque a senhora falou. Então acabou de formar maioria, graças a Deus. Axé. **PRESIDENTE:** Obrigada, Sandra. Isso foi muito bom. **SANDRA:** Que ótimo. **PRESIDENTE:** Vamos para a Comissão de Política? **ELDER:** Itamar ou? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Itamar. **PRESIDENTE:** Cadê você, Itamar? **ITAMAR:** Posso falar? Então, sobre a Comissão de Política. Eu não vou nem ler a nossa súmula não porque eu acho que a discussão já está bem encaminhada, está bem interessante. Só que tem dois pontos. Primeiro agradecer à Sandra que foi uma explicação brilhante sobre o PROCAD para a Comissão ontem, que ela lidou com isso no estado, no CMAS. E só agradecer, falar que, e também uma única resolução que eu não vi sendo discutido aqui que a gente colocou como um indicativo foi que as ações de capacitação do PROCAD também são colocadas nas ações de capacitação do ano que vem. Esse aí é o com indicativo. **PRESIDENTE:** Obrigada. **ITAMAR:** Só isso. **PRESIDENTE:** Felipe, e nós? Vamos para Normas? **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade de São Vicente de Paula. Sobre a perspectiva da normativa, o programa apresentado, ele atende aquilo que é a realidade da Política Estadual de Assistência Social. **PRESIDENTE:** Ok? Falta alguma comissão? **ELDER:** Não. **PRESIDENTE:** Quem vai ler? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Quer que eu leia, gente? Quer que eu leia? **ELDER:** Pode ler, Kariny. **PRESIDENTE:** Mas aí alguém tem que passar (inaudível). A Kariny vai ler, tá? (inaudível). **KARINY:** A que está na tela? Resolução CEAS X – 2023. Aprova o projeto executivo do programa de fortalecimento emergencial do atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (PROCAD/SUAS). O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-MG), no âmbito das suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13 da lei estadual 12.262, de 23 de julho de 96, considerando a deliberação de súmulas na sua 39ª Plenária Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2023 e considerando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Considerando o decreto 11.016, de 29 de março de 2022, que regulamenta o Cadastro Único para problemas sociais do Governo Federal, instituído pelo artigo 6º F da lei federal 8.742, de 07 de dezembro de 93. Considerando a resolução CIT nº 01, de 07 de fevereiro de 2023, que pactua a instituição do programa Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único do Sistema Único da Assistência Social e os critérios de partilha do financiamento federal do programa no exercício de 2023 e dá outras providências. Considerando a resolução CMAS-MDS nº 96, de 15 de fevereiro de 2023, que aprova a

instituição do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (PROCAD/SUAS) e os critérios de partilha do financiamento federal do programa no exercício de 2023 e dá outras providências. Considerando a portaria MDS 871, de 29 de março de 2023, que regulamenta as ações do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social, instituído e aprovado por meio de resolução MDS-CIT nº 01, de 07 de fevereiro de 2023, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), e resolução MDS nº 96, de 15 de fevereiro de 2023, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), resolve. Artigo 1º. Aprovar o projeto executivo do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social (PROCAD/SUAS), conforme o anexo I desta resolução. Artigo 2º. O valor repassado pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) de Minas Gerais para a execução do PROCAD/SUAS é de R\$563.210,00. Artigo 3º. Os recursos serão utilizados para a contratação de pessoal, aquisição de *notebooks* e computadores e despesas com diárias e passagens para o deslocamento de equipes para a realização das ações previstas, conforme detalhado no projeto executivo. Artigo 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SECRETÁRIO:** Destaque. **PRESIDENTE:** Destaque, Lucas. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade São Vicente de Paula. Gostaria que nesse artigo 3º tivesse um parágrafo único dizendo que a gestão do estado deverá encaminhar relatório parcial da execução do recurso do PROCAD ao Conselho Estadual. **ELDER:** Isso é pela prestação de contas. **MARIANA:** Mariana, SEDESE. As prestações de contas do FEAS, naquele relatório trimestral já vai vir isso. **SECRETÁRIO:** Mas é bom deixar (inaudível), Mariana. **MARIANA:** Separado? Ok. **SECRETÁRIO:** Porque... **MARIANA:** Não, está bom. **SECRETÁRIO:** É porque ano que vem eu não estou aí mais, não é? Então. **MARIANA:** Não, está bom. **ELDER:** Trimestral ou semestral (inaudível)? **PRESIDENTE:** Grazi. **GRAZIELE:** Grazielle, CRP. Apesar das informações e já a discussão, eu acho pertinente a gente recomendar o aporte de recurso também para cofinanciamento do estado para essa ação. Então eu acho que recomendar a gente pode.

PARTE 3

**PRESIDENTE:** Também essa votação é nominal, não é? Então nós solicitamos a apresentação da planilha para que a gente possa encaminhar a votação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Arlete, pelo Movimento Graal do Brasil. **PRESIDENTE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Gabri... **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Espera aí. Vê se está todo mundo esclarecido porque estava uma conversa aqui. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Vai ter que ser nessa aqui e depois eu vou alterar, porque não tem outra. **SECRETÁRIO:** Então retomando a votação. Conselheira Arlete, do Movimento Graal do Brasil. **PRESIDENTE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Gabriela, do CMAS – Salinas. **GABRIELA:** Gabriela, CMAS – Salinas, pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Grazielle, pelo CRP. **GRAZIELE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Isac, pela ASQUIS. **ISAC:** Aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Kariny, pela Bem. **KARINY:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Lucas, pelo Conselho Central de Curvelo, pela aprovação. Conselheira Sandra, pelo SINTIBREF. **SANDRA:** Sandra, SINTIBREF, pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Iara, pela Congregação de São João Batista. **IARA:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Marilene, pela FETAEMG. **MARILENE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Simone, pelo CMAS – BH. **SIMONE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Elder, da SEDESE. **ELDER:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira... **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Calma, Lucas. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Calma aí, gente. Agora é (inaudível). **SECRETÁRIO:** Conselheiro Elder, pela SEDESE. **ELDER:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Anna Karla, da CEAPA. **ANNA:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Michele, pela Secretaria de Educação. **MICHELE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Gabriele Sabrina, pela SEDESE. **GABRIELE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Érica, do CMAS – Coronel Fabriciano. **ERICA:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Cláudia, pelo CMAS – Uberaba. **CLAUDIA:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Jorgiane, pelo COGEMAS. **JORGIANE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheira Cristiane, pela Secretaria de Saúde. **CRISTIANE:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Felipe, pela Secretaria de Fazenda. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Não, Vinícius. **SECRETÁRIO:** Vinícius. **VINICIUS:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Conselheiro Tomás. **TOMAS:** Pela aprovação. **SECRETÁRIO:** Isso. Pela SEPLAG. Pela unanimidade. **PRESIDENTE:** Então, gente, nós acabamos de aprovar esse documento, essa resolução do PROCAD. E com essa aprovação, a gente finaliza a nossa pauta de hoje, pela primeira vez. Não, nós aprovamos já a pauta, então (inaudível). **INTERLOCUTOR NÃO**

**IDENTIFICADO:** Acabou já? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Já acabou?

**PRESIDENTE:** Espera aí um pouquinho. Então nós estamos, olha, gente, pela ordem. Nós vamos agora oficializar o término dos trabalhos. O quê que é? Quê que foi?

**SECRETÁRIO:** É, eu vou pedir a inclusão da avaliação das pré-conferências e avaliação da audiência pública em regime de urgência porque aí ela entra nessa pauta. Porque nós temos tempo. Nós temos que otimizar o recurso público do estado, então nós vamos continuar. Então tem que pedir o (inaudível), tem que ser votado em regime de urgência.

**PRESIDENTE:** Olha aqui gente, por favor. Gente, falando sério. Lucas tem uma proposta de ainda fazer a avaliação das pré-conferências e também da audiência pública, então para que a gente faça isso, uma vez que nós já votamos a pauta hoje pela manhã, está em votação essa solicitação para que se faça essas avaliações ainda hoje. Quem concorda que essas avaliações sejam feitas hoje, por favor, se manifeste. Então. Então.

Ô gente, então dando continuidade, já que há uma concordância que se faça essas avaliações hoje, por favor. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Vamos pela audiência (inaudível) porque é mais (inaudível).

**PRESIDENTE:** Então. Vamos começar.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Avaliação das regionais (inaudível).

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Susane. **SUSANE:** Desculpa, gente. Susane, SEDESE. Não, é só porque, para avisar, o pessoal do GT da conferência vai lembrar que eu tinha feito um formulário de avaliação das pré-conferências e eu tenho o resultado dele. Que aí se vocês quiserem, eu posso. É bem rapidinho, é um slide assim, eu posso apresentar. **PRESIDENTE:** Então vamos começar por esse documento e vamos que vamos.

E depois da apresentação do documento, eu acho que é importante uma fala sucinta de quem esteve nesses lugares, porque é muito importante o nosso olhar também sobre esse lugar porque a gente sabe que precisamos contribuir para cada dia essa política melhorar. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central. Vou pedir agilidade da SEDESE para poder fazer a apresentação, para a gente otimizar o tempo, não é? Da plenária.

**PRESIDENTE:** Susane, então a gente começa com a audiência pública que está fresquinha, enquanto você. Gente, então. Precisamos falar, não é? Dessa audiência pública. E a palavra está aberta a quem dar o pontapé inicial. **IARA:** Uai, eu posso. Eu posso.

**PRESIDENTE:** Fique à vontade, Iara. **IARA:** Iara, Congregação de São João Batista. Na verdade eu acho que eu vou até reproduzir um pouco do que eu já falei hoje de manhã na sociedade civil. Eu fiquei muito satisfeita com o resultado da audiência, não é? Eu acho que é algo que a sociedade civil já deveria ter feito uma provocação e que eu aprendi, inclusive, com a sociedade civil e de a gente ter a oportunidade de levar os

nossos diálogos à outras instâncias, até para poder a gente pactuar melhor algumas situações e possibilitar que outros horários contribuam com o CEAS, não é? Com o CEAS e quando eu falo CEAS, eu falo da representação de governo e de sociedade civil. Acho que deveriam ter mais conselheiros lá presentes, não é? Dos dois segmentos, tanto da sociedade civil como do Governo, para poder entender qual que é o propósito, principalmente não no sentido de enfrentamento ou de uma discussão, não era esse propósito. É o propósito principal de a gente fazer alguns alinhamentos e esclarecer até com o ponto de vista de outras pessoas que não estão nesse dia a dia conosco a compreensão de como que está sendo os nossos desafios, que eles estão postos e eles são reais aqui dentro do Conselho. Junto com os meus pares eu reconheci o trabalho da Grazielle, tá, gente? Foi ela que nos movimentou. Obviamente que ela deixou claro que ela teve outras pessoas, outros coletivos que estiveram juntos, mas eu queria reconhecer o movimento que ela fez quase que muito impulsionada pelo seu segmento. E no meu entendimento, quase que individual. Então no sentido de que ela puxava a sociedade civil para esse diálogo e a gente não respondeu o quanto devia, não é? Então eu reconheci esse trabalho dele, reconheci que ela nos fez uma provocação muito sensata, porque foi muito respeitosa, não é? Não houve lá em momento nenhum nada que criasse conflitos ou criasse uma desarmonia entre a gente. Mas o objetivo foi o contrário, não é? Então eu gostei sim muito da audiência, Grazielle. E agora aqui, nesse pleno, eu quero te agradecer por nos conduzir nesse movimento, tá? E agradecer por mais um aprendizado e eu tenho entendido qual que era o seu posicionamento ao nos colocar no diálogo com outros atores que não só os que estão aqui dentro do Conselho Estadual. Então eu agradeço pela oportunidade, agradeço aos representantes de governo que estiveram lá em uma ação de acolher, não é? Não vi nenhuma situação de agressividade, muito menos de alguém que estava no lugar só apenas de defesa. Mas alguém que estava acolhendo e espero que aquilo, da forma que nós, a postura que nós tivemos na audiência, que a gente de fato reproduza ela aqui nas ações e que a gente dê as respostas que a sociedade civil solicita que sejam dadas em termos de continuidade desses trabalhos aqui, não é? Trazer a Secretaria Executiva para cá é ótimo, não é? Reconheço o reforço e o empenho de todos. Mas não é só isso. A gente quer que de fato esse trabalho seja funcional. Acho que foi muito claro para todos que estavam lá presentes qual que eram as expectativas e o quê que a gente espera e qual que é o empenho e o esforço e luta que nós vamos continuar fazendo para que essas coisas aconteçam. Não para um bem da continuidade do Conselho, mas para o bem de uma sociedade mineira, brasileira, que

espera que de fato essa política de Assistência Social tenha o alcance necessário para a gente com isso fazer valer e garantir direito de pessoas desprotegidas em uma dívida social que esse país tem com várias, com essas pessoas. Então foi nesse sentido e aí eu finalizo, já fiz o agradecimento em especial à Grazielle, mas quero agradecer a todos que estiveram lá presentes, pela oportunidade de aprendizado que eu tive naquele momento. Finalizei, Arlete. **PRESIDENTE:** Obrigada, Iara. Agora é Grazi. **IARA:** Agradecida. A Simone falou que faltou. **GRAZIELE:** Grazielle, CRP. A avaliação que eu faço é que foi extremamente positiva a nossa atividade de ontem. Eu gostaria muito de parabenizar a todos os conselheiros aqui e já reproduzir alguns reflexos que nós já tivemos nos outros grupos de coletivos, sabe? Eles elogiaram muito a audiência, elogiaram muito as falas, não é? Quem pôde. Infelizmente nessa, às vezes a gente não tem condição de estar presente, mas houve uma participação pelo *online*, então quem estava na mesa, tá? O pessoal dos coletivos, eles elogiaram as falas, falaram que a discussão foi qualificada, não é? E trazer também, eu achei extremamente importante e produtivo os encaminhamentos que nós tivemos e eu acho que fortalece o controle social, eu acho que também dá uma sustentabilidade também para a Secretaria Executiva, para a gente conseguir avançar nas questões que a gente precisa. E aí só para poder, como a SEDESE não está, em relação, não é? Que faz parte também do chamamento da conferência. Nós meio que nos perdemos em um encaminhamento que depois alguns atores do SUAS falou olha, não tiveram encaminhamentos sobre a dificuldade que nós estamos tendo na conferência, não é? Então esse encaminhamento a gente sabe que é um empenho enorme para que a conferência aconteça, mas a Bela, depois ela vai fazer esse encaminhamento também, pedindo para reforçar a condição e a relação de que aconteça mesmo a conferência estadual. Mas de modo geral, agradecer muito, muito mesmo, os conselheiros, e parabenizar as falas da mesa, porque é a reprodução do que eu estou trazendo dos outros colegas que falaram muito bem das falas. **PRESIDENTE:** Obrigada. Arlete, Graal Brasil. Então. Eu acho que a gente ontem deu um passo importante, tão importante quanto outros que temos dado, não é? Primeiro dizer que as nossas dificuldades, elas não podem ficar só aqui entre nós. Porque se elas estão aqui e elas permanecem, significa que a gente não está dando conta de avançar. Por isso é importante a gente buscar apoio onde é possível estar nos apoiando e a gente foi na casa certa, a casa das leis, não é? E a receptividade que tivemos, o acolhimento, a forma como tudo foi conduzido, foi de um respeito intenso e imenso e que a gente tem que trazer isso como muito positivo, porque a gente acaba de descobrir que é um outro

espaço onde a gente pode estar transitando com a leveza da verdade. E essa verdade não de culpabilidade, mas dizer isso é o que nós conseguimos e precisamos avançar. Nós estamos com essa dificuldade aqui nesse ponto. E aí, como que nós vamos poder fazer? Se nós, enquanto CEAS, com todas essas nossas representações, não temos dado conta, vamos buscar lá onde que é possível nos ajudar também na forma legal. Outra coisa é dizer, assim, da participação, não é? A participação, olha que hora que a gente chegou, que hora que a gente voltou para as nossas casas, não é? Para os lugares onde estamos hospedados e hospedadas. E também dizer que nós tivemos a oportunidade de chegar em tempo de ouvir uma outra audiência pública que estava acontecendo e que é um tema que também afeta todos nós. A todos e todas, que é a questão da mineração em Minas Gerais, não é? Teve toda essa discussão, bom que a gente ouviu, bom que a gente teve oportunidade de ver pessoas que são usuários dessa política da Assistência Social e isso aumenta nosso olhar nesses territórios onde às vezes, por uma razão ou outra, talvez a gente não esteja chegando a partir dos nossos equipamentos. Não sei se é assim, mas a gente precisa estar atento à todas essas situações que vêm acontecendo. E daí dizer também que eu lamento que tenha faltado pessoas porque sempre quando falta um ou dois, não somos todos e todas. E dizer que o espaço está aberto, a Bela já fez contato aqui hoje comigo. E que vamos continuar nessas tratativas e agradecer a cada um e a cada uma que teve a oportunidade de viver esse momento ímpar promovido pelo CEAS na pessoa de alguns e algumas conselheiras. Muito obrigada. **PRESIDENTE:** Elder. **ELDER:** Elder, SEDESE. Até alguns pontos já foram tratados. Eu até agradeço também o reconhecimento de todos, do nosso esforço para a conferência. E é só falar que foi realizado o GT da conferência, acho que foi terça passada, se eu não me engano, ou quarta. Nem todos puderam participar, mas aí quem participou, a gente discutiu muito essa questão da conferência. Das nossas dificuldades e a gente deixou muito claro, a Lara até brincou assim: “A Marcela estava lá doidinha no GT”, falando da grande dificuldade que a gente teve, porque o evento que a gente está fazendo, ele é muito grande. E por ele ser muito grande, a gente não consegue achar locais para fazer em Belo Horizonte. O Minas Centro já está com as datas todas marcadas. O Palácio das Artes também já está com as datas todas marcadas. Então aquela lógica de, daquela lógica que a gente fazia: “Vamos fazer em um lugar e vamos hospedar as pessoas nos outros”, só isso a gente já não conseguiu fazer. O Expominas também, se fosse lá, teria que fazer várias adaptações, todos, não tinha divisão de sala. Então a gente olhou todas as possibilidades e chegou a um modelo que

poucos fornecedores podem fazer. Desses poucos fornecedores, eles tinham que mandar orçamentos para a gente, para a gente fazer o processo de compra, porque a gente tem que ter o valor de referência. Eles demoraram muitas semanas para mandar, mas muitas mesmo, e isso tudo foi atrasando o processo. E deixando claro. O (inaudível) é no dia 25, na segunda-feira, e aí por isso que o pessoal fala: “Ah, mas e a data?”. A gente tinha que colocar uma data, não tinha como. E a data que já estava pactuada era 03, 04 e 05. Se a gente mudasse a data, a gente ia começar o processo de compras todo de novo, porque há um entendimento que se você muda a data, aquele orçamento pode não ser válido. Eu fazer um evento em fevereiro é diferente de eu fazer um evento em junho. Então aí a gente colocou essa possibilidade de alteração de data justamente nesse pensamento, porque se a gente colocasse 03, 04 e 05 para o Pregão dia 25, tinha chances de uma empresa querer. E assim que houver o Pregão a gente vai conversar com a empresa e verificar a melhor data para isso. Concomitantemente fizemos a consulta ao CNAS sobre a possibilidade de alterar essa data e até eu acho que já foi esclarecido no grupo, teve que ser feito uma consulta rápida, depois a gente formalizou com a assinatura da Dona Arlete. Isso foi falado na conferência, mas deixando claro. Houve discussão sim. Não foi uma coisa que a SEDESE mandou, não houve nenhum atropelamento. Isso está sendo discutido desde antes. E as questões, ontem a Gabi trouxe as questões do processo eleitoral, isso foi falado no GT que ainda tinha essa preocupação de que o processo eleitoral não estava recebendo inscrições. Então seria interessante aumentar o prazo. Então isso foi discutido lá também, só que nem todo mundo teve a possibilidade de discutir. E uma coisa que eu falei é que eu acho que depois do GT é interessante a gente começar a mandar algumas mensagens no grupo mesmo, falando o que foi discutido para todo mundo saber, porque às vezes a gente discute, uma pessoa não participa e acha que não aconteceu e acaba dando essas falhas de comunicação. Dizer que a gente também gostou muito da audiência, que a nossa postura mesmo era ouvir, a gente não foi lá para ficar retrucando ninguém, acho que esse não era o objetivo. O plenário que foi feito foi horrível. Assim, isso tem que deixar bem claro. Foi um espaço muito esquisito, mas aí até a Bela, a deputada, ela pediu desculpa porque falou que só tinha aquele. E acho que o importante a partir disso é a gente avançar. Os encaminhamentos vão ser respondidos pela SEDESE e é isso. **IARA:** Iara, Congregação de São João Batista. Só uma coisa que eu acho que é importante, Elder. Esses alinhamentos foram feitos hoje com a sociedade civil. Alguns pontos que não eram de esclarecimento que nós não tivemos oportunidade, não é, Dona Arlete? E eu me coloco na responsabilidade, que eu

também sou do GT da conferência. Nós alinhamos com a sociedade civil e reiteramos a dificuldade que nós temos de fazer as nossas reuniões presenciais e assim a gente compartilhar e comunicar e não ter ruídos de comunicação que vêm acontecendo. Então é o fluxo mesmo que a gente precisa melhorar, no sentido do próprio CEAS, não é? Mas que essas questões foram alinhadas e a sociedade civil faz a compreensão. Hoje tem a compreensão de como que se deu e como que está sendo os esforços voltados para a conferência, o que não nos impede de lutar para que de fato ela aconteça. Mas esses alinhamentos foram feitos. **SANDRA:** Gente, como é que está a inscrição? **PRESIDENTE:** E Leon. Leon. **SANDRA:** Sou eu, gente. Não, ele levantou a mão aqui para me (inaudível). Pois é. Gente, não, muito interessante. Do evento de ontem, assim, eu avalio também muito positivo a condução dos trabalhos. Primeiro a iniciativa, aqui como já foi falado, meus colegas aqui que me antecederam já falaram bem. Assim, não teve agressividades, foi uma fala assim, cada um falando do seu lugar, enfatizando toda essa problemática. A audiência em si foi muito tranquila. E saiu encaminhamentos. Agora, o que motivou até a gente chegar a esse momento dessa audiência, eu vejo que quando eu peguei o microfone e falei um pouquinho disso, que naquele momento eu até senti uma tristeza de como que chegou a um ponto de a gente acirrar tanto as nossas relações de comunicação e entendimento aqui que houve radicalização da parte governamental, houve radicalização às vezes da parte da sociedade civil. Tudo em defesa do Sistema Único de Assistência Social, da nossa Assistência Social. Concordo do esvaziamento. A Assistência Social interessa não só a dois, três conselheiros que propôs e que estavam lá mostrando a sua cara, mostrando a sua voz, a sua fala sobre o que está acontecendo. Infelizmente a gente não conseguiu pacificar aqui e criar os consensos. E que bom, não é, Dona Arlete, que tem outros espaços que podem vir nos apoiar e isso é muito interessante, não é? E importante. Mas as questões foram colocadas e até que chegue, não é? Que a gente chegou a esse ponto, teve muitas situações, eu acho que isso tira para a gente agora, assim, um aprendizado, de a gente dialogar mais, ter mais tempo para alinhamentos, não é? Sociedade civil e Governo em torno da pauta, sabendo que é um espaço de senso. A gente busca o consenso, mas é uma correlação de forças. A sociedade civil, quero destacar a fala da Grazi, a Gabi falou muito bem, não é? Representando trabalhadores, mas assim, como um todo. A Grazi falou da dimensão que às vezes é esquecida na assistência do controle social, é a dimensão política. Porque quando interessa ao A, vem toda com a legislação e normativa e fala parágrafo, inciso, etc. Quando não interessa tal matéria, aí vamos olhar a questão política. É um espaço

político, não é só, às vezes a legislação, puro e simples o papel, é dinâmico, não é? Como você falou, Elder, da conferência não entrar nisso que amanhã é a pauta da conferência e a Lara já falou, assim, a gente também está discutindo entre nós. Nossas lacunas, não é? As coisas que a gente tem que aprimorar também. Então é um aprendizado porque muitas vezes o Governo vem com uma posição, a gente sabe, não é? Quero destacar aqui a homenagem à Bayão que foi muito pertinente e muito importante, porque a gente já vem de outras caminhadas e passamos por vários governos. Mais progressista, menos progressista, e de repente a política caminha para um lado, de repente do governo que está de plantão, caminha para o outro, e a sociedade civil é de luta constante, não é? Para o aprimoramento. Agora, quanto à conferência, eu quero, é só também fortalecer esse informe da Lara que a gente conversou pela manhã, lavando também a nossa roupa suja com muita tranquilidade das coisas que a gente tem que aprimorar entre nós também, enquanto sociedade civil. Que os ruídos da comunicação, não é? E eu acho que muitas vezes esses ruídos, essa falta de comunicação vai gerando uma outra série de situações. Eu não vou falar aqui o que eu, o que aconteceu comigo no último pleno do Conselho Nacional de Assistência Social. A mesa diretora lasca os informes lá e um deles era, que eu estou até hoje arrependida e que eu fui colocar no grupo, a SEDESE de Minas Gerais e Minas Gerais (inaudível), pedindo o adiamento da conferência. Assim, mas vai adiar a conferência? Eu não estava sabendo, enquanto conselheira. A gente tem que saber tudo. E aí a gente conversou isso hoje de manhã na sociedade civil, não é? Foi um constrangimento, porque eu falei assim: “Bom, (inaudível)”. Eu coloquei no grupo depois da decisão e depois eu fui conversar com meus pares, fui colocar: “Gente, a SEDESE”. Coloquei no grupo nosso. “A SEDESE solicitou, veio o ofício falando do adiamento da conferência e solicitando”. Foi aprovado, todo mundo foi pela aprovação. E ainda falei: “Não foi só Minas. São Paulo pediu também adiamento”. Do grupo, isso espalhou para o municipal, nacional, internacional e não sei o quê. E saiu alastrando essa informação e aí já falando que quem deveria, e aí ficou na questão do método lá. Era o CEAS, era a SEDESE e tudo. E eu assim: “Gente, o intuito do informe é para falar que vai ser aprovado, que vai ser adiado”, para poder tranquilizar, entre aspas, que foi acatado. Mas eu fiquei assim pensando que se foi discutido, não é? Tanto (inaudível) quanto sociedade civil, a gente fez essa reflexão hoje pela manhã. Deveria ter colocado no grupo: “Teve essa decisão, foi colocada essa sugestão”. Pronto, todo mundo está sabendo, todo mundo, e com os argumentos pertinentes, motivos, etc e tal, mas melhorar essa comunicação. Porque isso aconteceu lá e aí isso refletiu muito

negativamente Brasil afora, Minas Gerais, igual falei, só faltou internacional, porque sobre essa questão do adiamento, não é? Aí todo mundo aqui de Belo Horizonte e Minas Gerais passando *zap* para a Simone. Porque *zap* para a presidente do Conselho? Mensagem. Eu queria saber mais detalhes. E aí vem as, a gente como representante de Minas. Então assim, eu acho que a gente tem que aprimorar na comunicação, tem que melhorar muito isso porque esses ruídos às vezes vão causando situações mais sérias e ficam mais complexas. Mas eu acho que foi um aprendizado para a gente, achei que foi a condução, parablenzo todas as falas que lá tiveram. Mariana, (inaudível) SEDESE, trouxe toda aquela apresentação, nós e a sociedade civil. Mas senti um esvaziamento, porque nas discussões tinham poucos conselheiros, não é? Inclusive da parte governamental. E a sociedade civil que estava mais presente, então que a gente tenha esse aprendizado e a gente, vamos amadurecer na nossa capacidade de diálogo. **PRESIDENTE:** Obrigada, Sandra. Gabi e depois (inaudível). Gabi, Mariana. **GABRIELE:** Gabriele, SEDESE. Eu acho que eu já fui muito contemplada na fala da Lara e da Sandra, sabe? Acho que era nesse sentido de a gente, se ainda tiver algum conselheiro aqui que não está esclarecido sobre a alteração da data da conferência, por favor se manifeste. Porque a gente pode voltar, a gente pode explicar todos os motivos. Eu entendi o GT, não é? O CEAS assumir. Ele teve que escolher entre dois riscos. Um de fazer um pregão no dia 25 para uma conferência na semana seguinte que aí não ia ter mobilização, não ia ter, a gente corria um risco de esvaziamento da conferência, ou adiar para a gente ter esse fôlego, inclusive para as eleições, para a organização. Então assim, eu não participei de GT, não participei da decisão, mas eu corroboro. A partir do momento que o CEAS toma essa decisão, a presidente manda um ofício para o CNAS e toma essa decisão, eu corroboro e defendo essa decisão do CEAS que foi a mais acertada. Então eu acho que a gente precisa ter cuidado nessas comunicações. A gente sabe que a gente tem posições diferentes, isso é normal, isso é ok. Mas quando a gente recebe uma convocação de uma audiência pública com temas e divulgado por alguns fóruns, algumas frentes, como ataque à conferência, não convocação da conferência, aí a gente já passa para um lugar de mentira mesmo, não é? De *fake news*, o que a gente não quer. Então eu acho que a gente cuidar dessa comunicação e aí acho que a SEDESE e o Conselho, a gente está aqui para explicar essa alteração de data. Se alguém ainda não tiver esclarecido. Para que a gente tenha uma fala única enquanto Conselho e que isso não aconteça de novo. **PRESIDENTE:** Obrigada. Mariana. **MARIANA:** Mariana, SEDESE. É no sentido de complementar e até aqui agradecer a fala da Sandra, porque eu estava aqui resgatando exatamente no dia

que a Sandra foi assim, três pessoas no mesmo dia. A Sandra foi uma delas, ela falou, então por isso que eu vou falar o nome dela. Me ligaram ou me mandaram mensagem assim: “Mariana, a conferência foi cancelada? Mariana, SEDESE não convocou conferência?”. Aí ontem, quando eu chego na Assembleia, a deputada falou assim: “O estado não convocou a conferência”. É o quê? Eu estou assim: “Gente, o quê que está acontecendo?”. Então, assim, o quê que eu acho, gente? E a Gabriele falou uma palavra que para mim fechou todo o meu raciocínio que eu estava aqui fazendo. *Fake news* causa danos irreparáveis. Todo mundo aqui está cansado de saber disso. Então se tem alguém dentro desse Conselho ou fora dele, mas que saiu compartilhando mensagens falando: “A conferência foi adiada. A conferência não foi convocada. O Governo não quer fazer conferência”. Porque foram essas falas que chegaram até mim, exatamente dessa forma. Foi exatamente isso que chegou na Assembleia Legislativa, então não sei quem que levou, como levou, mas é dessa forma que eu fui questionada. E a minha resposta foi simplesmente, eu até peguei a resposta, falei, o quê que eu respondi para a Sandra? Eu falei: “Sandra, eu não estou sabendo. Teve uma reunião do GT, teve uma reunião da mesa diretora, o processo licitatório está em andamento, o processo eleitoral está em andamento. A última notícia que eu tive inclusive foi que o processo eleitoral foi prorrogado, então existem decisões do CEAS que eu não estou sabendo”. E aí eu gostaria de reforçar isso aqui que essa questão de *fake news*, compartilhamento de mensagens, ela é séria, tá? E são ataques que fazem ao Governo, porque quem fez isso sabia o que estava falando. Não sei com qual objetivo, sendo que a decisão, ela não é uma decisão do Governo. O Governo não convocou a conferência sozinho, o Governo não faz conferência sozinho. A gente vem do mês de agosto realizando 15 conferências regionais, todas em conjunto, todas com a sociedade civil participando, todas com a SEDESE participando, todas de forma organizada, positiva. Então assim, para mim isso me causou muito constrangimento, estranheza, surpresa, e eu acho que é importante ficar registrado isso aqui também. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. Grazi. **GRAZIELE:** Grazielle, CRP. **PRESIDENTE:** Ô gente, na fala da Grazi, aí a gente conclui e vamos para a apresentação de Susane. **GRAZIELE:** Grazielle, CRP. Só para aproveitar que fica registrado mesmo e gravado. Agradecer também aos coletivos que participam junto com a gente, não é? A Executiva da Frente Mineira, a Frente Mineira, o Foz, (inaudível), CRP, CREAS, são diversos. O Fórum Municipal de Usuários de Belo Horizonte, não é? Dizer que também tiveram outros também, mas a falta de memória aqui, a idade, ajuda, não ajuda. Mas assim, a Lara fez essa lembrança, foram muitos coletivos e para exemplificar

da importância de a gente coletivizar mesmo as nossas ações e as nossas demandas que foram muito oportunas e muito pertinentes para a realização dessa audiência.

**PRESIDENTE:** Então, agora dando prosseguimento, não é? À pauta que o nosso querido primeiro secretário solicitou. Nós vamos para o segundo ponto que é a avaliação que Susane vai nos apresentar. Por favor, Susane. **SUSANE:** Adriane, está salva na pasta “Documentos”.

**PRESIDENTE:** Não, ele só foi ali atender um telefonema. **SUSANE:** Aí coloca por favor.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** É essa aí mesmo. Está aberta. **SUSANE:** É, é isso aí. Chama formulário de avaliação. Tem dois arquivos, um é o resumo, mas eu queria mostrar o outro rapidinho, só para vocês entenderem como é que foi calculado. É o primeiro desses dois aí, Adriane. Isso. Bom gente, Susane, SEDESE.

Como eu já adiantei, o GT da conferência aprovou o formulário de avaliação que nós, não só aprovou como contribuiu também para a gente fazer o formulário de avaliação. Eu estou na SEDESE já tem 8 anos e eu sempre encontro a mesma dificuldade que às vezes a gente tem que tomar decisões baseado e às vezes percepções muito individuais, e ausência de dados para enfim, para a gente conseguir tomar decisões melhores. Por exemplo, locais que são mais adequados que outros ou decisões relacionadas à organização. Então foi uma tentativa de a gente começar a ter esse banco de dados, para nas próximas conferências a gente tomar decisões melhores. Aí eu vou pedir para ir passando rapidinho, só para, 257 respostas que a gente teve. E aí como é que estava dividido, não é? O delegado, o participante, ele marcava, não é? De qual evento que ele estava participando. Pode passar, Adriane. E aí tinham várias perguntas. Vai nessa 3 aí.

Por exemplo, dê uma nota para a qualidade do almoço. E aí vocês estão vendo esse gráfico, não é? A nota mais baixa é a nota 1 e a nota mais alta é a nota 5. Então aí tem uma média, não é? Que é feita pelo número de pessoas que marcou cada opção. Então só para explicar. Aí, Adriane, pode abrir o outro arquivo que é aquele resumo, porque esse eu posso mandar para vocês tudo depois. Mas basicamente os dados estão resumidos nesse arquivo aí que eu peguei a média de cada um daqueles requisitos e calculei uma nota, não é? Lembrando que é de 1 a 5. Então não está dando para ler direito, mas eu vou falar um por um. Na categoria “organização” da pré-conferência.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível). **SUSANE:** É. Ah, sim. E outra coisa, gente. As pessoas, elas tinham a oportunidade de deixar comentários qualitativos, então na hora do lanche, eu vou contar qual que foi o comentário. Na parte da organização, não é? A gente teve uma nota muito boa relativa aos materiais que a gente entregou, lembrando que a gente teve um folder que foi entregue, os crachás por cores diferentes,

não é? Que aparentemente ajudou muito na hora da eleição. O credenciamento do evento que foi muito importante que nos primeiros eventos a gente teve um probleminha com o credenciamento, mas logo assim, na segunda semana, a gente já conseguiu fazer ele fluir melhor. A forma de organização das listas, com os nomes das pessoas. Então a gente conseguiu corrigir esse erro muito rapidamente, como a nota reflete isso, não é? 4.54. E aí organização geral do evento, a nota foi 4.53. Em relação à programação, também as notas foram muito boas. Oi? Arrasou, é. Tempo de duração do evento, não é? 4.46. Lembrando que ao contrário de anos anteriores, eu acho que é a primeira conferência (inaudível) que eu vejo terminando no tempo certo, assim. E isso é muito bom. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Está ouvindo, Mariana? **SUSANE:** Mas enfim, é importante isso porque os municípios têm que retornar, os participantes têm que retornar aos municípios deles. Muitas vezes as pessoas tinham que sair antes da programação terminar, tendo prejuízo nas discussões. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível) respeito. **SUSANE:** Isso, exato. O tempo destinado ao debate, não é? 4.39. É uma nota boa também, ela é um pouquinho mais baixa que as outras, então é bom a gente também dar uma olhada nos comentários depois, não é? Relacionado à essa parte de tempo destinado ao debate. Mas enfim, as pessoas avaliaram muito bem, principalmente na parte da tarde também. Porque apesar do debate da palestra inicial ter sido um pouco curto, não é? Eu acho que foi 1h, 1h30. Na parte da tarde, tinha um período grande, então os comentários têm relação com isso. O cumprimento da programação tem a ver com o tempo de duração também, não é? 4.45, é quase a mesma nota. E a programação em si, 4.47. Em relação à alimentação, o lanche que foi distribuído para todos os delegados, a reclamação, assim, majoritária era de ter somente itens industrializados. Então essa foi a maior reclamação das pessoas, não é? De não ter uma fruta, só ter bolinho e biscoito industrializados. E doce, exato. Então a reclamação foi assim, majoritariamente relacionada a isso assim, não é? Dos produtos que estavam lá. Então isso é uma coisa que a gente consegue corrigir nas próximas com facilidade, não é? É só a gente prever um *kit* diferente, com alimentos diferentes. Pedir para o fornecedor ter esse cuidado de ter uma variedade, etc. O atendimento no local do almoço, 4.33. A qualidade, 4.31. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Você tem a avaliação de Belo Horizonte? (inaudível)? **SUSANE:** É, eu acho que depois, gente, igual, isso aqui eu vou depois distribuir por evento também, para a gente ter uma avaliação maior. Porque igual eu falei, não é? É bom olhar para os dados mais individualizados depois para a gente saber que lugar que deu certo e que lugar que não deu. Mas em

geral as notas do almoço foram boas também. Muitos, em relação ao almoço, teve algumas reclamações relacionadas ao deslocamento entre o lugar do evento e o local de almoço, não é? Em alguns municípios houve uma dificuldade de fazer o almoço no próprio local do evento e os delegados reclamaram um pouco disso, assim, não é? De ter que sair do local, ir para outro, se deslocar. Então na hora da escolha dos lugares das próximas conferências, pensar nisso também. E aí em relação à infraestrutura do local do evento, só notas boas também. A limpeza, 4.7. Condições de acessibilidade, 4.44. As instalações físicas de modo geral, 4.63. E o local de realização do evento, 4.68. A média dessas notas todas dá 4.47. Então, aí é o que eu estou falando com vocês, não é? A análise evento por evento a gente, não fiz ainda, não é? Mas assim que eu fizer eu encaminho para vocês e a ideia aqui é isso, que a gente tenha muitas informações para tomar decisões melhores nas próximas conferências.

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível) quer (inaudível). **ELDER:** Eu quero falar. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Eu também quero falar. Mas deixa eu só perguntar para a...

**PRESIDENTE:** Pergunte. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Susane. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Susane, é. Ia chamar de Marcele. Susane, foram poucas avaliações. A gente entende que as pessoas avaliam pouco mesmo, isso é uma realidade. Mas dá para poder fazer um comparativo do percentual em relação ao público? **SUSANE:** 10%. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** 10%? É, então é mais ou menos isso que a gente. **ELDER:** Elder, SEDESE. Não, a única coisa que eu queria, primeiramente é agradecer e pedir até uma salva de palmas para a Secretaria Executiva que conseguiu participar de todas as pré-conferências, quatro pessoas. E elas viajaram de segunda à sexta, emendarem viagens, então parabéns para a Adriane, parabéns para a Paula, para a Mira e para a Cirlene que saiu, mas também participou do evento. Vera também. Todas as profissionais. Todas elas que participaram porque foram assim, foram semanas muito difíceis para elas, a gente viu. De ter que combinar demandas da Secretaria Executiva com demandas de conferência, então. E o Juracir, é, o motorista da SEDESE que virou amigo de todo mundo. E dizer que assim, foi um evento muito complexo, a gente percebeu que tiveram muitas variações de um local para outro, principalmente a alimentação, o espaço, que é o risco a esse contrato que você tem que contratar coisas em locais que você não está. Quando é aqui em Belo Horizonte, a gente sempre tem muita noção de ser um local bom ou ruim, de onde tem uma alimentação boa ou ruim, lugares que dá para ir, não dá, que tem fila ou não tem. Mas eu acho que no geral, pelo o que foi falado assim, e a gente recebeu vários retornos, muitos delegados

chegaram para a gente, delegados e delegadas, falando que acharam a conferência muito boa e inclusive elogiaram muito o novo modelo que dava aquele tempo para discussão e assim, pelo menos as que a gente participou, ninguém questionou a questão das deliberações. Ninguém. Não houve um comentário sobre isso. Foi algo que a gente teve dificuldade para chegar a um acordo, então eu acho que foi um caminho interessante assim. Acho que claro que vale a discussão sempre, mas no geral, eu assim, pelo menos as que eu participei que foram quatro, eu avalei como muito positivo. **PRESIDENTE:** Iara. **IARA:** Iara, Congregação de São João Batista. Eu queria trazer um ponto até que nós dialogamos hoje na sociedade civil que eu recebi até de uma forma assim, meio surpresa, não é? Porque a gente colocou a questão da estrutura que não foi boa. Eu falei: “Gente, como assim? Aqui em Belo Horizonte foi no Dayrell”. Aí depois falei assim, aí uma outra lá em Valadares, aí falaram comigo, eu falei: “Onde que foi em Valadares?”, porque eu morei lá. “Foi lá no Colégio Imaculada”, eu falei: “Gente, o colégio é maravilhoso, eu trabalhei lá”. Então eu me surpreendi. Aí até falaram da acessibilidade, eu falei: “Gente, eu trabalhei lá fazendo inclusão de pessoas com deficiência, como assim?”. Então eram lugares que eu tinha muita propriedade que eu participei em Belo Horizonte e lá o Imaculada eu conheço, é uma escola do Bom Coração, inclusive. Mas aí depois a gente foi avançando. Quando a gente está disposta ao diálogo, é outro nível, não é, gente? Porque a gente para para poder escutar o outro e entender. Então do ponto de vista de estrutura, eu acho que se fosse feito uma avaliação na provocação do que tange na metodologia que nós pensamos enquanto Conselho, a gente precisa melhorar muito. Então quando eu trago, por exemplo, a visão do Dayrell. O espaço é muito bom, não é? Assim, excelente. Mas a gente não teve possibilidade de cumprir com a metodologia que a gente criou aqui. Que é aquela de visão de grupo, que é os grupos poderem, quando a gente está em grupos menores, gente, a forma de a gente, a coragem de a gente se posicionar e se colocar, ela é totalmente diferente de quando você está em um grupo de 250 pessoas, não é? Então tem pessoas que nem se veem no direito de ter uma fala porque: “Nossa, tem tantas pessoas aqui, será que o que eu vou falar, como vai ser ouvido?”. Agora, quando a gente está em um grupo pequeno e a dinâmica nossa, metodologia, nós amarramos ela muito bem, não há que questionar sobre isso, a gente consegue dialogar e ajudar com que as pessoas se posicionem, porque eu não acho positivo quando a gente fala que ninguém questionou. Eu não acho. Eu acho que tem que questionar, tem que dizer alguma coisa para a gente, tem que falar que não está legal, porque a gente não pode só falar assim: “Amei” para tudo não. A forma que a gente

dialoga é que tem que ser diferente, tem que ser com respeito. Mas dizer sim ou não é o certo, não é? Então assim, então em termos de estrutura eu penso que a gente tem que pensar muito, não é? Que a gente tem que dar condição de na hora de fazer o diálogo e achar esses lugares para poder fazer a conferência, ter em mente que nós precisamos de um espaço com auditório e salas disponíveis, porque a gente vai fazer um trabalho de grupo de qualidade, porque um dos nossos objetivos principais era ajudar a sociedade civil e também Governo a entender qual que é o seu lugar dentro dessa política pública de Assistência Social. Me lembro de dar exemplos de trabalhadores que ainda se veem como governo, de entidades que não executam a política de Assistência Social aqui no (inaudível), não é, Patrícia? A gente tem feito um trabalho intensamente para poder as entidades entenderem que elas são SUAS e o quê que é o SUAS, o quê que está tipificado e que elas são política pública, não é? Porque às vezes a gente escuta falas assim, muito negativas no sentido do terceiro setor, mas existe um terceiro setor que executa política pública e que é SUAS e que faz defesa dessa política. Então essas entidades, elas têm que se reconhecer porque em Minas Gerais 80% da execução é das entidades e Belo Horizonte 70%. Se elas não entendem enquanto SUAS, se elas não conseguem fazer a defesa dessa política, nós estamos fadados a falir o SUAS. Não tem jeito se aqueles que têm que fazer a defesa não estão conseguindo entender qual que é o lugar deles nessa política. Então faltou isso. Nós precisamos melhorar essa condição de estrutura. Infelizmente isso vai impactar na qualidade da conferência. Algumas estratégias dentro do segmento da sociedade civil para potencializar e amenizar isso, a gente conversou, não é, pessoal da sociedade civil? Para que a gente consiga dialogar com os nossos pares e ajuda-los na conferência a entender qual que é o lugar deles dentro dessa política. Mas isso é algo sério que nós não podemos deixar passar. Nós precisamos de fato efetivar a metodologia que nós construímos e elaboramos aqui dentro desse Conselho. Finalizo, não é? Porque daqui a pouco vão cantar parabéns para mim. Agradecida. **PRESIDENTE:** Leon. **WELLINGTON:** Wellington, vulgo Leon, FML do SUAS. Boa tarde a todos, todas e todes. Quero falar um pouco da experiência que eu pude estar participando e desde já agradeço essa oportunidade, porque ali pude estar conhecendo território e cidades que eu nem imaginava que existia dentro de Minas. Me traz uma certa preocupação, antes disso, na pessoa da Paula, na última pré-conferência que eu participei citei a Secretaria Executiva, não é? Tanto pelo trabalho em si e tanto pela presença, então desde já, enquanto usuário, eu agradeço vocês, viu? Me traz uma certa preocupação esse último gráfico aqui. Infraestrutura. Em todas as conferências em que

eu estive o que faltou foi isso. Eu vou citar mais ou menos o único, porque eu poderia citar Muriaé, poderia citar entre outros que eu participei. Mas Governador Valadares. Quantas vezes eu e o Isac, nós tivemos que ajudar pessoas que tinham alguma certa deficiência, vamos dizer assim. Escada, três lances de escada, pessoas de cadeira de rodas, falta de mobilidade. Então a gente teve que correr atrás disso para poder auxiliar e quando tinha, era uma volta quase o quarteirão inteiro. Para quê? Para que aquelas pessoas pudessem. Isso eu digo usuários. Os usuários estarem participando. Uma outra coisa que me deixou muito preocupado, pelo menos nas primeiras conferências que eu estive participando, é o esvaziamento da participação dos usuários. Em todos os lugares eu disse e reafirmo aqui. Não tem como fazer políticas públicas sem a presença dos usuários. **SECRETÁRIO:** Lucas, Conselho Central de Curvelo da Sociedade São Vicente de Paula. Gente, antes de tudo eu preciso parabenizar a Comissão de Monitoramento das deliberações da conferência. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Bate palmas para nós, gente. **SECRETÁRIO:** Palmas, não é? Merecem. Justamente porque enfrentaram uma barra de ser questionado da metodologia que seria implementada para esse processo conferencial. Eu precisava dizer disso porque foi questionado a metodologia apresentado, foi apontado que não teria competência para poder fazer aquela metodologia e aquela metodologia não atenderia ao controle social. Aquilo que nós vimos dentro das conferências, eu pude participar de seis conferências regionais, a gente viu que e o espelho daquilo que o pessoal pôde contribuir na avaliação demonstra que a gente conseguiu fazer uma conferência diferente daquilo que a gente já havia consolidado. E eu acho que é importante que esse Conselho, enquanto órgão permanente de controle social da Assistência Social, ele se atenha a isso. Se modifique sempre para poder trazer algo novo de metodologia para reconquistar os atores da política de Assistência Social. Eu compartilho da mesma posição que o Leon trouxe aqui, da ausência dos usuários e das usuárias da política de Assistência Social. De todos os processos conferenciais que já participei, esse foi o mais fraco na participação dos usuários e das usuárias da Assistência Social. E eu tenho para mim uma análise, não é? De que eles estão cansados do mais do mesmo. Então quando a gente apresenta uma nova metodologia, uma nova forma de fazer controle social, a gente inova, a gente dá o interesse em participar, não é? Então quem já participou de diversas outras conferências em que se tinha deliberação, se discutia, se consolidava, ia para eixo e ia assim por diante, seguindo à risca aquele planejamento. E se depara com uma outra metodologia em que você tem um espaço para que você possa se expressar naquilo que é bom dentro

da sua região, naquilo que pode melhorar dentro da sua região e aquilo que está, assim, terrível dentro da política de Assistência Social, você vê ali um conforto para aqueles que estão expondo a situação e uma liberdade para que eles possam expor, não é? Sem qualquer tipo de constrangimento ou mesmo de formalidade. A pessoa pode se expressar em uma linguagem acessível. Então quando o Conselho Nacional, ele apresenta e aí eu preciso fazer essa crítica ao Conselho Nacional. Quando ele constrói um processo conferencial sem diálogo com os conselhos estaduais, estabelecendo praticamente a discussão dos mesmos eixos há não sei quantos processos conferenciais, isso fragiliza a participação dos usuários e das usuárias. E por consequência, o trabalho dos trabalhadores. Porque são eles que estão na ponta fomentando a participação dos usuários e das usuárias. Falar a mesma coisa todo processo conferencial é muito difícil. Está aqui Sandra representando o Conselho Nacional também que eu precisava dizer disso sabe, Sandra? Porque foi muito disso que nós ouvimos nas conferências regionais e também nas conferências municipais. E ousei dizer que teve conferência municipal que falou assim: “Gente, a gente teve tanta dificuldade para poder construir a conferência municipal porque ninguém queria vir participar para eu poder falar da mesma coisa que já foi falado no último processo conferencial”. E muitos municípios estavam assim: “Ah, nós vamos pegar as mesmas deliberações de anteriormente, do último processo, e apresenta-las novamente”. O processo conferencial, ele precisa ser reinventado da mesma forma que nós reinventamos a metodologia. Precisamos discutir: o SUAS já foi implementado dentro do meu município? Que tipo de normativa nós precisamos discutir para consolidar o SUAS? O processo conferencial tem que dizer disso. Avaliação constante e permanente e monitorada da política pública, ela perpassa justamente isso. Nós precisamos discutir a NOBSUAS. Nós precisamos discutir o processo de discussão da resolução 237 que consolidou na resolução 100. Isso tem que estar dentro do processo conferencial. De que forma que os conselhos vão se adequar para poder implementar a resolução 100? Os conselhos estaduais? E assim por diante. As novas, reconhecer as novas formas de controle social que estão consubstanciadas nos fóruns articulados. Então aí a gente consegue também avançar sobre aquilo que foi discussão do Conselho Nacional, em especial com relação à resolução 06 em que os trabalhadores tiveram que travar uma briga para poder suspender a discussão em que não se queria reconhecer o trabalho dos fóruns de trabalhadores. Nós, enquanto Conselho Estadual, temos que estar atentos a isso. E aí também já vou provocá-los. A orientação do Conselho Nacional sobre o processo de conferência é uma orientação. Na medida em

que nós, enquanto Conselho Estadual, podemos aprimorar o nosso processo conferencial para poder dizer do nosso território, para poder dizer da nossa expectativa para aquilo que é consolidação do Sistema Único de Assistência Social no nosso território de Minas Gerais. Então buscar novas alternativas, isso é muito importante, por isso que eu quis dizer, voltar a minha fala especificamente para a Comissão de Monitoramento e dizer que todos esses dados que estão consolidados aqui não são um conforto para essa Comissão. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Não? **SECRETÁRIO:** Na verdade é um ponto de partida para desconstrução e reconstrução de um outro Sistema Único de Assistência Social. **PRESIDENTE:** Gabi. Gabi, SEDESE. **SANDRA:** E aí é isso mesmo, Lucas. E aí é o SUAS, que temos o SUAS que queremos, não é? É isso que nós vamos falar na conferência. É o tema da conferência. **GABRIELE:** Gabriele, SEDESE. Eu vou ser breve. Eu acho que, gente, dá uma segurada. Não, é rápido. É só assim, com relação à participação, acho que a qualidade das conferências. Parabenizar os conselheiros, todos que participaram, não é? E conduziram, não é? Acho que na pessoa da Simone. Agradecer a todos os conselheiros que viajaram o mês inteiro para poder conduzir as conferências, a Secretaria Executiva. O Lucas perdeu a família de tanta conferência que ele participou. Eu acho que preciso parabenizar também a equipe da SEDESE, não é? A pessoa da Susane e da Marcela que conseguiram construir um bom contrato, não é? Porque a gente teve uma empresa com qualidade que venceu esse pregão, então a gente teve, assim, teve problemas, mas acho que a avaliação final é que eles desempenharam bem o serviço para que foram contratados. Eu acho que assim, como fragilidade, eu acho que para a gente pensar a metodologia das pré-conferências regionais, eu senti um pouco, eu acho que é uma falta de consciência regional mesmo assim. Os municípios, eles repetiam só a realidade do município, repetiam as deliberações do município. Eu acho que faltou um pouco de, a minha impressão é que quando a gente for apresentar os resultados das discussões na conferência estadual, vai ser assim, uma duplicada das deliberações municipais. Eu não sei se vai ter: “Essa região precisa mais disso. Essa região precisa mais daquilo”. Então eu acho que faltou um pouco, aí eu não sei como pensar essa metodologia nas próximas. E por último com relação à essa questão da baixa representação dos usuários. E assim, é uma coisa que me incomoda de todas as conferências que eu já participei. Essa questão de a pessoa chegar lá, chega coordenador de CRAS como usuário, chega profissional do Governo como trabalhador. Chegou ao ponto, assim, de profissionais da Secretaria Executiva: “Ah, eu sou Governo ou sou trabalhador?”. Você não é nada, você é Secretaria Executiva e

você está no meio termo, não é? Então, não, assim, digo a Secretaria Executiva. Desculpa, Secretaria Executiva. É porque assim, a Secretaria Executiva tem esse papel de mediação entre o Governo e sociedade civil. Ele não pode representar um lado ou outro, não é? Então eu acho que o CEAS precisa atuar nisso, assim. Eu não sei se é a Comissão de Apoio. A gente precisa pensar nessa capacitação, nesse empoderamento dos segmentos, não é? Para que a gente chegue na conferência com os segmentos representados e não com essa confusão que a gente viu e há várias conferências acontece. Então eram esses pontos. Secretaria Executiva, vocês são maravilhosos, vocês são tudo, tá? **PRESIDENTE:** Grazi. **GRAZIELE:** Graziele, CRP. Eu acho que é um ponto que a gente precisa pensar que tanto o FNT está discutindo, não é? Mas eu acho que o Conselho Nacional já está, também está no radar deles essa discussão de que o modelo de conferência que a gente tem, ele não é viável. Ele não garante o controle social e não garante a participação, não é? A gente tem uma realidade que nós temos trabalhadores que vão em uma conferência porque estão no horário de trabalho ou no contraturno deles e há possibilidade. Os usuários, eles não têm condições de em um dia de semana ficar o dia inteiro à disposição. Então a gente precisa repensar essa realidade enquanto país mesmo, de como que a gente vai garantir essa participação e esse controle social. E aí dizer de uma questão, não é? Esse processo, o processo conferencial é um processo de conferir e nesse nosso caso de Brasil e do estado, no caso do Brasil, não é? A gente vai conferir o Plano Decenal, não é? E a gente tem que lembrar que a gente teve um golpe de estado, não é? E o Plano Decenal, ele ficou afastado e ele não foi executado durante seis anos, não é, Elder? Não é isso? Ele deixou de ser executado durante seis anos e aí a gente precisou falar do óbvio, retomar. E aí se a gente for pensar, eu achei extremamente pertinente, Sandra, o título da conferência. Em um primeiro momento eu não entendi porque ela é uma conferência de (inaudível), era o mesmo tema da conferência de 2015. Se 2015 a gente teve essa conferência, em 2016 a gente teve uma quebra do pacto federativo. Então a conferência de 2023, ela volta com a ideia para a gente retomar, então a retomada dos eixos e do tema, ela retoma e é uma posição política inclusive do Conselho Nacional dessa retomada. Eu estou dizendo isso para dar uma ancoragem na questão também do que a gente disse de metodologia. O Elder vai me ajudar aqui, não é, Elder? Que a gente queria que as conferências regionais e aí já é o modelo que a gente traz dos municípios, que as pré-conferências e as pré-conferências geralmente nos municípios, elas são sábado, domingo, no horário da noite, não é? E as pré-conferências regionais nossas eram para qualificar a participação

dos delegados na conferência estadual. E as conferências que eu participei, eu não consegui ver na metodologia esse suporte aos delegados para capacitá-los para uma conferência estadual. Eu acho que muito não pela metodologia, eu acho que pelo tempo que a gente tem que já é dessa estrutura que eu falei que já não nos basta mais, já não é suficiente mais o tempo que a gente tem de conferência. E aliado a isso a condição de estrutura que a gente teve nas pré-conferências e eu estou dizendo das que eu participei, não é? Algumas é aquilo que a Lara trouxe, as falas coletivas eram, não tinha como a gente fazer grupos e aí diminuía a participação. Outros a gente se dividia, por exemplo, imagina a gente se dividir em quatro grupos dentro dessa sala, não é? A conferência de Teófilo Otoni, a gente começou a discutir e começou a gritar. A gente conseguiu ter fôlego para fazer a atividade durante 5 minutos e depois a gente ficou cansado. Ficou cansado daquela atividade porque não conseguia gritar mais. Então a estrutura também teve esse problema. E aí eu reforço e reforço também com um chamamento, não só do CEAS, mas também do Governo, que essa baixa de participação de usuários, trabalhadores e entidades que também foram todas que a gente teve, é porque onde a gente faz autonomia, a gente cria autonomia, o espaço que a gente cria autonomia, que a gente dê condição para que o usuário participe, é no acompanhamento familiar, é no PAIF. Se a gente tem uma realidade que o PAIF nacional trouxe para a gente que 86% do PAIF, em média, está atendendo benefício eventual, ou seja, que horas que essas equipes estão conseguindo fazer PAIF? Então isso reflete na baixa participação dos usuários, dessa falta de identificação com a política de Assistência Social, não é? Então eu acho que a principal questão é a gente repensar, fazer um compromisso enquanto sociedade, enquanto política pública, o modelo de conferência que não nos serve, não é? Eu estou falando o modelo, não estou falando desse. Eu estou falando desse modelo antigo que não dá, que não serve, não é? A FNT já está nessa discussão, o Conselho Nacional também eu vi alguma sinalização e a gente precisa entrar nessa discussão também que não está servindo mais para a gente. **PRESIDENTE:** Obrigada. Susane. **SUSANE:** Susane, SEDESE. Não, eu só queria falar de algumas coisas que eu me esqueci quando eu estava apresentando. Como eu falei, assim, a gente está com intenção de fazer um grande relatório e inclusive essas percepções dos conselheiros é muito interessante, a gente pode pensar em talvez fazer um grupo focal com os conselheiros que foram, junto com os servidores da SEDESE, para pegar esses detalhes mais qualitativos que tem a ver com quem estava organizando o evento, não é? Então a gente sabe o quê que estava planejado e não deu certo. Então eu acho que isso vai ser enriquecedor assim, para a

gente complementar essa avaliação, não é? Essa questão, por exemplo, que vocês falaram da acessibilidade em Governador Valadares, só queria falar com vocês que no ponto de vista da SEDESE, a gente tinha um *checklist* enorme, assim. Tinham várias páginas que a gente tinha que *tickar*, não é? Cada elemento do contrato que estava sendo cumprido ou não. Essa questão, até a Marcela era fiscal local dessa parte. Essa parte, isso foi notificado para a empresa. Então essa informação também vai constar no nosso relatório que lá naquele local de Valadares já aconteceu esse problema. A empresa foi notificada, então a gente também estava atento nisso sim. Então a ideia é ter esse relatório com todas essas percepções, que nem a Lara estava falando, não é? A questão das salas. É, mas para a gente conseguir fazer 15 pré-conferências com as salas também, a gente tem que pensar se o número de delegados está adequado, não é? E é isso que eu estou falando, assim, uma decisão, ela vai intercalando na outra. Então acho que é bom, enfim, aí eu estou falando isso porque eu vou precisar, não é? De reunir com vocês. Se vocês toparem, não é? De a gente fazer isso logo, antes que a conferência chegue, enfim. Sobre os dados dos delegados, essa questão dessa percepção de ter baixa da sociedade civil, a gente ainda também está computando os delegados inscritos, quais que foram, estavam presentes lá na hora de fato. E aí a minha sugestão, às vezes até encaminhar para a Comissão de Deliberações, é que a gente tenha um grupo de municípios que ou só enviou governamentais ou que inscreveu todo mundo e não levou e fazer uma pesquisa com eles para entender os motivos. É, e os que não foram, exato. Então eu acho que isso vai qualificar nossa percepção, não é? Sobre porque os municípios não foram. A outra questão que eu vou mandar para o CEAS também é que eu tenho a lista dos municípios que não fizeram conferência. Já confirmada pelas diretorias regionais. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Então são quantos? **SUSANE:** Ah, vou lembrar de cabeça não gente, mas não são muitos não. Eu não estou na vigilância mais, gente. Eu não sei de números de cabeça assim não. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Mais de 10? **SUSANE:** Mais de 10. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Menos de 100. **SUSANE:** Foi menos. Eu vou, eu consigo olhar ali, mas é porque de cabeça eu não vou saber não. Mas é isso, assim, não é? Só dizer que eu vou mandar essas informações todas para vocês com essas sugestões de que seja investigado com esses municípios, não é? **GABRIELA:** Gabriela, CMAS – Salinas. Susane, nós fizemos uma avaliação a partir do QR Code, não é? **SUSANE:** Isso. **GABRIELA:** Aí eu gostaria de saber, pela sua experiência com conferência, se o número baixo de pessoas que responderam à avaliação está implicado nisso. Se, por exemplo,

quando a gente deixava o papelzinho dentro da pasta, se as pessoas respondiam, tinham mais cuidado de responder. Porque eu acho que é um ponto para a gente avaliar e talvez já levar para a conferência. **SUSANE:** Não, eu acho que para a estadual é importante, não é? O nosso problema com o formato de avaliação, não sei se vocês vão lembrar, mas eu fiz ele uma semana antes da pré-conferência começar e a gente não tinha planejado, por exemplo, quem ia tabular esses dados. Então a opção, por ser majoritariamente por QR Code, foi muito em relação a isso também, não é? Quem que vai tabular esses depois. Porque a gente precisava de uma resposta um pouco mais rápido. Mas eu acho que faria diferença sim se a gente fizesse um formulário para a pessoa riscar. É, tinha alguns exemplares físicos. Eu acho que o que a Gabriela está falando é de ir na pastinha de credenciamento mesmo o formulário de avaliação. Eu acho, para a conferência estadual eu acho importante. **PRESIDENTE:** Simone. **SIMONE:** Eu primeiro quero começar. Gente! Demorei para falar, uai. Eu primeiro quero começar agradecendo, não é? Todos os conselheiros, mas em especial à sociedade civil que muitas das vezes cedeu o espaço, não é? De quando eu sinalizava que eu gostaria de estar representando, eu não tive dificuldade, não é? Eles falavam: “Não, vamos fazer a troca, pode ser você”. Isso para mim foi muito fortalecedor. Queria dizer para os meus pares e para todos vocês aqui a importância de colocar os usuários nesses espaços. Não foi só um espaço de construção da conferência. Foi um espaço de construção da Simone também, sabe? Então assim, eu carrego isso, não é? Eu fui ouvida, eu tive espaço onde eu consegui mostrar essa bandeira e acredito que o Isac e o Leon tenham essa mesma, e a Bayão, tenham essa mesma representatividade. Então quero começar agradecendo e quero dizer que lógico que a gente não é perfeito, mas eu acredito na metodologia. Foi maravilhosa, no meu ponto de vista, eu consegui dar conta do recado. Então isso também. Porque foi um método fácil, porque a gente também tem que pensar uma coisa. Qual é a metodologia que eu estou fazendo? É acessível para o usuário ou é para a gestão? E aí logicamente que a conferência não foi diferente com as minhas, onde eu participei, o número maior de gestão. E eu acho que a gente tem que achar uma forma de dizer disso, não é? (inaudível) número de participação, não sei se foi Grazi que trouxe a dificuldade. Não, não foi Grazi não. Acho que foi alguém que trouxe aqui a dificuldade dos conselheiros governamentais se identificarem. Isso aconteceu o tempo todo. Eles, gente, eles não sabiam nem quem que eles eram. Eu tive governamental e entidade e ainda ficou rodando e perdeu a eleição, porque ia para um lado e ia para o outro e não sabia. Moral da história. É governamental se identificando como usuário. Então, ou seja, são

percursos que aconteceram e aí eu vou culpar o município, sabe? Eu vou culpar os municípios porque a gente está falando de um processo muito sério e que eles não deram a importância. Eu tinha costume de falar assim: “Está sendo um encontro de gestores para tirar foto”. A gente se formou na faculdade e estamos nos revendo agora aqui em Barbacena. Foi isso. A verdade foi essa. “Nossa, quantos anos”. O tanto que você estava falando lá na frente, (inaudível) não estava nem prestando. Eu olhava quem prestava atenção na Simone. Somente usuário e trabalhador e entidade. Porque o Governo, eles tiraram mais fotos do que eu. Sério. Sério. E olha que eu tirei foto. Se eu fosse bater recorde de foto. Não, só aqui para vocês. Fora eles bombaram. Então a gente tem que tomar cuidado, sabe? Nesse lugar, qual que é o lugar e dar voz. Então eu acho que eu deixo para o Conselho, não é? Não sei até quando estarei aqui, mas eu quero deixar para o Conselho, assim, o respeito de dar dignidade para esse usuário, sabe? O usuário, ele não está aqui só para votar. O usuário, ele não está aqui só para cumprir essa cadeira. Ele está aqui para contribuir. E eu acho que eu fiz o meu papel agora nessa conferência, sabe? Tanto municipal, a qual eu fiz muita. E vou fazer uma crítica direta à Dona Arlete que assim, alguns regionais sentiram falta da presidência, principalmente quando a gente falava que a nossa presidência atual é da sociedade civil. Eu sei, não é? Da dificuldade. Mas eu também não podia deixar de não trazer para a senhora o que eu ouvi, não é? Nessa caminhada. Lógico que a senhora tem o direito, a justificativa e não foi porque não quis, mas muitos municípios perguntavam, sabe? “Quem é a presidente”? “Ah, é da sociedade civil? Porque ela não veio nos contemplar aqui?”. Então sinalizar isso, não é? Assim, da importância da senhora e de quanto que a senhora também estava precisando e eles queriam receber a senhora. Quero parabenizar principalmente a Secretaria Executiva. Não vou dizer nomes, se não eu vou ser injusta, não é? Essa proximidade é muito bom. A SEDESE em um todo, não é? Porque a gente fica em um lugar, um tanto de sociedade civil e governo, como se fossem todos inimigos. Então eu acho que também que ter que ir dentro de um carro apertado, não é? Do lado, (inaudível) do lado. Vamos supor assim, não é, Cristiane? Olhando a Cristiane do lado, na hora do jantar e aí você percebe aquele cuidado, toma uma cerveja. Não vai contar que eu bebo. Entendeu?

**INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** (inaudível) calor da convivência. **SIMONE:** Isso. Então isso vai também nos quebrando também. Porque a gente vai entendendo que a gente está naquele espaço não é só para ser inimigos. Aqui a gente talvez está em lugares diferentes, mas que não, porque daquela porta para fora a gente pode conseguir viver, ser civil, conviver, sabe? Porque, eu falo assim, eu já venho de um território que é

só violência. Eu, nesse exato momento aqui, eu estava abrindo meu WhatsApp e uma pessoa foi executada. Então, ou seja, o meu território. Executada. Então, ou seja, o meu território de manhã até de noite é só violência. E quando a gente consegue trazer para esse lugar aqui que não é só violência, sabe? Que eu posso ter meu posicionamento, eu posso. Gente, eu não estou conseguindo. Que eu posso ter meu posicionamento, que eu posso defender a cadeira a qual eu pertencço, mas que eu também não preciso sair daqui esfaqueando e nem matando ninguém. Que eu posso fazer uma (inaudível), ser civil, sabe? No sentido de não precisar de amar, mas conseguir respeitar. Então eu acho que, eu mesma, assim, eu vou dizer bem sincero para vocês. Eu agradeço, eu precisava de estar neste espaço, sabe? **PRESIDENTE:** Obrigada. **SIMONE:** E nesse espaço, ele formalizou a Simone como mulher, como mãe e como avó. E eu não quero perder isso e agradeço muito a oportunidade com vocês até aqui. Obrigada. **SANDRA:** Dona Arlete, deixa eu só complementar aqui. Eu não posso deixar de falar depois dessa fala. Perdão. Dos usuários, não é? O fato que aconteceu, a gente está muito triste no CNAS, não é? A partir da fala do Lucas, da Grazielle, que a gente está repensando, de repente pode ser uma deliberação, não é, gente? O SUAS que queremos é repensar a conferência. Não sei, estou colocando aqui. Mas a gente teve uma saída do representante do usuário que foi para um cargo no governo de Direitos Humanos que é o Anderson. A gente tem três representantes de usuários, assim, muito aguerridos, não é? Tem titular, suplente. Todos são muito aguerridos e (inaudível) verdadeiras lideranças nacionais. E o Anderson saiu porque ele está no Ministério, foi lá para o Direitos Humanos. Está rodando o Brasil todo aí porque é um representante da população. E trajetória (inaudível). O quê que acontece? Ele saiu e ficou a vacância. E colocou-se lá a possibilidade de fazer um novo chamamento. E fizemos, não é? Todo o processo que (inaudível) a Comissão, processo eleitoral, não é, Simone? E apareceram duas entidades que foram, parece que chegaram ao final, e foram inabilitadas. Então o quê que (inaudível) trouxe o resultado para a gente do último pleno: “Vamos ficar com a vacância de um representante de usuários no Conselho Nacional de Assistência Social”. E isso é um sintoma e isso é um reflexo, isso a gente vai, são elementos para a gente refletir como é, primeiro como está essa identidade SUAS, não é? Eu trago aqui também uma reflexão para o meu segmento que é o de trabalhadores das entidades que eu posso falar que 10% tem essa identidade SUAS. Que são entidades que promovem capacitação, formação, (inaudível), mas a maioria não tem essa identidade SUAS. Simone Albuquerque, a gente às vezes fica conversando muito lá, eu estou pensando que a gente tem que fazer uma pesquisa sobre isso aos

trabalhadores da rede privada, não é? Que estão atuando, que estão lá, mas não têm essa compreensão. E ficamos tristes porque não conseguimos colocar, eleger no processo eleitoral que a gente chama, um usuário para poder ficar na vaga, na cadeira do Anderson que foi para o Ministério em um cargo muito importante, está rodando já o Brasil com essa questão aí da população de rua. É para a gente pensar mesmo. **IARA:** Eu só queria dizer uma coisa e acredito que a Simone vai concordar comigo. Se você tivesse ido, eles iam sentir ainda mais a sua falta, porque é uma delícia te ouvir. E nesses espaços de grupo formativos ainda é melhor ainda, porque é o lugar que você mais gosta e legítima, assim, toda a experiência e a alegria de estar nesse lugar. Então que pena que eles não conseguiram ter a sua presença e pelas dificuldades e desafios que você tem que já nos é conhecido. **PRESIDENTE:** É. E obrigada, Iara. E esse agora não era o meu momento de fala, mas eu vou pegar essas duas falas e considero todas as demais que antecederam. E ainda a gente tem três inscrições que é Isac, Cristiana, aliás, quatro. Não, Gabi. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Cinco horas já. **PRESIDENTE:** Pois é, não é? Mas aqui (inaudível) a responsabilidade. Então eu estou querendo dizer aqui para vocês o seguinte. Uma questão e no início de nossas falas depois da apresentação da Susane é que a gente se ateve, eu estou dizendo a gente porque quando um conselheiro ou uma conselheira traz uma fala aqui, principalmente trazendo um resultado do coletivo que nós planejamos, eu entendo que somos nós falando. Então nós começamos falando desse resultado e aí eu quero dizer o seguinte. Esse é um resultado que foi escrito, que chegou aqui da visão de quem estava lá. O olhar nosso é um outro. E que pode sim coincidir com esse, mas nós também podemos trazer e a Susane já nos convidou, para fazer essa avaliação do nosso olhar, de quem, porque somos os proponentes dessa atividade. Então na medida em que a gente traz esse olhar de como que nós vimos, sentimos e trabalhamos, é uma outra avaliação e se junta à essa para a gente crescer. Porque eu entendo que a avaliação, a parte boa é maravilhosa, mas aquela que a gente considera que a gente pecou é aquela que a gente vai centrar força para a gente melhorar. A outra questão da presença física. A nossa cultura diz e todo mundo sabe disso que nós temos muita necessidade de títulos. A nossa cultura diz assim: “É o presidente, é o vereador, é o professor, é a médica, é não sei quem”. A gente vive muito em função disso. Uberaba queria a minha presença. Uberaba queria. Inclusive me ligou, passou e-mail. Em um primeiro momento eu disse que poderia, depois eu tive um problema que não foi nem do meu trabalho e eu entrei em contato. E aí quando falou, eu falei: “Olha, o papel do Conselho é emponderar também conselheiros e conselheiras e

nós temos uma excelente conselheira”. Eu ainda não sabia de você, Leon. Eu falei: “Nós temos uma excelente conselheira em Uberaba que dá conta de conduzir essa conferência, porque ela é muito competente e qualquer coisa que ela levar nessa conferência, ela está dando um recado do CEAS. E se ela disser qualquer coisa que porventura vocês não sintam-se incluídos e acolhidos, pode mandar uma reclamação porque o nosso papel também é educativo”. Por isso que é muito importante a participação, que seja de um suplente, que seja de um titular, e que seja nessa representação. Porque eu reconheço essa necessidade da presença da presidenta. Eu quero que Lula também vá lá em (inaudível), não é? Mas eu sei que dificilmente irá. Já foi uma vez, não é? Mas a gente precisa reconhecer o papel que cada um tem nesse coro, porque nós denominamos e que por lei se chama CEAS. E isso, gente, é uma recomendação que todos nós devemos levar por onde a gente passar. E eu disse ainda, outro dia eu dizia para, olha eu esquecendo o nome dela de novo. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Cláudia. **PRESIDENTE:** Cláudia. Eu dizia: “Cláudia, sorria mais, porque o seu sorriso é muito lindo e você é uma pessoa bonita”. Sabe porque? Porque a gente inclusive não dá conta de elogiar as outras pessoas. A gente está tão preso ao nosso umbigo que quando a gente olha para as pessoas ou ouve as pessoas, a gente só dá conta de ver aquilo que aos nossos olhos é negativo. Então eu penso muito nessa questão da Assistência Social que é o lugar das dificuldades, mas é o lugar das alegrias. É o lugar de trabalhar pelo bem viver. E eu estou muito contente com as três conferências que eu fui e com os resultados que vocês têm trazido. Então assim, eu falei para Elder: “Olha, eu estou impressionada o tanto que a Adriane mais Rose corria dentro daquele salão lá em Montes Claros”. Eu dizia a ele aqui: “Cada um precisa de dez dias de descanso e apontando o dia”. Porque todo mundo trabalhou muito e é disso que eu quero falar. Quando a gente for falar, Susane, desse nosso olhar, daquilo que nós precisamos melhorar e também daquilo que foi muito positivo, eu tenho coisas para dizer também. Mas hoje eu quero me ater a esse resultado que você está trazendo. Obrigada, gente. **PRESIDENTE:** Agora nós vamos ouvir Isac. **ISAC:** Isac, ASQUIS. Presidente, eu queria propor que a gente continue amanhã, porque o pessoal não está ouvindo mais as falas não. **PRESIDENTE:** Bom, pelas palmas, eu estou entendendo que há consenso, não é, Sandra? **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pedir para desligar aí. **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Pela aprovação? Então a gente finaliza esse dia de trabalho, por sinal muito produtivo.

Agradeço a participação de cada um e cada uma e esse momento a gente vai cantar parabéns para a nossa querida lara.